



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

O FENÓMENO DOS SEM-ABRIGO VISTO PELA  
OPINIÃO PÚBLICA  
UMA FORMA DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

JOANA MATOS ALBINO

Orientador de Dissertação:  
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ HENRIQUE ORNELAS

Coordenador de Seminário de Dissertação:  
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ HENRIQUE ORNELAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:  
MESTRE EM PSICOLOGIA  
Especialidade em Psicologia Clínica

*Instituto Superior de Psicologia Aplicada*



**O FENÓMENO DOS SEM-ABRIGO VISTO PELA OPINIÃO PÚBLICA  
UMA FORMA DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE**

JOANA DE MATOS COELHO ALBINO

**Orientador de Dissertação:**

PROF. DR. JOSÉ HENRIQUE ORNELAS

**Coordenador de Seminário de Dissertação:**

PROF. DR. JOSÉ HENRIQUE ORNELAS

**Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:**

MESTRE EM Psicologia Aplicada  
Especialidade em Psicologia Clínica

2009

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor Doutor José Henrique Ornelas, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para a obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº19673/2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Doutor José Ornelas pela sua orientação e pelos anos de aprendizagem que me proporcionou. Agradeço também à Mestre Maria João Vargas Moniz pela sua incansável disponibilidade e a todos os elementos do grupo de investigação. À Psicologia Comunitária e à sua contribuição para um Mundo melhor.

Um muito obrigada à minha mãe que, sempre com coragem e determinação, me mostrou os caminhos da justiça e da solidariedade. Obrigada igualmente pelo acompanhamento ao longo deste processo sempre com muito entusiasmo. Ao meu pai e ao meu irmão por me acompanharem, pela força, sempre.

Ao João. Obrigada pela paciência, por acreditar, por não desistir. Por lutar junto comigo. Por conseguirmos mais e melhor, os dois.

À Micá pelo apoio que me prestou sempre que precisei.

Agradeço aos meus colegas e aos meus amigos. Agradeço às Miúdas, pelos meus desabafos.

## RESUMO

O presente estudo está integrado numa investigação transnacional, resultado da colaboração entre o Núcleo de Psicologia Comunitária do ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal) e o Research Group on Homelessness and Poverty (Wayne State University, Detroit, E.U.A.), sobre a Opinião Pública sobre os Sem-Abrigo e a Prevalência da situação de Sem-Abrigo.

O instrumento, “*A Perspectiva da População sobre as pessoas Sem-Abrigo - estudo em Portugal*”, foi aplicado por telefone, a uma amostra de 300 pessoas, gerada aleatoriamente. Foi realizada uma análise descritiva.

Estabelecendo como base as atitudes e níveis de conhecimento da população inquirida sobre o fenómeno dos Sem-Abrigo, pretende-se entender em que medida a opinião pública poderá ter um papel valioso no combate a esta problemática e de que modo poderá influenciar as políticas públicas produzindo uma mudança social.

Os resultados revelam um elevado nível de preocupação dos entrevistados relativamente às pessoas Sem-Abrigo, atribuindo a principal responsabilidade da existência deste fenómeno ao Estado e à Sociedade. Atribuem as soluções ao Governo, apoiando medidas preventivas e de carácter estrutural. Acreditam que uma pessoa Sem-Abrigo é capaz de cuidar de uma casa e respeitar a propriedade dos vizinhos, apoiando programas de alojamento para estas pessoas. Acreditam que o direito a uma habitação é um direito humano básico.

Palavras-Chave: Sem-Abrigo; Opinião Pública; Políticas Públicas

## ABSTRACT

This study results from a collaboration between the Community Psychology Department at ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisbon, Portugal) and the Research Group on Homelessness and Poverty (Wayne State University, Detroit, EUA). It is included in a transnational research work concerning the public opinion about the homelessness and also the opinion of people that have already been in this situation during their lifetime.

The instrument, “The Public perspective on Homelessness: Portugal Survey” was implemented by landline telephone to a sample randomly collected, from 300 participants of the Portuguese population. Subsequently a descriptive analysis was performed.

Setting as a base, the attitudes and knowledge levels of the population on homelessness, we seek to understand the extent to which public opinion could have a valuable role in tackling this problem and how it can influence public policies as to generate social change.

The results show a high level of concern from the interviewees for the homeless, assigning primary responsibility for the existence of this phenomenon to the State and to Society. They attribute the responsibility to solve this to the Government by supporting preventive and structural measures. They believe that a homeless person is capable of caring for a home and respect the property of neighbours, therefore supporting housing programs for these people. They believe that the right to housing is a basic human right.

Key–Words: Homeless; Public Opinion; Public Policies

## ÍNDICE

Introdução.....	1
Revisão da Literatura.....	4
Sem-Abrigo.....	4
Sem-Abrigo: O(s) Conceito(s).....	4
Características dos Sem-Abrigo .....	8
Factores Causais do Fenómeno dos Sem-Abrigo.....	10
Opinião Pública e os Sem-Abrigo .....	13
Políticas Públicas e os Sem-Abrigo .....	17
Prevenção do Fenómeno dos Sem-Abrigo .....	22
Método .....	27
Participantes .....	28
Dados demográficos dos participantes .....	28
Instrumento .....	31
Procedimento .....	33
Resultados .....	34
Discussão .....	55
Conclusão .....	60
Referências .....	63
Anexos .....	68

Anexo A: Outputs dos Dados Demográficos dos Participantes .....	69
Anexo B: Instrumento .....	77
Anexo C: Histórias dos Participantes que Passaram por uma Situação Difícil .....	97
Anexo D: Estatísticas da Prevalência dos Sem-Abrigo – Dr. Paul Toro .....	101
Anexo E: Outputs da Análise de Estatística Descritiva .....	102
Anexo F: Estatísticas da Prevalência dos Sem-Abrigo em Portugal .....	140

#### Lista de Gráficos

Gráfico 1: Sexo dos Participantes .....	28
Gráfico 2: Idade dos Participantes .....	29
Gráfico 3: Grau de Escolaridade dos Participantes .....	29
Gráfico 4: Rendimento dos Participantes .....	30
Gráfico 5: Instituição Responsável por Ajudar .....	34
Gráfico 6: Principais Responsáveis .....	35
Gráfico 7: Importância dos Media na Opinião Pública .....	36
Gráfico 8: Disponibilidade para ter Residência .....	39
Gráfico 9: Sente-se Triste e com Compaixão .....	40
Gráfico 10: Direito a Habitação é Direito Humano Básico .....	41
Gráfico 11: Falta de Apoio Governamental aos Pobres .....	43
Gráfico 12: Pode Cuidar de uma Casa .....	43
Gráfico 13: Respeitaria a Propriedade dos Vizinhos .....	44
Gráfico 14: Despender mais Dinheiro para Subsídios de Habitação .....	46

Gráfico 15: Sem-Abrigo por Perda de Habitação .....	49
Gráfico 16: Desemprego uma das Principais Causas .....	50

## INTRODUÇÃO

Discorrer sobre o fenómeno dos Sem-Abrigo, implica que não o abordemos centrado na sua individualidade mas sim como parte de um processo de grande complexidade, constituído na sua totalidade por muitos factores, não sendo possível confinar o percurso da investigação a uma parcela do problema mas sim e obrigatoriamente, olhá-lo na sua globalidade (Williams & Cheal, 2001). É necessário conhecer a multiplicidade de definições que este conceito alberga, as diversas causas, características e possíveis soluções do fenómeno em si e relacioná-las com as imagens que a sociedade produz sobre ele. Para pensar o fenómeno dos Sem-Abrigo é imperioso considerá-lo inserido na sociedade. Devido à sua enorme dimensão torna-se indispensável encontrar, mediante as inúmeras variáveis existentes, aquelas que, de forma mais relevante, nos conduzam a estratégias cada vez mais eficazes para solver esta gravosa problemática social.

Nesta perspectiva, o presente trabalho incide na opinião pública da população portuguesa sobre o fenómeno dos Sem-Abrigo, questionando as suas atitudes face às pessoas em causa, no sentido de conhecer os factores que esta considera como os mais prováveis de contribuir para a perpetuação desta problemática. Percebendo o que os portugueses pensam sobre esta questão e o que entendem que deve ser feito para a solucionar, obtendo uma visão contextualizada desta opinião pública e aliando estes dados a revisões de literatura e a investigações anteriores sobre o fenómeno, pretende-se tornar mais adequada e real a aproximação de resoluções, tais como as de saber como, onde e o melhor momento de intervenção, tanto a nível da totalidade da população portuguesa como relativamente às próprias pessoas em situação de Sem-Abrigo.

Deste modo, a intenção deste trabalho é a de, através de uma análise descritiva, entender a opinião pública da população portuguesa acerca desta temática, conhecer as informações de que dispõe sobre o fenómeno e sobre as pessoas em situação de Sem-Abrigo, verificar quais as representações mais estereotipadas e quais as mais aproximadas da realidade, de forma a identificar os factores prioritários de intervenção junto da população portuguesa e verificar quais as estratégias que merecem um maior grau de aceitação e viabilidade. Considera-se igualmente estas informações fundamentais para uma pertinente sensibilização junto das políticas públicas,

pois a questão do poder é determinante para a realização de qualquer transformação, visto que apresentando dados concretos e cuidadosamente investigados, teremos possibilidade de uma maior credibilidade junto das referidas políticas. Por outro lado, o alcance de um maior conhecimento de modos mais eficazes de acção, tornará mais provável um autêntico envolvimento dos próprios investigadores na sociedade e no problema em si, uma maior integração e realização de um trabalho partilhado por todas as partes na procura de erradicação nesta espécie de *epidemia social*, tão deslocada das preocupações centrais dos governos e poderosos.

Possibilitar aos visados, aos investigadores, à população em geral, a formulação de propostas conjuntas e equilibradas rumo a um mesmo objectivo, tornará sem dúvida mais forte a pressão ou, de preferência, o envolvimento dos legisladores e políticos de cada país neste importante processo, um processo que promove a possibilidade de Projectos de Vida para Todos Nós e em Todo o Mundo.

O presente trabalho enquadra-se numa investigação transnacional, significando que estudos idênticos foram e serão realizados segundo os mesmos parâmetros, ou seja, utilizando o mesmo instrumento e metodologia, o que significa existir a possibilidade de comparação entre os vários países, sendo possível aceder à dimensão e conhecimento da opinião pública a nível global. Este factor constitui uma enorme mais valia dentro dos processos de investigação sobre esta temática, uma vez que devido à variedade de metodologias e de conceitos inerentes ao fenómeno de Sem-Abrigo, qualquer comparação e conhecimento se torna extremamente dificultada. Em posse de dados concretos sobre a opinião pública de cada país, torna-se possível verificar alguns factores em comum, tais como a noção de agravamento e seriedade do fenómeno ao longo do tempo, factor já totalmente assumido, ou as estratégias que parecem ser as mais evocadas, tendo sempre presente em qualquer análise as especificidades geográficas, históricas, políticas e económicas de cada país.

Embora este trabalho se centre prioritariamente na opinião pública e nas políticas públicas sobre o fenómeno dos Sem-Abrigo, factores essenciais na procura de estratégias e formas de intervir, o primeiro capítulo remete o leitor para a clarificação e desenvolvimento deste conceito, as suas causas e características. Considera-se importante o conhecimento de alguns destes factores antes

de se apresentar os estudos de opinião pública e das políticas públicas, permitindo assim *que se fale uma mesma língua* em termos de conceitos e compreensão destas questões, tão facilmente resvaláveis para o senso comum, uma vez que albergam factores muito abrangentes e delicados, ficando deste modo a informação mais contextualizada.

Aliada às políticas públicas encontra-se também a prevenção, que faz igualmente parte deste grande capítulo. A questão da prevenção merece uma atenção especial, pois é responsável por uma grande quota parte no que concerne ao abrandamento da gravidade deste problema, visando em última instância a sua extinção.

## REVISÃO DE LITERATURA

### Sem-Abrigo

#### *Sem-Abrigo: O(s) Conceitos(s)*

A demarcação realizada por Marybeth Shinn (2000) sobre o período em que o fenómeno dos Sem-Abrigo se proclamou como um assunto emergente, conferiu-nos mais conhecimentos e maior abertura para procedermos a um melhor entendimento sobre esta questão. Segundo a autora, uma nova vaga de Sem-Abrigo surgiu no fim do século vinte (“the new homeless”, de acordo com a sua designação) com características bem diferentes das que haviam existido no século dezanove e inícios do século vinte: “the old homeless”. Estes últimos caracterizavam-se por serem uma população que vivia nos “skid row”, um espaço à parte dentro das cidades, destinado a albergar os Sem-Abrigo existentes nos Estados Unidos na época do pós Guerra Civil e durante a Grande Depressão. Shinn (2000) distingue de uma forma bem marcada as especificidades de cada um destes grupos, predominando nos Sem-Abrigo dos “skid row” uma população maioritariamente branca, masculina e de faixa etária normalmente superior aos 50 anos, contrariamente aos Sem-Abrigo designados por “new homeless” que, para além de serem mais novos, são também mais pobres, muitas vezes constituindo grupos de minorias étnicas e onde predominam, não só homens, mas também mulheres e famílias inteiras, incluindo crianças.

De acordo com as considerações anteriores, a população Sem-Abrigo sofreu uma transformação, apresentando na sociedade actual características muito distintas das que tinha nos séculos passados. Este facto torna essencial encontrar uma definição de Sem-Abrigo que englobe as diversas particularidades e componentes envolvidas que são inerentes a este fenómeno, uma vez que se trata de um conceito capaz de abranger múltiplas definições, impedindo uma contagem exacta desta população e obrigando à recorrência de metodologias diversificadas e com algumas limitações (Kondratas, 1991).

Esta temática tem vindo a ser estudada e discutida por teóricos e investigadores, numa busca constante por uma definição mais abrangente e consensual para que, desta forma, se torne possível uma quantificação mais exacta da população Sem-Abrigo de modo a saber onde intervir e quais as políticas públicas a implementar (Parliamentary Research Branch of Canada, 1999). Parliamentary Research Branch of Canada (1999) mostra também que, apesar de parecer evidente que o Sem-Abrigo é aquele que não beneficia de uma residência fixa, esta é também uma definição simplista que não toma em conta a imensa subjectividade existente neste conceito. Assim, conhecer o número de Sem-Abrigo existente num determinado local está dependente da definição e metodologia utilizadas, pelo que se torna necessário persistir nas investigações que dizem respeito a esta matéria, não descurando o facto de, sabendo-se que existe uma grande quantidade de Sem-Abrigo e mesmo não conhecendo o seu valor exacto, haver uma continuação no trabalho de intervenção com esta população (Jones, Levine, Rosemberg, 1991).

Para ter uma maior percepção sobre esta temática é importante conhecer algumas das definições formuladas por algumas organizações e autores e quais as componentes utilizadas para criar cada definição. Pensando na definição de Stewart B. McKinney Assistance Act (1987), apresentada pelo United States Code, verifica-se que esta se centra no facto de um indivíduo não beneficiar de uma residência adequada, regular e fixa:

*“Uma pessoa é considerada Sem-Abrigo se for um indivíduo que carece de uma residência nocturna adequada, regular e fixa. E um indivíduo que tem uma residência nocturna principal que é: (A) um abrigo que funciona com supervisão pública ou privada projectado para fornecer alojamento de subsistência (incluindo hotéis sociais, abrigos congregados e residências de transição para os doentes mentais); (B) uma instituição que proporciona residência temporária para indivíduos que pretendam ser institucionalizados; (C) ou um local público ou privado não destinado para o alojamento habitual de seres humanos”* (National Coalition for the Homeless, p.1, 2007).

Pode-se ainda ver o Sem-abrigo como aquele que vive numa casa que, em termos legais, não pode habitar, como por exemplo, estar a viver em casa de amigos, ou aquele que não consegue reunir as condições mínimas necessárias na casa onde habita (Shelter, 2005). O relatório

realizado pela organização inglesa Shelter (2005) alerta para o facto de não se poder associar os Sem-Abrigo apenas aos que vivem na rua, pois a grande generalidade dos Sem-Abrigo vive em casas em más condições ou em abrigos, *hostels* e outras acomodações temporárias:

*“Para perceber o que é realmente o fenómeno dos Sem-Abrigo, é importante, em primeiro lugar, considerar o que é uma “casa”. Uma casa não é só um tecto sobre a cabeça. É um local que providencia segurança, privacidade e estabelece uma ligação com a comunidade e com uma rede de suporte. É necessário que seja de preço acessível, com suporte se necessário. As pessoas Sem-Abrigo perdem ou simplesmente não têm todas estas coisas.”* (Shelter, p.2, 2005).

Com vista a uma definição consensual, de forma a facilitar conferências internacionais, debates e as próprias investigações neste tema, o Grupo de Coleção de dados da *European Federation of National Organizations Working with the Homeless*, fundada em 1989 (adiante: FEANTSA) e o Observatório Europeu dos Sem-Abrigo desenvolveram uma Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional (adiante: ETHOS) que, sem pretensão de constituir uma definição legal, classifica os Sem-Abrigo de acordo com a sua situação habitacional. “Sem Tecto, Sem Casa, Habitação Insegura e Habitação Inadequada” são as quatro categorias conceptuais apresentadas, que por sua vez se dividem em categorias operacionais (semelhantes em todos os países) e estas em sub-categorias específicas para cada país (FEANTSA, 2007). Esta tipologia mostra-nos uma definição mais alargada do que é ser Sem-Abrigo, uma vez que inclui situações diversas que podem conduzir uma pessoa a deparar-se com esta problemática. A tipologia ETHOS (2007) toma assim em consideração questões como a desinstitucionalização, a violência doméstica ou outros tipos de violência ou as situações de sobrelotação ou precariedade habitacional. O Parliamentary Research Branch of Canada apresenta a sua proposta num relatório preparado por Lyne Casavant, da Political and Social Affairs Division (1999) acerca da definição de Sem-Abrigo, realçando a dificuldade em categorizar, isto é, definir quem é a população Sem-Abrigo, propondo assim uma definição ao longo de um *continuum*. Num extremo deste *continuum* encontra-se a definição mais simplista, ou seja, uma pessoa ser considerada Sem-Abrigo apenas por não ter uma casa e por isto querer dizer: as pessoas que vivem na rua ou em abrigos de emergência. No outro extremo está patente uma definição mais abrangente do que é ser Sem-Abrigo, tendo sido esta adoptada pelas Nações Unidas aquando do Ano Internacional dos

Abrigos para os Sem-Abrigo – International Year of Shelter for the Homeless. Assim, temos a seguinte definição:

*“Uma pessoa Sem-Abrigo não é apenas alguém sem domicílio, que vive na rua ou numa casa abrigo, mas pode igualmente ser alguém que não tem acesso às necessidades básicas essenciais para garantir condições de saúde e um desenvolvimento humano e social. Estas garantias incluem ocupação segura, protecção contra o mau tempo, segurança pessoal, acesso a estruturas sanitárias e água potável, à educação, trabalho e serviços de saúde.”* (Parliamentary Research Branch of Canada, p.1, 1999).

Num estudo comparativo entre Estados Unidos, Europa e Rússia, Helvie e Kunstmann (1999) referem que existem nos diversos países definições oficiais e não oficiais e que nalguns casos se opta por utilizar a definição da FEANTSA, apresentando também a definição e a respectiva prevalência para cada país estudado. Deste modo, a título de exemplo, refira-se que, de acordo com a definição oficial dos Estados Unidos, os Sem-Abrigo são as pessoas a quem faltam os recursos necessários para viver na comunidade e estão desprendidas desta, impedindo-as estes factos de se estabelecerem numa habitação própria e adequada, variando entre os 250,000 e os 3 milhões; na Rússia, a definição também é oficial e incide na pertença ou não de uma habitação, assim como no estado em que esta se encontra e na capacidade que a pessoa tem nesse momento para a conseguir manter, existindo uma estimativa, avaliada em 5,8 a 9,8/ 1,000 da população a viver nas grandes cidades (Helvie & Kunstmann, 1999).

Com a discussão em cima da mesa acerca de uma expansão da definição de Sem-Abrigo e das alterações que esta medida comporta, a National Alliance to End Homelessness (2007) (adiante: NAEH) elaborou uma análise sobre as mudanças em relação às definições de Sem-Abrigo, pretendendo examinar os prós e contras de um alargamento desta definição, suas consequências e aplicações reais. Para a NAEH (2007) pode ser preocupante uma expansão da definição de Sem-Abrigo, uma vez que pode passar-se a dar os recursos disponíveis aos que vivem em casas sobrelotadas ou que vivem em casas de amigos, tendo escassamente em quem se apoiar, não sobrando recursos para os que vivem na rua, sem ninguém a quem recorrer.

Ainda assim, a NAEH (2007) aponta algumas circunstâncias em que seria favorável, para as pessoas que não estão incluídas na definição mais usual de Sem-abrigo, usufruírem dos apoios dos Programas de assistência aos Sem-Abrigo, ou seja, com uma definição mais alargada do conceito, mais pessoas com necessidades poderiam beneficiar da ajuda prestada por este tipo de programas. Seria o caso das pessoas que vivem em situação de “Couch Surfing”, ou seja, mudam muitas vezes de local, oscilando entre hotéis, casas de amigos, família, sem nunca encontrarem um local estável para viver. Outra das situações referidas diz respeito às zonas rurais que, na sua maioria, têm um baixo índice de pessoas em situação de Sem-Abrigo e de pessoas a viver em condições de extrema pobreza pois não existem, nestas zonas, abrigos de emergência. As outras situações reportam-se à questão da prevenção como a NAEH (2007) menciona, visto que as comunidades que tiveram sucesso na redução do fenómeno dos Sem-Abrigo deviam focar alguns recursos na prevenção, aplicando-os nas pessoas que estão em condições mais prováveis de se tornar Sem-Abrigo. A NAEH (2007) expõe também uma análise acerca do The Community Partnership to End Homelessness Act, em que as Comunidades receberão novos recursos para direccionar, unicamente, às pessoas que vivem em condições de sobrelotação ou em extremo risco de se tornarem Sem-Abrigo, devendo assim a definição ser alargada às pessoas que não são Sem-Abrigo literais, mas que vivem nestas condições.

### *Características dos Sem-Abrigo*

Shinn (1997), num estudo realizado com famílias em situação de Sem-Abrigo, conclui que ser Sem-Abrigo não é um estado permanente na vida de uma pessoa, motivado por características individuais, mas sim uma situação passageira que pode ser evitada pela prevenção e ultrapassada através das políticas neste sentido, como a habitação apoiada e subsidiada. Todavia, Shinn (2007), noutro estudo, conclui também que o Fenómeno em si, ao contrário da situação de Sem-Abrigo, não é temporário, uma vez que tem vindo a crescer, não só nos Estados Unidos, mas também em outros países considerados desenvolvidos.

Esclarecida esta questão como ponto característico da Situação Sem-abrigo, é importante perceber alguns dos dados demográficos dos Sem-Abrigo. Assim sendo, a National Coalition for the Homeless (2008) (adiante: NCH) apresenta algumas estatísticas dos Estados Unidos da

América onde consta que 39% da população Sem-Abrigo teria menos de 18 anos de idade e desta percentagem, 42% seriam crianças com menos de cinco anos, sendo que 25% dos Sem-Abrigo rondam as idades entre os 25 e os 34 anos (National Law Center on Homelessness and poverty, 2004, cit por. NCH, 2008). Já Toro (2007) refere que cerca de 80% da população adulta e solteira que é Sem-Abrigo tem entre os 18 e os 50 anos, havendo uma percentagem muito pequena de indivíduos com mais de 60 anos. A NCH (2008) apresenta também os dados da U.S. Conference of Mayors (2006) segundo os quais 42% da população Sem-Abrigo é Afro-Americana e 39% de raça branca, o que demonstra a divisão por etnias e, relativamente ao género, refere que existem mais homens solteiros (67,5%) do que mulheres; mas quando se fala em Sem-Abrigo que têm crianças à sua guarda, o género feminino predomina (65%, contra 35% do género masculino) (NCH, 2008), sendo concordante com os dados apresentados por Sommer (2001), cujos resultados também apontam para uma maioria do sexo masculino entre a população solteira dos Sem-abrigo e uma maioria feminina para a outra situação apresentada. Os vários estudos indicam também um aumento de famílias que se encontram em situação de Sem-Abrigo e também que tal situação tende a piorar, visto existirem cada vez menos habitações a preços acessíveis, o que, conseqüentemente, faz aumentar o tempo de permanência destas famílias nos abrigos e centros de acolhimento (NCH, 2008). Assim, existe uma percentagem de famílias, adultas, em situação de Sem-Abrigo de 15%, com uma média de 2,2% de crianças em cada família (Sommer, 2001). Embora Toro (2007) concorde com o aumento das famílias em situação de Sem-Abrigo, refere que na Europa e no Japão esta situação aparenta ser bastante mais rara. Entre a população Sem-Abrigo existem também muitas pessoas, principalmente mulheres, que foram vítimas de violência doméstica, tendo abandonado por esse motivo a residência onde moravam, tornando-se Sem-Abrigo (NCH, 2007). Esta situação é particularmente grave quando existem dados (U.S. Conference of Mayors, 2005, cit por. NCH, 2007) que revelam que 50% das 24 cidades estudadas anunciaram o problema da violência doméstica como causa principal para uma pessoa se tornar Sem-Abrigo. Para Toro (2007), os Sem-Abrigo, adultos e solteiros, são maioritariamente do género masculino (70% a 80%) e têm em grande parte um historial de abuso de álcool e de substâncias, o que pode ser considerado um factor de risco para uma pessoa se tornar Sem-Abrigo, mas pode também ser o resultado desta situação. A percentagem de indivíduos Sem-Abrigo com doença mental tende a ser exagerada, existindo apenas uma pequena fracção, cerca de 20%, segundo Toro (2007) e 16% segundo NCH (2008) em que apenas cerca de 5% necessitam de internamento, podendo os restantes indivíduos viver na comunidade com os apoios

necessários e adequados. Toro (2007) acrescenta ainda que, dentro do diagnóstico de doença mental, a depressão *major* é a que apresenta valores mais elevados, opondo-se à esquizofrenia, com percentagens mais baixas. Outra variável com baixas percentagens na população Sem-Abrigo refere-se ao historial de condenações e detenções, representando cerca de um quarto e sendo na maioria das vezes pelo facto de estarem em locais públicos ou edifícios abandonados sem permissão ou estarem alcoolizados (Toro, 2007). No estudo relatado por Sommer (2001), existe uma alta percentagem de pessoas em situação de Sem-Abrigo com o Ensino Secundário completo ou com graus elevados de escolaridade mais elevados (62%) sendo que 44% tinham trabalhado nos últimos 30 dias, apesar da percentagem dos que detêm um emprego mais fixo ser relativamente baixa (13%). As razões encontradas, neste estudo, para a pessoa não estar à procura de trabalho prendem-se com questões de saúde do indivíduo. Apesar do número de pessoas Sem-Abrigo empregadas estar a crescer, (NCH, 2008), o seu rendimento e nível de vida é muito baixo, existindo uma alta percentagem da população a viver muito abaixo do nível de pobreza, com quase metade do rendimento aceitável estabelecido (Sommer, 2001).

### *Factores Causais do Fenómeno dos Sem-Abrigo*

Acedendo aos dados que a NCH (2008) tem disponíveis, encontramos aquela que consideram ser uma das principais razões para uma pessoa se tornar Sem-Abrigo, a pobreza, tomando esta como o principal factor para o aumento dos Sem-Abrigo nos últimos vinte e cinco anos. Incide-se assim numa realidade que interliga seriamente as situações de pobreza e as de vivências de Sem-Abrigo. Uma vez que os rendimentos baixos têm de ser dirigidos a muitas despesas, torna-se muitas vezes insustentável manter a habitação onde residem. Verifica-se também que existem factores que, em conjugação com situações de pobreza, se tornam factores de risco podendo conduzir uma pessoa a viver em condições de Sem-Abrigo, nomeadamente a violência doméstica, a doença mental ou o abuso de substâncias. A queda permanente e a pique das oportunidades de trabalho, assim como a falência de assistência pública à população e a falta de um sistema de saúde exequível, são consideradas como causas mais significativas para o aumento da pobreza nos Estados Unidos e conseqüentemente para a situação de Sem-Abrigo. Uma pessoa ou uma família sem seguro de saúde e com uma doença difícil de comportar tem quase como

certa a probabilidade de perder o emprego e, conseqüentemente, a habitação onde vive (NCH, 2008).

Segundo Burt (2001) o fenómeno dos Sem-Abrigo tem lugar devido a uma conjugação de factores estruturais, pessoais e políticos. A autora refere que são os factores estruturais que criam as condições para uma pessoa se tornar, ou não, Sem-Abrigo e que os factores individuais apenas aumentam esse risco, existindo uma maior probabilidade quando ambos os factores se manifestam. Nestes casos, quando as pessoas vivem em níveis de pobreza, mais facilmente resvalam para a situação de Sem-Abrigo (Burt, 2001).

Estão categorizados na literatura dois tipos de factores causais, os estruturais e os individuais, em que os investigadores se baseiam para estudar este fenómeno. Há autores que favorecem mais um ou outro tipo nas suas teorias e outros que defendem a conjugação dos dois, como o caso da situação anterior (Sommer, 2001). Nas causas de índole individual predominam os factores referentes aos atributos pessoais do indivíduo, que não sendo exteriores a ele, o afectam de sobremaneira, como o abuso de substâncias e a doença mental. Os defensores destas teorias argumentam que só por si estes factores conduzem a uma situação de Sem-Abrigo e que uma pessoa com estas características não conseguiria manter uma casa na comunidade mesmo que isso lhe fosse alcançável (Sommer, 2001). Contra esta questão Burt (1992, cit. por Sommer, 2001) refere que, se esta teoria fosse plausível, então a percentagem de Sem-Abrigo com doença mental e com historial de abuso de substâncias teria de ser muito mais elevada e teria vindo a crescer gradualmente, o que não se verifica, como foi descrito anteriormente. Foscarinis (2008) acrescenta ser predominantemente a falta de tratamento para os indivíduos com os diagnósticos citados anteriormente que os leva a tornarem-se Sem-abrigo o que, por sua vez, torna difícil uma solução para esta situação. Os factores estruturais, colocando-se no exterior do indivíduo, são mais protectores da dignidade humana (Jones et al., 1991), incidindo no funcionamento da sociedade e da economia, elegendo razões como o escasso mercado de trabalho e os problemas habitacionais, ressentindo-se conseqüentemente na deterioração da vida das pessoas (Sommer, 2001). A existência de habitações a preços inacessíveis para pessoas com rendimentos abaixo do nível de pobreza, a falta de emprego e de oportunidades mesmo para quem possui graus de escolaridade elevados; a falta de suporte para pessoas com diagnósticos de doença mental, que,

após saírem das instituições, encontram opções muito reduzidas para encontrar uma habitação onde possam residir (Burt, 2001).

Outra questão com consequências fundamentais reside na discriminação racial, étnica e de classe social (Burt, 2001) nos campos da empregabilidade, da posse de bens materiais e mercado habitacional (Shinn, 2007). A discriminação relativa à orientação sexual, sobretudo nos adolescentes, torna praticamente impossível a saída destes jovens da situação de Sem-Abrigo em que se encontram (Milburn; Ayala; Rice; Batterham; Rotheram-Borus, 2006). Relativamente à empregabilidade, Shinn (2007) refere que a discriminação, no caso dos Estados Unidos, se faz notar nas maiores dificuldades para encontrar um emprego e nos salários que tendem a ser mais baixos para pessoas de outras etnias, quando comparadas com as de raça branca. Esta questão reflecte-se na dificuldade para comprar uma casa e também no difícil acesso aos créditos bancários, resultando toda esta conjuntura, numa inexistência de posses materiais a longo prazo, o que seguramente aumenta o risco de uma pessoa se tornar Sem-abrigo; no caso do mercado imobiliário, verifica-se discriminação no modo de tratamento com as pessoas e também na segregação das pessoas com diferentes etnias e rendimentos para bairros mais afastados, mais distantes dos seus empregos, predominando assim uma aglomeração das minorias étnicas em bairros (Shinn, 2007). Shinn, Knickman e Weitzman (1991) mencionam que a falta de relações e laços sociais aumentam a probabilidade das famílias mais carenciadas a diversos níveis se tornarem Sem-Abrigo, uma vez que não dispõem de apoios e soluções a que possam recorrer quando necessitam de ajuda.

Foscarinis (2008) prognostica a violência doméstica como um dos factores causais primordiais entre as mulheres e crianças Sem-abrigo e apresenta a falta de habitações a preços acessíveis como a causa principal do fenómeno dos Sem-Abrigo. A autora realça o aumento do preço das habitações, que se estende muito além do rendimento das pessoas que vivem num limiar de pobreza e que cada vez mais vêm os seus salários diminuir, aliando-se o facto de os subsídios e programas governamentais para habitação (programas de apoio aos mais carenciados) terem vindo a diminuir nos últimos 25 anos, o que diminui a oferta e inviabiliza a procura, aumentando as listas de espera e os Sem-Abrigo (Foscarinis, 2008). Burt (1991) refere também estes factores como causadores do fenómeno dos Sem-Abrigo, mencionando a falta de oportunidades no mercado habitacional no que respeita às possibilidades de alugar, evidenciando também a perda

de emprego e o nível de pobreza como factores importantes. Burt (1991) enuncia ainda o alto custo de vida, o desemprego e os baixos rendimentos como principais causas conducentes a uma situação de Sem-Abrigo, entendendo como essencial uma reestruturação do mercado de trabalho.

### Opinião Pública e os Sem-Abrigo

É importante perceber qual o grau de preocupação e de interesse da opinião pública relativamente ao fenómeno dos Sem-Abrigo, aspecto que poderá constituir um móbil importante de mudança social, na medida em que poderá ter influência nas decisões tomadas pelos responsáveis pelas políticas públicas (Toro & McDonell, 1992; Tompsett; Toro; Guzicki; Manrique & Zatakia, 2006). Neste sentido, torna-se necessário saber qual o conhecimento real e fidedigno da opinião pública sobre este fenómeno, sendo esta informação importante para os legisladores conceberem novas políticas com base nestes critérios (Toro et al., 1992).

Nos Estados Unidos da América, este fenómeno foi sendo foco de atenção a nível nacional, transformando-se num problema social emergente e despertando grande preocupação na opinião pública, incluindo o espectro político. O número de artigos referentes aos Sem-Abrigo foi aumentando, desde os anos 80, em jornais, revistas e artigos científicos, demonstrando a prioridade do problema, verificando-se, no entanto, até ao início dos anos 90 poucos estudos aprofundados dedicados a este tema (Toro & Warren, 1991; Toro et al., 1992). Esta situação foi-se transformando, existindo actualmente muitos estudos e investigações, terminadas ou ainda em curso, efectuadas nos últimos vinte anos, que são dirigidos a este fenómeno social. (Toro, 2007). Estes estudos permitem perceber melhor o fenómeno dos Sem-Abrigo ao abordarem os factores sociais que o envolvem (Buck, Toro & Ramos, 2004).

Existe assim uma relação entre opinião pública e os assuntos tratados pela comunicação social e a forma como se reflectem nas políticas públicas, sendo que a opinião pública pode ser influenciada pela imprensa bem como ser reflectida nela. Se existir uma alteração na quantidade de notícias dadas pela comunicação social e na forma, favorável ou não, como as divulgam, vai haver uma influência diferente nas políticas públicas, sendo que, se houver uma maior pressão da

comunicação social, os responsáveis pelas políticas vão sentir-se mais pressionados para encontrar novas soluções e medidas para o problema. Verifica-se, também, o contrário, podendo ser mais fácil para os legisladores alegar a não tomada de posição ou a não implementação de medidas, se as notícias forem depreciativas em relação ao fenómeno ou se não existirem, alegando ser um sintoma de não preocupação por parte da opinião pública (Buck et al., 2004). Assim, segundo Mutz & Soss (1997), a informação dada através da comunicação social pode ser facilitadora na medida em que auxilia a opinião pública na pressão exercida sobre os responsáveis pelas políticas públicas, potenciando assim uma mudança nas medidas a tomar relativamente a determinada problemática social. No entanto, a relação entre a imprensa e a opinião pública pode também seguir no sentido oposto: quando um assunto é demasiado debatido, isso pode suscitar que a opinião pública se vá apoderando de um sentimento designado por “*compassion fatigue*”, trazendo consequências negativas a nível das políticas públicas, uma vez que os legisladores se poderão basear neste facto para não actuar devidamente em relação ao fenómeno dos Sem-Abrigo (Link; Susser; Stueve; Phelan; Moore & Struening, 1994). Apesar deste sentimento ter sido revelado nos media, nos Estados Unidos, como verdadeiro, Link et al. (1994) afirmam o contrário, apoiando-se nos resultados de um estudo de opinião pública que realizaram, mostrando que o sentimento não é de indiferença nem de saturação mas de empatia, preocupação e vontade de mudança.

Para além das referências feitas ao fenómeno dos Sem-Abrigo pela comunicação social, também a literatura profissional desempenha um papel importante no seio da opinião pública e das políticas públicas, sendo que todas as investigações desenvolvidas neste sentido servem de base de apoio para os técnicos e investigadores que trabalham com esta população, no âmbito da implementação de novos serviços e medidas para os Sem-Abrigo (Buck et al., 2004). Segundo Toro et al. (1991), os psicólogos que trabalham nesta área podem ajudar a sensibilizar a opinião pública com base nestas informações, sensibilizando a comunidade em que intervêm, no sentido de transmitir um maior entendimento e percepção sobre o que os seus membros podem fazer para ajudar a resolver esta questão, evitando uma vitimização do Sem-Abrigo. Torna-se assim necessário conhecer qual a opinião pública sobre o fenómeno dos Sem-Abrigo, não só porque a mesma constitui uma influência importante junto das políticas públicas, mas também para perceber se esta visão está de acordo com a realidade (Toro et al., 1992).

Toro et al. (1992) elaboraram um estudo de opinião pública com o intuito de perceber quais as atitudes e o conhecimento geral da população de Erie County (Buffalo, NY) sobre os Sem-Abrigo, surgindo com a intenção de acrescentar nova informação aos estudos realizados nesta área que, até então, eram reduzidos, tendo sido iniciados nos Estados Unidos, em 1985. O método utilizado baseou-se num sistema aleatório de entrevistas telefónicas, utilizando também números não registados na lista telefónica, de modo a abranger uma amostra que fosse o mais representativa possível. Os resultados a que chegaram revelaram grande sensibilização, por parte do público, à população Sem-Abrigo, assim como uma atitude empática generalizada face a este fenómeno, defendendo causas de nível mais estrutural para o justificar. Deste modo, a sociedade é apontada como a principal responsável pela existência do fenómeno dos Sem-Abrigo e os governos estatal e federal como sendo os principais responsáveis por ajudar as pessoas em situação de Sem-Abrigo. A opinião pública reflecte uma noção de agravamento deste problema e demonstra disponibilidade para pagar mais impostos com o objectivo de reduzir a população Sem-Abrigo. As soluções apontadas como sendo as mais eficazes para a resolução deste problema passam pela construção de habitações de baixo custo, pela oferta de mais empregos e pela implementação de programas de competências profissionais e de programas de tratamento do alcoolismo e do abuso de substâncias. Foram também encontrados alguns predictores de atitudes, através das características demográficas dos inquiridos, sendo os factores mais significantes o sexo e a idade; por parte das mulheres e dos jovens é sugerido uma maior delegação do fenómeno nas causas estruturais, centrando-se nas questões de empregabilidade como uma possível causa e também como possível solução para este fenómeno social, compreendendo-o como um problema sério e com vista a piorar. Os autores (Toro et al., 1992) evidenciam a importância destas questões para as políticas públicas, notando-se uma clara disponibilidade do público para contribuir para soluções que os legisladores tenham em conta, notando-se também nestes resultados, uma consistência de opinião.

Outro estudo, realizado nos Estados Unidos (Tompset et al., 2006), dá conta das mudanças verificadas na prevalência e opinião pública sobre os Sem-Abrigo, entre o ano de 1993 e 2001, encontrando resultados semelhantes, relativamente ao género e à faixa etária, como predictores de atitudes, aos descritos no estudo referido anteriormente. Para o público em geral, em 2001, a visibilidade das pessoas que mendigam na rua, vulgo pedintes, aumentou, relativamente a 1993, havendo também uma diferença da percepção do fenómeno dos Sem-Abrigo como um problema

menos sério, existindo uma propensão para apostar nas intervenções baseadas nos factores sociais e uma maior diversidade nas características descritivas dos Sem-Abrigo. Embora identifiquem esta população como incluindo grande número de pessoas com doença mental, tentam encontrar outras explicações para o facto das pessoas se tornarem Sem-Abrigo. Quanto à prevalência, num determinado momento da vida, dos Sem-Abrigo, os mesmos autores não encontraram diferenças significativas entre 1993 e 2001, nas três categorias estudadas (sem-abrigo literal; pessoas que vivem em habitações precárias; e sem-abrigo literal desde há cinco anos) percebendo-se assim que existe uma certa estabilidade na prevalência dos Sem-Abrigo (Tompsett et al.,2006)

Conhecer a prevalência dos Sem-Abrigo e as suas alterações torna-se importante no sentido em que nos permite ter a noção do impacto da sociedade na população Sem-Abrigo, percebendo também as suas causas e perspectivando novas formas de intervenção, sendo, no entanto, complexo determinar esta prevalência, tendo em conta a diferença de definições e metodologias existentes sobre este conceito (Tompsett et al.,2006). Alguns investigadores referem os entraves das metodologias usualmente utilizadas para encontrar a prevalência dos Sem-Abrigo, oferecendo novas soluções. Habitualmente, na contagem das pessoas que são Sem-Abrigo nesse momento, torna-se difícil encontrar as pessoas que permanecem em locais mais escondidos, tais como as que dormem nos carros ou em edifícios abandonados, não alcançando, também, as pessoas que passaram episodicamente, por um tempo curto, por uma situação de Sem-Abrigo. É importante considerar estes factores de forma a perceber quais os acontecimentos que as levaram e as retiraram desta situação (Link et al.,1994; Toro, Tompsett, Lombardo, Philippot, Nachtergaeel, Galand et al., 2007). Para contrapor estes obstáculos, Link et al. (1994) realizaram um estudo que pretendia conhecer a prevalência das pessoas que já tinham passado por uma situação de Sem-Abrigo, em algum momento da sua vida, nos últimos cinco anos, utilizando a entrevista telefónica para habitações como forma de obter as suas respostas, de maneira a ter uma amostra representativa da população. Neste estudo foram obtidos valores mais altos de prevalência, sendo a maior percentagem referente àqueles definidos como Sem-Abrigo literais, levando a aferir que o fenómeno dos Sem-Abrigo suporta uma dimensão bastante ampla na sociedade e que não existem só os Sem-Abrigo que estão nesta situação há um longo período de tempo, sendo assim importante existir uma focalização nas características e causas de cariz individual dos Sem-Abrigo (Link et al., 1994). Dadas as várias investigações e resultados no âmbito da opinião

pública, Toro (2007) propõe que os investigadores divulguem os dados com mais frequência à comunicação social, podendo ser uma maneira de reduzir a prevalência dos Sem-Abrigo.

### Políticas Públicas e os Sem-Abrigo

Existem diversas estratégias no sentido de reduzir e acabar, como último propósito, com o fenómeno dos Sem-Abrigo e que passam, essencialmente, por um envolvimento das políticas públicas. Kiesler (1991) apresenta o que pensa constituir as três prioridades das políticas públicas no combate a este fenómeno, nomeando: a necessidade de uma habitação estável, de salários estáveis e de melhoramento do sistema de saúde, sugerindo, com este propósito, uma centralização das políticas públicas nas causas que estão na origem da pobreza e, conseqüentemente, deste fenómeno. Maria Foscarinis (2008), dirigente do National Law Center on Homelessness & Poverty, realça, por sua vez, a importância do envolvimento das políticas públicas e da lei como factores necessários para superar o fenómeno dos Sem-Abrigo:

*“A lei pode ser um instrumento poderoso para criar mudança. Decretar novas leis que criem novas fontes de rendimento, especialmente para casas para os Sem-Abrigo e para pessoas com rendimento muito baixo, pode ajudar a acabar e a prevenir o fenómeno dos Sem-Abrigo. As leis podem também criar e proteger direitos.”* (Foscarinis, p.50, 2008).

Foscarinis (2008) refere ainda que todos os fundos e programas destinados à população Sem-Abrigo são extremamente necessários, mas diz também ser preciso fazer mais para prevenir este fenómeno uma vez que os existentes não são suficientes para o grande número de pessoas que se encontram numa situação de Sem-Abrigo e ainda para os demais, em grande risco de ficarem nesta condição. Assim, a autora faz referência a um programa, desenvolvido na Escócia, cujo objectivo é o de encontrar uma habitação para os Sem-Abrigo, sendo esta uma solução muito mais eficaz do que a construção de novos abrigos. Para Foscarinis (2008) esta medida constitui “uma solução real” (p.50). Shinn e Tsemberis (1998), num estudo realizado com famílias em situação de Sem-Abrigo, concluíram que, em muitos destes casos, basta terem acesso a casas subsidiadas para saírem da situação em que se encontram, acrescentando que esta estratégia pode

não resolver todos os problemas que estas famílias comportam, mas supera a situação de Sem-Abrigo em que se encontram, obtendo desta forma uma estabilidade habitacional. Adiantam ainda ser também uma boa solução para as pessoas Sem-Abrigo, com doença mental e com problemas de abuso de substâncias, embora os serviços e questões que lhes estão endereçadas sejam de natureza diferente e por isso mereçam estratégias de intervenção diferentes, dentro do mesmo conceito, designadamente o acesso às casas subsidiadas e à procura de uma estabilidade residencial (Shinn & Tsemberis, 1998).

“Pathways to Housing”, uma organização sem fins lucrativos destinada superar o fenómeno dos Sem-Abrigo, foi fundada em 1992, em Nova Iorque, por Sam Tsemberis, preocupando-se fundamentalmente em assegurar que os Sem-Abrigo recebam casas permanentes (APA, 2005; Pathways to Housing, 2008). O objectivo proposto é que, mudando o sistema de cuidados e de resposta a esta população, assim como a forma de intervenção, se consiga que pessoas Sem-Abrigo, com diagnósticos de doença mental e com histórias de abuso de substâncias, prossigam um processo de *recovery* e de integração na comunidade (APA, 2005). O programa *Housing First*, já reconhecido nos Estados Unidos, permite aos Sem-Abrigo ter acesso imediato a uma casa própria, sem que para isso tenham de preencher requisitos, normalmente pedidos por outros programas, como ingressarem obrigatoriamente em tratamentos psiquiátricos ou de desintoxicação. Este Programa privilegia as escolhas e decisões dos Sem-Abrigo. Os detentores deste projecto têm consciência de que é preferível lidar com as questões de alcoolismo, abuso de substâncias e outros, atenuando-os e oferecendo suporte, sempre que possível, em vez de adoptar uma filosofia de proibição (Pathways to Housing, 2008).

Segundo a página oficial da Organização Pathways to Housing (2008), esta iniciativa tem tido uma taxa de sucesso de 85%, sendo que, em Nova York, existem cerca de 500 pessoas a beneficiar de uma casa permanente, tendo também à sua disposição diversos serviços, denominados no seu conjunto por “Assertive Community Treatment” (ACT), orientados por equipas interdisciplinares: incluem tratamento psiquiátrico; tratamento individual e em grupo de abuso de substâncias; ajuda na aquisição e desenvolvimento das competências do dia-a-dia; aquisição de competências a nível de orçamentos e gestão de dinheiro; serviços de *advocacy* para que as pessoas conheçam os seus direitos e benefícios a nível da Segurança Social; suporte para novas ligações com a família; serviços de emprego apoiado; disponibilização de oportunidades a

nível da expressão artística e socialização através da arte; workshops de fotografia e escrita. Estes serviços são assim disponibilizados pelo programa, através de um trabalho intensivo e individualizado com cada pessoa, de forma a preencher todas as necessidades de que carecem, depois de já ter sido solucionada a questão fulcral – a situação de Sem-Abrigo – ao ter sido disponibilizada uma casa (Pathways to Housing, 2008). Outra das características deste Programa tem a ver com a relação entre preço e qualidade da solução procurada, sendo uma situação exemplificativa a comparação entre o preço dos serviços prestados pela *Pathways to Housing* (apartamento individual e serviços de suporte) por cliente - \$22,500/ ano - e o dinheiro dispendido por uma cama num Hospital Psiquiátrico estatal - \$175,000/ano - sendo, portanto, a solução encontrada pela *Pathways to Housing* para uma solução *cost-effective* (Pathways to Housing, 2008).

Tseemberis e colegas desenvolveram vários estudos no sentido de compreender melhor a eficácia do programa *Housing First* e perceber também o que o diferencia, em termos de resultados, dos outros programas mais utilizados, que, na sua maioria, são compostos por um modelo linear, constituído por várias componentes que no seu todo formam um contínuo de cuidados (*linear continuum of care*) em que é necessário passar por diferentes fases para no fim alcançar o objectivo principal de uma vida estabilizada e independente (Tseemberis & Eisemberg, 2000; Tseemberis, Gulcur & Nakae, 2004). Assim, para fazer parte destes programas, é necessário, num primeiro momento, aceitar determinadas condicionantes e reunir alguns pré-requisitos, como comprometer-se a deixar de beber ou de consumir substâncias, ingressando num programa de tratamento para este efeito ou em tratamento psiquiátrico para as pessoas com experiência de doença mental. Assim, os Sem-Abrigo literais são encaminhados para abrigos ou habitações transitórias por um período de tempo limitado para, no final, encontrarem uma habitação permanente, embora a possam perder se voltarem a consumir ou se pararem de participar nos programas de tratamento, uma vez que, no modelo contínuo de cuidados, a atribuição de uma habitação estável e a participação nos outros programas disponibilizados são indissociáveis (Tseemberis & Eisemberg, 2000; Tseemberis et al., 2004). Algumas das inferências retiradas a partir da comparação do programa *Housing First*, que oferece habitação imediata, com a independência necessária aos consumidores, com os programas que utilizam o modelo contínuo de cuidados, em que a habitação apoiada é o último ponto do contínuo, revelam que é mais provável para as pessoas que estão no programa *Housing First* manterem o seu alojamento, por

um período de quatro anos e meio, sendo que, após cinco anos, 88% dos indivíduos conservaram a sua habitação, contra 47% nos outros programas, percebendo-se ainda que o risco de haver uma descontinuidade no processo habitacional é quatro vezes maior para uma pessoa que o esteja a fazer pelo modelo linear contínuo de cuidados (Tsemberis & Eisemberg, 2000). Pelos resultados, percebe-se também que pessoas com experiência de doença mental e com um duplo diagnóstico (doença mental e abuso de substâncias) têm uma menor hipótese de manter uma casa, nos dois tipos de programa, embora haja uma maior taxa de sucesso no programa *Housing First*. Constatase que existe uma maior propensão, com uma alta taxa de sucesso, por parte das pessoas Sem-Abrigo, para procurar ajuda e tratamento voluntariamente depois de estarem alojados numa habitação protegida e respeitadora da sua intimidade, uma vez que nessa altura, encontrando-se longe da rua e tendo algo de concreto como sendo seu, em que se podem apoiar, estão já com mais condições para se dedicarem às outras questões (Tsemberis & Eisemberg, 2000; Tsemberis et al., 2004; Gulcur, Stefancic, Shinn, Tsemberis & Fisher, 2003). O modelo *Housing First* demonstra ser assim bastante eficaz, a longo prazo, na redução e prevenção do fenómeno dos Sem-Abrigo, incluindo os Sem-Abrigo crónicos, com experiência de doença mental e histórias de abuso de substâncias (Gulcur et al., 2003; Stefancic & Tsemberis, 2007), acrescentando-se o facto de ser um programa desenvolvido no seio da própria comunidade, o que permite aos seus utilizadores uma aprendizagem das competências de que necessitam para uma melhor integração nessa comunidade, ou seja, desenvolver laços e envolvimento social no local em que as vão pôr em prática (Tsemberis & Eisemberg, 2000; Tsemberis et al., 2004). Com efeito, para conseguir uma boa integração na comunidade é importante que exista bem-estar e sentimento de pertença, proporcionados por um sentimento de *empowerment*, poder de decisão sobre a sua vida e, conseqüentemente alcançar uma vida independente. Este modelo é dotado de características fundamentais para proporcionar uma integração bem sucedida (Gulcur, Tsemberis, Stefancic, Greenwood, 2007). Assim, é necessário reunir estratégias que protejam as classes sociais mais baixas aumentando os rendimentos e benefícios sociais, mudando a estrutura do mercado de empregabilidade para que o desemprego diminua e desenvolver programas a longo termo, entre os quais sistemas de habitação subsidiadas e habitação apoiada para pessoas com algum tipo de incapacidade, aumento de postos de trabalho e programas de requalificação de competências para pessoas desempregadas (Burt, 1991).

Kondratas (1991) defende que, para acabar definitivamente com o fenómeno dos Sem-Abrigo, é necessário um trabalho conjunto, com intervenções a curto, médio e longo prazo que incluam estratégias de realojamento e de habitações a preços acessíveis para quem mais precisa. Tem de existir assim um objectivo comum a todos os intervenientes da sociedade, como o estado, o governo, os poderes locais, as instituições e a comunidade em si, que é o de acabar com este problema de ordem social, sendo indispensável a existência de uma comissão organizadora nacional, com ideias e objectivos claros para combater a pobreza (Kondratas, 1991).

Toro, Trickett, Wall & Salem (1991) apresentam uma perspectiva ecológica, baseada no modelo ecológico de James Kelly, dirigida ao fenómeno dos Sem-Abrigo e às políticas que lhe estão endereçadas. Os autores evidenciam que esta perspectiva integrada nos quatro princípios que caracterizam o modelo - Adaptação, Ciclo de Recursos, Interdependência e Sucessão – promove um panorama assente no contexto onde o fenómeno se revela e nas diferentes interacções e recursos existentes na comunidade. Segundo a óptica do princípio da Adaptação observa-se a forma como o comportamento e as características individuais interagem com o contexto social envolvente, percebendo como são influenciadas e como podem influenciar os factores ambientais e culturais à sua volta, concebendo-se uma estrutura diferente do fenómeno de local para local e também uma delineação das políticas públicas específicas para cada ambiente. O princípio do Ciclo de Recursos baseia-se na forma como os recursos de uma comunidade são definidos e distribuídos, descobrindo aqueles que estão desperdiçados e dando-lhes uma nova utilidade. Assim, aposta nos pontos fortes das pessoas Sem-Abrigo e vê como recolher os recursos que lhes darão uma habitação, sendo possível, por exemplo, transformar os edifícios abandonados em habitações de baixo custo. O princípio da Interdependência alerta para o facto de todas as componentes envolvidas estarem de alguma forma dependentes umas das outras criando um certo equilíbrio no sistema. É importante perceber e ter em conta que quando um aspecto é alterado influencia os outros, causando um desequilíbrio geral, o que revela uma responsabilidade acrescida quando se cria um novo serviço ou se introduz uma nova política dirigida aos Sem-Abrigo. É exemplo o dinheiro que o Estado gasta com as acomodações e serviços de emergência, que contêm o fenómeno mas não o resolvem, pecando por uma perpetuação do fenómeno, não sobrando dinheiro para financiamentos de outro tipo mais resolutos e preventivos. De acordo com o princípio da Sucessão o fenómeno dos Sem-Abrigo deve ser visto através de uma linha temporal que atravessa diferentes fases, soluções, contextos e reacções que devem ser levados em

conta como forma de antecipar e aprender a delinear novas estratégias para o futuro e adequar os serviços à realidade envolvente, sendo um exemplo disso ter-se percebido que o mais importante para uma adaptação na comunidade é a disponibilidade de recursos a que podem recorrer, independentemente do grau da patologia que tiverem associada (Toro et al, 1991).

### *Prevenção do Fenómeno dos Sem-Abrigo*

Burt (2001) vê na prevenção uma estratégia eficaz que produz uma mudança capaz de solucionar o problema dos Sem-Abrigo, direccionando-se para as camadas sociais mais pobres. É assim necessário que as políticas públicas se concentrem na criação de casas a preços acessíveis e que as disponibilizem a pessoas cujos rendimentos se encontram abaixo do nível de pobreza, pois só assim conseguirão residências estáveis: “É mais eficaz, mais humano e por último, mais prudente em termos fiscais, investir na prevenção e no apoio que conduz a uma auto-suficiência e independência entre todos os residentes.” (Burt, 2001, p.6).

Wireman (2007) defende que as medidas no sentido de ajudar os Sem-Abrigo não devem apenas aparecer quando uma pessoa já está numa situação incontornável e humilhante mas antes num momento prévio que permita prevenir estas situações, para que as pessoas não tenham de passar por uma situação de Sem-Abrigo. O autor faz também menção ao carácter “cost-effective” da prevenção, aparecendo esta como uma solução, para o fenómeno dos Sem-Abrigo, mais económica, rápida e eficiente. Segundo Wireman (2007), para que a prevenção do fenómeno seja eficaz é necessário que haja um envolvimento dos consumidores destes projectos no interior da comunidade, assim como daqueles que já experienciaram uma situação de Sem-Abrigo, para que as medidas tomadas sejam realmente do interesse de quem vai usufruir delas e que evitem medidas habitacionais que façam lembrar pequenas instituições, não promotoras de autonomia e sentimento de propriedade da habitação que lhes é pertencente.

A implementação de um programa de prevenção eficaz e adequado às necessidades é um processo de difícil construção, uma vez que se torna necessário saber exactamente qual o fenómeno a prevenir, sua definição e abrangência, para que a intervenção seja clara e os efeitos visíveis, sendo importante reconhecer nos resultados uma correlação entre a intervenção,

estratégia utilizada e o fenómeno a evitar (Shinn & Baumohl, 1999). O propósito da prevenção é impedir que algo aconteça no futuro e para isso é necessário conhecer as causas ou os factores determinantes emergentes no fenómeno dos Sem-Abrigo e o momento exacto em que o fenómeno aparecerá, para que a intervenção seja específica e a mais fiável possível (Shinn & Baumohl, 1999; Burt, Pearson & Montgomery, 2007). Existem assim alguns factores, encontrados através do estudo dos antecedentes dos Sem-Abrigo, que permitem antever o futuro e determinar quais as situações e as pessoas em risco de se tornarem Sem-Abrigo, mas estes factores não conseguem prever com toda a certeza quem poderá estar numa situação sensível e de risco, uma vez que o fenómeno dos Sem-Abrigo alberga múltiplas causas e definições e está em constante transformação, variando com o tempo e local (Shinn & Baumohl, 1999; Burt et al., 2007). Uma das sugestões dos investigadores é que se deixe informação sistematizada após cada intervenção, periodicamente actualizada, para que, através das várias investigações e programas de prevenção, se alcancem resultados cada vez mais eficazes (Shinn & Baumohl, 1999; Burt et al., 2007). Através das investigações dedicadas a este fenómeno, algumas estratégias foram apontadas como potencialmente eficazes em matéria de prevenção, sendo bastante relevante os programas de habitação subsidiada, a disponibilidade de serviços de suporte e de habitação permanente, serviços de *advocacy* e de mediação relacionadas com as questões das rendas, subsídios e dos senhorios das casas onde habitam e a rápida saída das pessoas que se encontram em abrigos para permanecerem o menos tempo possível nessa situação (Burt et al, 2007). Deste modo, torna-se importante conhecer estudos e aplicações concretas de Prevenção do fenómeno dos Sem-Abrigo para uma melhor percepção sobre o assunto.

O relatório “Partners in Prevention: Community-Wide Homelessness Prevention in Massachusetts and the United States” (2005), realizado pelo Center for Social Policy, da Universidade de Massachusetts, Boston, através do financiamento e apoio do The Boston Foundation, apresenta um estudo referente às medidas de prevenção implementadas para este efeito como forma de acabar com o fenómeno dos Sem-Abrigo. “The Homelessness Prevention Initiative”, iniciativa do The Boston Foundation, que teve a seu cargo este estudo, entendeu como necessário perceber quais as estratégias mais eficazes, no sentido de prevenir este fenómeno, e também entender como as pessoas em risco de perder o seu alojamento o conseguiram manter, apostando num trabalho de parceria e colaboração com várias organizações para que os resultados sejam os mais positivos. A pertinência deste estudo torna-se mais clara quando nos é referido neste relatório que

a Interagency Council on Homelessness and Housing reconhece a Prevenção como uma das principais estratégias para acabar com o fenómeno dos Sem-Abrigo, indicando-nos também ser uma abordagem “cost-effective”, querendo isto dizer que são precisas menores quantidades de dinheiro para manter uma pessoa na sua casa do que manter abrigos de emergência, sendo o resultado muito mais produtivo (The Boston Foundation, 2005). Este estudo teve lugar em seis comunidades dos Estados Unidos da América: Cape Cod, MA; Columbus/ Franklin County, Ohio; the state of Minnesota; New York City, NY; Washington DC e Worcester, MA. Foram também, adicionalmente, aplicados dois programas de Prevenção isolados das outras comunidades, tendo estes um carácter inovador, focando-se um deles num sector privado, em que “Value Options of Maricopa Co., AZ é uma companhia lucrativa que implementa um modelo da prevenção que cria o alojamento.” (The Boston Foundation, 2005, p.5) e o outro num programa de suporte social para jovens que tenham saído de instituições, sendo que “Lifelong Family é um programa em Massachussets que liga os Jovens que estão sair do sistema de cuidados institucionais com conexões sociais substanciais para a vida” (The Boston Foundation, 2005, p. 5). Para que o programa de prevenção decorra com a maior exactidão e sucesso possíveis, é importante que todas as comunidades envolvidas, cada uma com os seus objectivos específicos, contenham nas suas estratégias dois pensamentos importantes: “Prevenir que famílias e indivíduos percam as suas casas é, simultaneamente, humano e eficaz monetariamente” e “uma liderança central, forte e digna de confiança são componentes fundamentais do sucesso” (The Boston Foundation, 2005, p.3).

Segundo o relatório (The Boston Foundation, 2005), cada comunidade fornece um conjunto de serviços de assistência, incluídos no programa de prevenção, em concordância com as diversas parcerias. Todas as seis comunidades beneficiaram de: assistência a nível monetário, sendo esta destinada a auxiliar na renda da casa, em comida ou outras ajudas necessárias; assistência para a casa não relacionada com dinheiro, como procurar casa, reparações e manutenção; e ajuda na gestão de alguns casos, em que estão incluídos diversos serviços como suporte e protecção em casos de violência doméstica, tratamentos relacionados com saúde mental e abuso de substâncias ou mesmo procura de emprego ou preparação das competências necessárias para o mesmo. Para além destes serviços, existem ainda outros, disponíveis apenas em algumas das comunidades, tais como: serviços de mediação entre senhorio e inquilino, na procura de casa ou mesmo entre a família, que se encontram nas comunidades de Columbus, New York City e Worcester; a

assistência relacionada com créditos e orçamentos encontram-se em todas as comunidades anteriormente referidas e, também, em Cape Cod, comunidade que também beneficia de assistência em termos legais, assim como Columbus, e serviços de babysitting. Worcester é a única a possuir ligações com suportes informais e Columbus, a única a beneficiar de tratamento em termos de saúde mental ou de abuso de substâncias.

Depois duma caracterização geral desta Iniciativa para a Prevenção dos Sem-Abrigo nas várias comunidades mencionadas, e não alargando para mais detalhes, desenvolvidos no Relatório em observação, far-se-á uma breve apresentação dos sucessos e dilemas, resultantes deste estudo. O relatório (The Boston Foundation, 2005) expõe quatro níveis de sucesso. Em primeiro lugar, as conclusões mostraram que a maioria das comunidades foram bastante bem sucedidas ao colaborarem com representantes de todos os sectores, sendo que algumas conseguiram construir, dentro da comunidade, uma “pequena comunidade” constituída por todos os sectores, em que o objectivo comum era a Prevenção dos Sem-Abrigo. Em segundo lugar, as comunidades que conseguiram organizar de forma fidedigna os dados finais reportaram que as pessoas, na sua maioria, que estiveram envolvidas no programa de prevenção, não procuraram, a seguir à iniciativa, os serviços dos abrigos. Outro dos sucessos indicados no relatório, já referido no início deste, é o facto de a prevenção ser uma resposta “cost-effective” para combater o fenómeno dos Sem-Abrigo. Por último são divulgadas algumas percentagens de casos bem sucedidos após o Programa de Prevenção. Na comunidade de Columbus/ Franklin County a taxa de sucesso foi de 99%, querendo dizer que estas pessoas não procuraram nenhum tipo de abrigo, posteriormente a ter participado no programa de prevenção; em Hennepin County a percentagem de sucesso para as famílias também foi de 99% e para indivíduos foi de 94%. Para a população jovem, o programa de prevenção nesta comunidade apresentou uma taxa de sucesso de 89%, sendo que após seis meses do fim do programa, os jovens se mantinham numa casa de família ou numa casa em condições. Por fim, importa referir que, em Washington, DC, as famílias que permaneceram estabilizadas em casas adequadas, no período seguinte à intervenção, constituem uma percentagem de 77%. Este estudo mostrou que a Prevenção, tendo como objectivo terminar com o fenómeno dos Sem-Abrigo, se verificou uma abordagem bastante eficaz nestas comunidades.

\* \* \*

Em síntese, realçar que os estudos de opinião pública sobre o fenómeno dos Sem-Abrigo possibilitam um conhecimento da visão geral sobre esta população, permitindo uma mudança nas políticas públicas, havendo um maior apoio de medidas cujo objectivo é o de reduzir ou terminar com a problemática dos Sem-Abrigo.

Existe uma linha ténue entre as pessoas que vivem em habitações precárias e com um estilo de vida precário e as que já estão numa situação de Sem-Abrigo (Sem-Abrigo literal), percebendo-se que os factores sociais causadores de um aumento na prevalência destas situações precárias, são também aqueles que aumentam o número de pessoas em situação de Sem-Abrigo (Haber & Toro, 2004). Torna-se assim importante perceber as causas e características do fenómeno dos Sem-Abrigo para encontrar novas soluções. Os estudos transnacionais, de comparação entre os vários países, e os estudos como os de opinião pública, que pretendem conhecer quais as atitudes das populações sobre esta temática assim como a prevalência dos Sem-Abrigo ao longo da vida, podem alcançar este objectivo de forma eficaz (Haber & Toro, 2004).

Uma das soluções com evidências de ser bem sucedido é o programa *Housing First*, que possibilita uma habitação permanente, de entrada imediata, a cada pessoa em situação de Sem-Abrigo. Uma abordagem centrada na escolha do cliente e a não imposição de requisitos de entrada são características deste programa que permitem que uma maior percentagem de pessoas em Situação de Sem-Abrigo permaneça, estável, numa habitação permanente (Gulcur et al., 2003). O programa *Housing First* é especialmente bem sucedido para aqueles com doenças psiquiátricas, historial de abuso de substâncias e internamentos em hospitais assim como para os Sem-Abrigo literais e em situações crónicas de Sem-Abrigo, estando comprovado que podem estar estáveis numa habitação permanente e individualizada (Gulcur et. al, 2003).

## MÉTODO

Este estudo insere-se num projecto de investigação transnacional sobre a Opinião Pública e Prevalência acerca dos Sem-Abrigo, tendo a sua génese no Research Group on Homelessness and Poverty (Wayne State University, Detroit, E.U.A.). Este projecto conta já com algumas parcerias inter-universitárias, iniciadas em 1999, havendo já estudos em vários Países, para além dos Estados Unidos e Portugal, nomeadamente França, Bélgica, Alemanha, Reino Unido, Itália, Canadá, Japão e Polónia.

O estudo em Portugal surgiu em 2004, tendo sido criado um grupo de investigação para o efeito, inserido no Núcleo de Psicologia Comunitária do ISPA, que se foi modificando e alargando ao longo do tempo, com a integração de novos elementos, constituído por alunas do ISPA, colaboradoras voluntárias e pela coordenadora Mestre Maria João Vargas Moniz no sentido de dar seguimento a uma versão portuguesa do estudo. Este trabalho de investigação surgiu no seguimento de alguns contactos entre o Prof. Doutor José Ornelas (ISPA) e a Doutora Marybeth Shinn (Nova York University), que sugeriu o contacto com o Prof. Paul Toro, coordenador do Research Group on Homelessness and Poverty, estabelecendo-se assim uma parceria. O grupo de investigação procedeu então à tradução e adaptação do instrumento, para de seguida, em 2005, aquando da autorização do projecto pelo Centro de Investigação do ISPA, se começar com a aplicação dos questionários.

A análise estatística utilizada no tratamento dos resultados baseou-se na análise descritiva de todos os itens inseridos no questionário, tendo sido criada para o efeito uma base de dados contendo os elementos das 300 entrevistas realizadas. O programa estatístico utilizado foi o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 15.0.

## Participantes

Uma lista de números de telefone fixo, cedidos pela PT (Portugal Telecom) ao Research Group on Homelessness and Poverty e posteriormente ao grupo de investigação em Portugal, permitiu que os participantes deste estudo fossem seleccionados aleatoriamente, uma vez que os números da lista, estavam dispostos de uma forma aleatória, conseguindo-se uma representatividade populacional a nível da área geográfica.

A lista continha todos os números existentes e também os que não constam na lista telefónica, em que os telefonemas realizados para empresas ou estabelecimentos comerciais, foram excluídos da amostra, uma vez que o objectivo era entrevistar pessoas com mais de 18 anos, incluídas num agregado familiar.

O número de participantes seleccionados para este estudo foi de 300, sendo que em alguns itens, existiram inquiridos que não responderam a algumas questões, pelo que se verificará alguns *missing values*, aquando da apresentação dos resultados.

### Dados Demográficos dos Participantes (Anexo A)

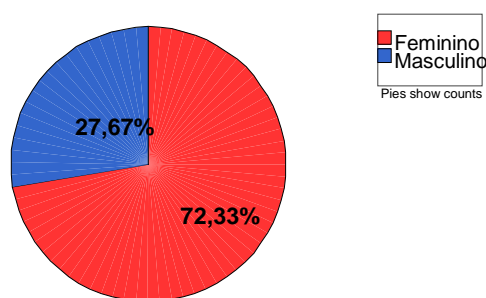


Gráfico 1: Sexo dos Participantes

O número de participantes seleccionados para este estudo foi de 300, em que 72.3% eram do sexo feminino e 27,7% do sexo masculino.

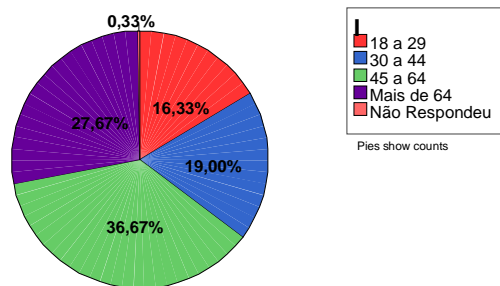


GRÁFICO 2: Idade dos Participantes

Os participantes tinham de ter mais de 18 anos e as suas idades estão dispostas em quatro grupos: os participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos são 16,3%; já o intervalo de idades dos 30 aos 44 reúne uma percentagem de 19%. Com 110 participantes (36,7%), a maioria situa-se entre os 45 e os 64 anos; havendo ainda 27,7% dos participantes com mais de 65 anos.

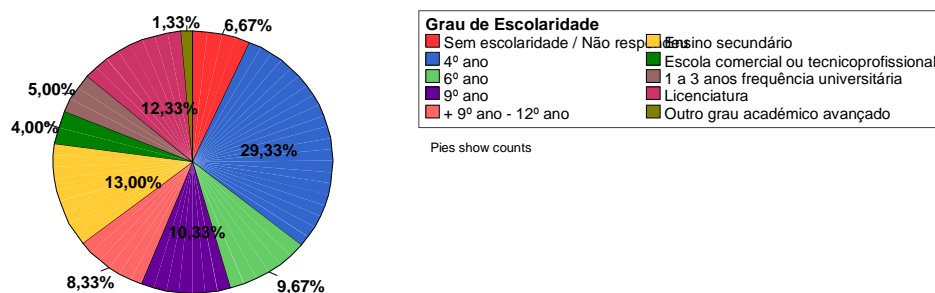


GRÁFICO 3: Grau de Escolaridade dos Participantes

Relativamente ao grau de escolaridade, 6,7% não tem escolaridade ou não respondeu à questão, sendo que o grupo que reúne mais participantes, com 29,3%, é o 4º ano de escolaridade. As pessoas incluídas no estudo com o 6º ano (9,7%), 9º ano (10,3%), ensino secundário (13%) e licenciatura (12,3%), têm valores bastante próximos, enquanto apenas 1,3% têm outro grau académico avançado, 5% têm de 1 a 3 anos de frequência universitária, 4% concluiu a escola técnica ou Profissional e 8,3% têm entre o 9º ano e o 12º ano.

Os participantes são na sua maioria de etnia portuguesa (94%), existindo 3,3% oriundos de países de expressão oficial portuguesa e 0,7% provêm de um outro país da EU, assim como de um outro país da Europa.

As ocupações são variadas, embora a que registe uma maior percentagem, com alguma distância das outras, seja a de reformado ou desempregado (26,3%), seguindo-se da ocupação de doméstica (17%) e dos estudantes (8,3%). As restantes ocupações têm valores baixos e próximos uns dos outros

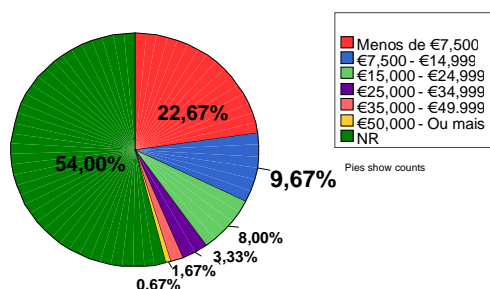


GRÁFICO 4: Rendimento dos Participantes

Mais de metade dos participantes (54%) não soube ou não quis responder à questão sobre o seu rendimento familiar. Os agregados cujos rendimentos não ultrapassam, os 7.500 euros, não vão além de 22,7%, apesar de este ser o grupo onde se inserem mais participantes.

Relativamente ao seu partido político, a maioria dos respondentes assegura não ter nenhum (45,7%). Dentro dos partidos, o Partido Socialista (23,7%) é o que angaria mais participantes, seguido do Partido Social-Democrata (21,1%), sendo que 89,7% dos participantes está recenseado na área onde reside e 76% votou nas últimas legislativas, o que demonstra uma participação activa dentro da sociedade.

86% dos participantes afirmam ser da religião católica, 5% não têm e 6,4% não respondem.

O concelho mais habitado dentro desta amostra é o de Lisboa (7,7%), seguindo-se Coimbra (5%) e Braga (4,3%). O distrito mais populoso é também o de Lisboa (23.7%), agora seguido do Porto (12,7%) e só depois Braga (9%) e Coimbra (8,4%).

## Instrumento

“*A Perspectiva da População sobre as pessoas Sem-Abrigo - estudo em Portugal*” é o instrumento utilizado na presente dissertação, sendo um questionário constituído por 164 itens, que foi traduzido e adaptado para português de instrumentos desenvolvidos por Toro & McDonnell (1992) e Link et al. (1994, 1995) (Tompsett, et al., 2006). (Anexo B)

O questionário original foi pensado com o intuito de ser utilizado a nível transnacional, de forma a obter posteriores comparações de resultados, nos vários países diferentes, pelo que não foi necessário testar a fidedignidade teste-reteste para a versão portuguesa.

As questões do instrumento visam perceber qual o conhecimento, a opinião e as atitudes face ao fenómeno dos Sem-Abrigo e às próprias pessoas Sem-Abrigo, por parte dos entrevistados. Pretendem também aceder às crenças relacionadas com as políticas sobre este tema, às experiências pessoais e contacto de cada participante com o fenómeno e com as pessoas Sem-Abrigo e às suas características demográficas.

O questionário contém também algumas perguntas que permitem perceber se o entrevistado, algum amigo ou familiar, passaram, em algum momento da sua vida, por uma situação de Sem-Abrigo, qual a duração desse período, a idade que tinham e o tipo de situação, literal ou de precariedade habitacional, em que se encontraram, sabendo se a pessoa durante esse momento dormiu em parques ruas ou edifícios abandonados, abrigos ou em casa de amigos ou familiares. Quando se verificava uma situação destas era pedido ao entrevistado que relatasse a sua história para o entrevistador a registar com mais pormenores. Este tipo de método permite que se saiba a prevalência da população Sem-Abrigo, percebendo que pessoas estiveram nesta situação no passado, conhecendo deste modo as pessoas que não são tão facilmente visíveis, que estiveram numa situação de Sem-Abrigo por um breve período de tempo, não sendo facilmente

contabilizáveis, que estão ou estiveram em situação de precariedade habitacional. É assim possível aceder à prevalência da população Sem-Abrigo, sabendo que a amostra foi recolhida de forma a ser representativa a nível nacional (Link et al., 1994). A presente dissertação não aprofunda este tema, tendo apenas sido realizada uma análise descritiva como nas restantes questões, uma vez que o tema central é o acesso à opinião pública mas sendo uma importante característica deste questionário, fica em anexo algumas das histórias recolhidas nas entrevistas pelo grupo de investigação do ISPA (Anexo C) e as percentagens da prevalência de vários países, utilizando esta mesma metodologia, apresentadas pelo Prof. Paul Toro, na II Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (Anexo D)

Os itens do questionário diferem no modelo de resposta (ex. escala de Likert; perguntas de resposta fechada), existindo algumas hipóteses no sentido de prevenir respostas neutras por parte dos entrevistados, assim como itens codificados de forma inversa para que sejam evitadas respostas tendenciosas. Apesar das características do instrumento já enunciadas, era possível saltar questões que os entrevistados não quisessem responder, o que se manifesta nos *missing values* existentes nalguns resultados. Assim, alguns itens correspondentes às atitudes face ao fenómeno dos Sem-Abrigo são perguntas de resposta fechada – ex: “*Qual das seguintes instituições pensa que deve ser a mais responsável por ajudar a apoiar as pessoas Sem-Abrigo: Governo, Igrejas e Associações ou as Próprias Pessoas Sem-Abrigo?*”. Existem outras questões em que são utilizadas escalas de Likert de 4 pontos – ex: “*Quanto é que a falta de habitações a preços acessíveis contribui para o fenómeno dos Sem-Abrigo: Bastante. Um Bocado, Um Pouco ou Nada?*”. Foram também utilizadas medidas contínuas para se ter acesso ao conhecimento dos participantes sobre as características das pessoas Sem-Abrigo, sendo pedido que dessem uma percentagem de pessoas Sem-Abrigo que partilhassem uma certa característica - ex: “*Em cada 100 pessoas Sem-Abrigo, quantas são homens?*”. Os entrevistados foram também questionados sobre a importância do fenómeno dos Sem-Abrigo, tendo sido perguntado se o participante acreditava que um determinado assunto – ex: “*Aumentar os custos com as Forças Armadas*” - era mais, igualmente ou menos importante que reduzir o número de pessoas Sem-Abrigo.

## Procedimento

A aplicação do instrumento efectuou-se através de entrevistas telefónicas, utilizando apenas os números de telefone da rede fixa.

As entrevistas foram realizadas pelos vários elementos que fizeram parte do grupo de investigação ao longo do tempo, no período entre Junho de 2005 e Setembro de 2007. O horário em que decorriam as entrevistas variava de acordo com a disponibilidade de cada colaborador, embora os períodos da hora de almoço e do fim da tarde, a partir das 19h, tenham sido verificados como os mais produtivos a nível de disponibilidade por parte dos entrevistados, obtendo uma maior quantidade de entrevistas completas.

Ao iniciar o telefonema, o entrevistador identificava-se, verificava se a ligação estava a ser efectuada para uma residência e não para um estabelecimento comercial e se o entrevistado tinha mais de 18 anos, verificando, assim, se estava enquadrado nos critérios estabelecidos à partida. Posteriormente era explicado o objectivo do estudo e a sua duração, cerca de 15 a 20 minutos, sublinhando que se tratava de um estudo anónimo. Caso o entrevistado concordasse em participar na investigação era dado início à entrevista. No final, após algumas perguntas sobre os dados demográficos do participante, este era questionado se gostaria de receber uma cópia do relatório do projecto. Se a resposta fosse afirmativa era pedido o endereço do e-mail para o efeito. No momento da entrevista eram também anotadas as histórias dos entrevistados que passaram por uma situação de Sem-Abrigo ou de precariedade habitacional.

As entrevistas eram, no momento da sua realização, transcritas pelo entrevistador e, num momento posterior, informatizadas. A cada telefonema, cada colaborador anotava qual o número de telefone para onde tinha ligado e registava qual tinha sido o tipo de ligação: ninguém atendeu, não quis responder, pediu para se ligar num horário diferente, fala outra língua, estabelecimento comercial, entrevista incompleta, entrevista completa. Toda esta informação era registada para se obter uma maior coordenação entre os elementos da equipa e existir uma maior sistematização do material recolhido. No final era também preenchido um relatório do dia de trabalho.

## RESULTADOS (Anexo E)

Pela análise descritiva dos resultados é possível perceber qual a visão que a opinião pública portuguesa tem em relação à população Sem-Abrigo, nos diversos domínios abordados. A exposição dos resultados irá obedecer à estrutura do instrumento, seguindo a ordem das questões nele apresentadas. Os temas abordados prendem-se com as crenças relacionadas com as políticas públicas, as atitudes e o nível de conhecimento face aos Sem-Abrigo e ao fenómeno inerente.

Quando questionados sobre a seriedade do Fenómeno dos Sem-abrigo em Portugal, 79,3% dos inquiridos percebem este problema como sendo *Muito Sério*, sendo esta percentagem um pouco mais baixa quando é referente a este problema mais especificamente no Concelho onde reside (34,3%) ou na Cidade mais próxima do sítio onde vive (38,3%).

Quanto à evolução do problema dos Sem-abrigo em Portugal, 66,3% dos participantes refere que está a piorar e 11,7% acredita que o problema está a melhorar.

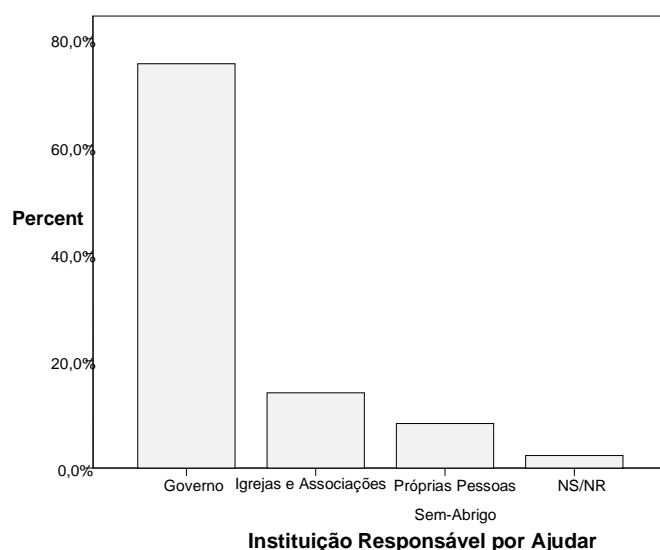


GRÁFICO 5: Instituição Responsável por Ajudar

Da amostra total, a grande maioria (75,3%) concorda que a instituição com mais responsabilidade para uma intervenção no fenómeno dos Sem-Abrigo é o *Governo*, sendo que uma pequena minoria (8,3%) acredita serem as *Próprias Pessoas Sem-Abrigo* responsáveis por sair da situação em que se encontram e apenas 14% delegam nas Igrejas e Instituições esta responsabilidade – o que pode indicar que os cidadãos clamam por uma solução por parte do principal responsável pelo país, como uma intervenção mais eficiente e a longo prazo, uma vez que as igrejas e instituições têm um papel de suporte imediato e de situações de emergência mas não conseguem acabar ou reduzir o fenómeno.

Grande maioria pensa que os “financiamentos públicos com o objectivo de ajudar os Sem-Abrigo” devem aumentar (76,7%) e 17% é da opinião que estes se devam manter, apenas 1,7% é da opinião que devam diminuir. Percebe-se assim uma preocupação e disponibilidade para que a resolução deste fenómeno passe por soluções publicas, devendo disponibilizar o Estado uma parte do dinheiro para financiar intervenções eficientes para acabar com este fenómeno.

Metade dos inquiridos, 50,2%, responderam que “nos últimos 2 anos a sua simpatia face às pessoas Sem-Abrigo” se manteve. Da metade restante, 43,1% refere que a sua simpatia aumentou, 3,7% dos participantes afirmam que a sua simpatia diminuiu e 3% escolheram a opção NS/NR.

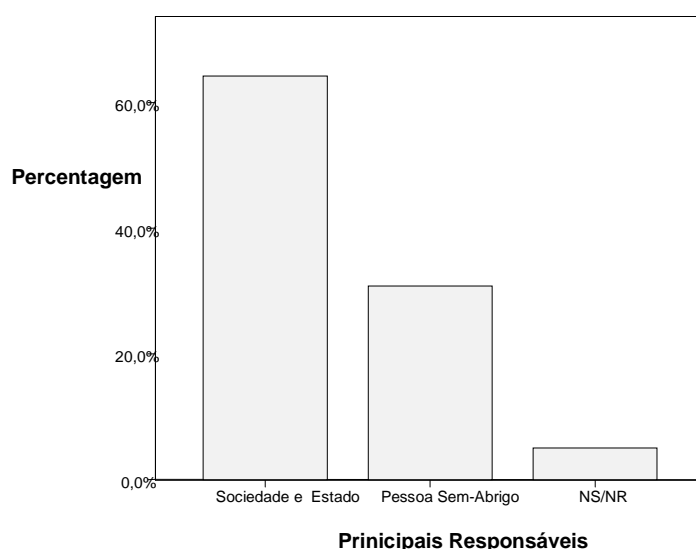


GRÁFICO 6: Principais Responsáveis

Um pouco mais de metade da população inquirida (64,0%) apontam a *Sociedade e o Estado* como os principais responsáveis pela existência do fenómeno dos Sem-Abrigo. 30,8% dos entrevistados atribui à pessoas Sem-Abrigo a responsabilidade pela própria situação e 5% NS/NR.

“Quantos artigos é que leu acerca dos Sem-Abrigo em jornais ou revistas?” – a esta questão 38,3% dos participantes responderam “*Alguns*”, 28,7% disseram ter lido “*Uns poucos*”, 21,7% afirmam não ter lido *Nenhum* artigo e 11,3% dos participantes refere que leu *Muitos* artigos.

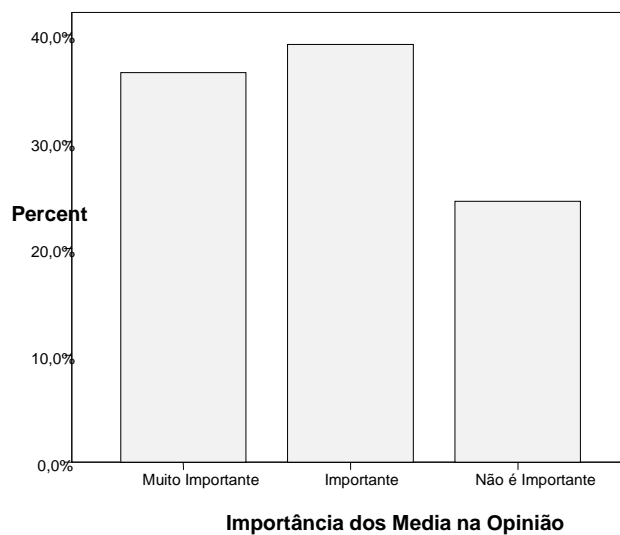


GRÁFICO 7: Importância dos Media na Opinião Pública

“Em geral, com que grau de importância acha que a televisão, os jornais, ou revistas, têm influenciado as suas opiniões acerca das pessoas Sem-Abrigo?” – pelos resultados a que se chegou, os entrevistados, na sua maioria, pensam que os media têm uma influência, *importante* (39,1%) ou *muito importante* (36,5%), acerca das suas opiniões sobre os Sem-Abrigo, existindo 24,4% dos participantes que dizem que esta influência *não é importante* na formulação das suas opiniões.

“No ano passado, quantas vezes uma pessoa Sem-Abrigo lhe pediu dinheiro?” – 31,5% dos participante escolheram a opção *Mais de 10 vezes* para responder a esta questão. 25,1% refere

que lhes foi pedido dinheiro *3 a 10 vezes*, 15,3% dizem ter sido só *1 a 2 vezes* e a 28,1% dos inquiridos *Nunca* uma pessoa Sem-Abrigo lhes pediu dinheiro, o ano passado. 32,3% dos entrevistados deu *quase sempre* dinheiro a pessoas Sem-Abrigo e 12,1% *nunca* deu.

Todos os participantes responderam à questão sobre se *alguma vez foram pedintes* e 2,7% responderam afirmativamente. Dos oito participantes que responderam que já tinham sido pedintes, sete (2,3%) disseram que a última vez que tinham pedido tinha sido há *mais de 5 anos atrás* e um entrevistado (0,3%), pediu pela última vez há *3-4 anos atrás*.

A percentagem de participantes que afirma não ter visto nenhum Sem-Abrigo no período de uma semana é de 38,3% e apenas 10,1% viram mais de dez. Destes últimos 87,9% viram entre 10 a 50 e 12,1%, entre 50 e 100. Muitos dos participantes vivem no interior e não nas grandes cidades onde as pessoa Sem-Abrigo são mais visíveis.

Quando questionados sobre “com que frequência falam com a família ou amigos sobre os Sem-Abrigo”, 16,1% dos entrevistados refere que fala *com frequência* e 44,5% *às vezes*. Os que falam *raramente* são 29,4% e os que *nunca* falam sobre este tema são 10%.

Várias questões da entrevista remetem para a vivência do participante como pessoa em situação de Sem-Abrigo ou como tendo passado por alguma situação difícil num certo momento da sua vida e ainda se algum familiar ou amigo também passou por alguma destas situações:

Dos 300 participantes, 17 (5,7%) já tinha passado por uma situação difícil ao longo da sua vida, sendo que 7 (2,3%) estiveram numa situação de Sem-Abrigo antes dos 17 anos e os restantes 10 (3,3%) depois dos 18 anos de idade.

26,7% reponderam ter estado numa situação de Sem-Abrigo *no ano passado*, 6,7% há *4-5 anos atrás* e 66,7% há mais de cinco anos.

Quando questionados sobre o local onde permaneceram aquando desta situação, 42,9% refere ter dormido *num parque, na rua ou num edifício abandonado*, 21,4% diz ter dormido num *abrigo ou residência temporária* e 28,6% dormiu em *casa de amigos ou parentes*.

Dos 12 participantes que responderam, 3 (25%) respondeu que foi Sem-Abrigo num período de menos de uma semana, 1 esteve nesta situação num período entre mais de uma semana e menos

de um mês e igualmente 1 participante foi Sem-Abrigo entre mais de um mês e menos de um ano. 7 (58,3%) entrevistados permaneceram numa situação de Sem-Abrigo mais de um ano.

1% dos participantes escolheu a opção NS/NR, quando questionados se alguém da família já foi Sem-Abrigo e 4,7% (14 entrevistados) responderam que sim a esta questão. Destes 4,7%, 1% referia-se a um filho/a, 1% a um irmão/ã, 0,7% ao pai ou à mãe e 2% a outro parente.

38 entrevistados (12,9%) responderam já ter tido um amigo que tenha estado numa situação de Sem-Abrigo. Destes 38, 27 (71,1%) conhecia o amigo antes de este ficar numa situação de Sem-Abrigo.

Apenas 77 dos inquiridos respondeu à questão sobre quantos Sem-Abrigo conheceu pessoalmente. 19,5% afirma não ter conhecido nenhum Sem-Abrigo pessoalmente e 1,3% afirma ter conhecido 200. As restantes opções que retém maior percentagem são as que indicam ter conhecido 1, 2 ou 3 sem-abrigo.

79,8% da amostra já fez alguma coisa para ajudar os Sem-Abrigo, sendo que a maior parte deu dinheiro a uma pessoa Sem-Abrigo (48,8%) ou deu comida e roupas a uma instituição dirigida a pessoas sem-abrigo (16,7%).

À questão que pretendia saber a opinião dos entrevistados sobre qual é o rendimento médio mensal de uma pessoa Sem-Abrigo, apenas 31,3% dos entrevistados responderam. A média das respostas obtidas foi 111,43€. A resposta mais frequente foi 0€, dada por 31,8% dos participantes e o valor mais alto mencionado foi de 500€, sendo esta a opinião de 1,3%.

Participantes disponíveis para “pagar 40€ por ano ou mais em impostos para a redução de pessoas Sem-Abrigo”: 11,3% estaria *Muito Disponível* e 30% *Algo Disponível*. Deste conjunto, poucas estariam dispostas a pagar 160€ ou 800€, embora exista uma pequena percentagem.

Quando questionados sobre a sua disponibilidade para “despender 2h por mês em trabalho voluntário com vista à redução de pessoas Sem-Abrigo”, 25,8% refere estar *Muito Disponível*, 35,2% dos participantes diz estar *Algo Disponível* e 38,9% encontram-se englobados na opção *Nada Disponível*.

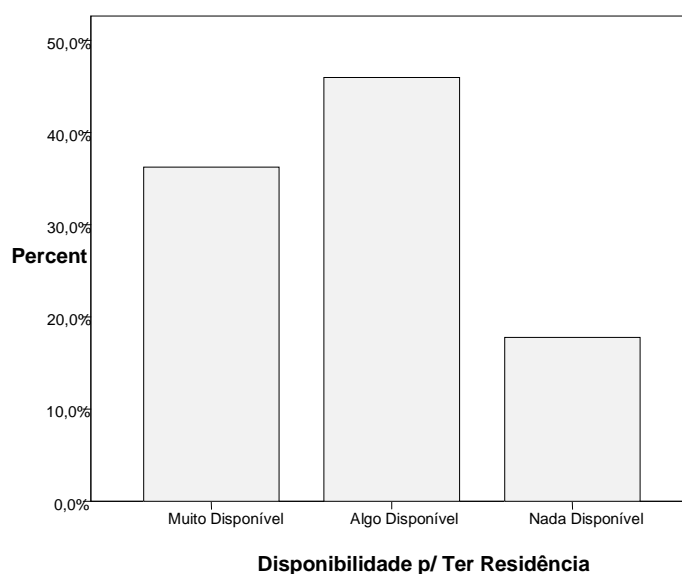


GRÁFICO 8: Disponibilidade para ter Residência

Quanto a ter “uma residência para pessoas Sem-Abrigo na sua área de residência”, 36,2% dos participantes diz estar *Muito Disponível*, 46% situa-se na opção *Algo Disponível* e 17,8% responde *Nada Disponível*.

34% dos inquiridos mostra-se *Muito Disponível* para “ter um abrigo para pessoas Sem-Abrigo perto de sua casa”. 46% está apenas *Algo Disponível* e 20% escolheu a opção *Nada Disponível*. Os inquiridos foram questionados acerca dos direitos das pessoas Sem-Abrigo, em situações diversas e quais as restrições que lhes devem, ou não, ser aplicadas:

Em relação às pessoas Sem-Abrigo terem “o direito de passar a noite em locais públicos ou estações de autocarro e comboios”, os participantes que concordam com esta questão são 60,5% (37,5% - *provavelmente sim*; 23,1% - *definitivamente sim*). 22,1% respondeu *provavelmente não* e 17,4% preferiram a opção *definitivamente não*.

A resposta em relação às pessoas Sem-Abrigo terem “o direito de votar” é bastante explícita e clara, havendo uma grande maioria, de 95,7%, que concorda com esta questão e cujos 69,3% respondem *definitivamente sim*.

“Ter a permissão de mendigar em locais públicos” – 59,5% dos participantes concordam com esta questão (43,5% - *provavelmente sim*; 16,1% - *definitivamente sim*). Os entrevistados com uma opinião contrária são 40,5% (29,8% - *provavelmente não*; 10,7% - *definitivamente não*).

Quando questionados sobre se as pessoas Sem-Abrigo devem “ter permissão para armar tendas ou outro género de abrigos temporários em locais públicos”, 35,8% diz *provavelmente sim* e 35,8% diz *provavelmente não*. Os inquiridos que responderam *definitivamente sim* são 9% e os que escolheram a opção *definitivamente não* são 21,7.

Devem as pessoas Sem-Abrigo com doenças mentais graves ser enviadas para hospitais psiquiátricos, mesmo contra a sua vontade?” - 85% dos participantes concordam com esta questão (43,3% - *provavelmente sim*; 41,7% - *definitivamente sim*). Apenas 3,3% escolhem a opção *definitivamente não* e 11,7% dizem *provavelmente não*.

Algumas afirmações pretendiam conhecer a opinião dos entrevistados em relação ao fenómeno e às pessoas Sem-Abrigo:

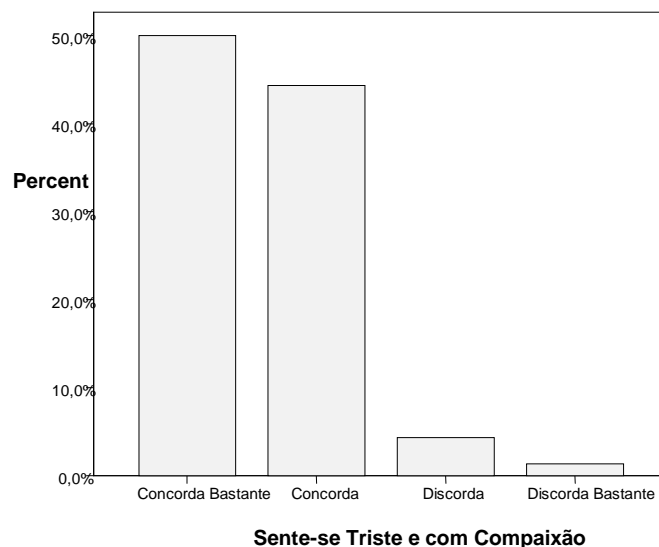


GRÁFICO 9: Sente-se Triste e com Compaixão

“Quando pensa em pessoas Sem-Abrigo, sente-se triste e com compaixão?” - a população aqui representada mostra-se bastante empática com o fenómeno dos sem-abrigo, sendo que 94,3% responderam afirmativamente a esta questão (44,3% - *concorda*; 50% - *concorda bastante*). Apenas 4,3% dos participantes *discorda* da afirmação e 1,3% *discorda bastante*.

“Teria o cuidado de não tocar numa pessoa Sem-Abrigo” – com 44,6%, a maior parte dos participantes *discorda* desta afirmação, 30,2% *discorda bastante*, 17,8% *concorda* e 7,4% *concorda bastante*.

“Irrita-o (a) pensar que tantas pessoas são Sem-Abrigo num país como o nosso” – são apenas 9,8% os participantes que discordam desta afirmação (6,4% - *discorda*; 3,4% - *discorda bastante*). Os inquiridos que *concordam bastante* são 40,9% e os que *concordam* são 49,3%.

A maior parte dos inquiridos discorda, 86,9% (52,8% - *discorda*; 34,1% - *discorda bastante*) quando lhes é questionado se “sentem menos compaixão pelas pessoas Sem-Abrigo do que costumavam sentir”. Aqueles que *concordam* são 10% e os que *concordam bastante* ficam-se pelos 3%.

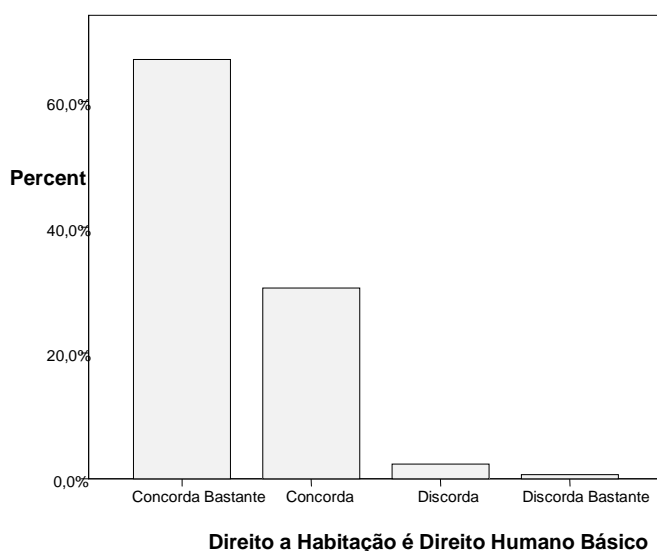


GRÁFICO 10: Direito a Habitação é Direito Humano Básico

“Acredita que o direito a uma habitação deve ser um direito humano básico” – a grande maioria dos participantes, 97%, está de acordo com esta afirmação e desta percentagem, 66,7% *concorda bastante*. Os participantes que *discordam* são 2,3% e os que *discordam bastante* são apenas 0,7%.

Várias situações foram expostas aos participantes no sentido de responderem em que medida poderiam contribuir para o fenómeno dos Sem-Abrigo:

A “falta de habitações a preços acessíveis” tem uma percentagem elevada de concordância. São 47,7% os participantes que *concordam bastante* e 31,3% os que *concordam um bocado*. Apenas 3,7% dos participantes não está de acordo com o facto de a “doença mental” poder ser um dos factores causadores do fenómeno dos Sem-Abrigo. 38% são da opinião que este factor contribui *bastante* para o aparecimento da situação em causa, 43,7% que contribui *um bocado* e 14,7% pensa que contribui *um pouco*. Os inquiridos pensam que o factor “preguiça” tem algum peso no facto de uma pessoa se tornar sem-abrigo (34% bastante, 44% um bocado) e 42% pensam que o “azar” contribui *um bocado* para esta situação. No caso da “incapacidade da Sociedade em garantir boas escolas ter influência no fenómeno dos Sem-Abrigo” a percentagem mais alta de concordância também é *um bocado* (45,2%), sendo que *um pouco* ou *nada* reúnem, no seu conjunto 35%. A “alta hospitalar de pessoas com doença mental na comunidade” também aparece como um factor importante, causador da situação de sem-abrigo, quase 50% concordam um bocado e 28% concordam bastante. Ter “um sistema económico que favorece os ricos em detrimento dos pobres” também agrupa uma percentagem elevada (47,3% - *concorda bastante*; 39,6% - *um bocado*). Os participantes também referem “a incapacidade e a doença física” como factores importantes para levar uma pessoa a uma situação de Sem-Abrigo (35,1% - *bastante*; 50,8% - *um bocado*). Sem serviços de suporte uma pessoa com alguma incapacidade pode ter mais dificuldades em arranjar emprego e deste modo a ter um rendimento mínimo que lhe permita sobreviver longe das ruas. Existe uma percentagem significativa (65%) de participantes que *concordam bastante* com o factor “Abuso de Álcool e Drogas” como causador do Fenómeno e 52,7% são da opinião que o “comportamento irresponsável por parte da pessoa Sem-Abrigo” contribui *um bocado* para a sua situação. A “falta de apoio governamental aos pobres” aparece com uma percentagem de 90,3% (50,7% - *bastante*; 39,7% - *um bocado*).

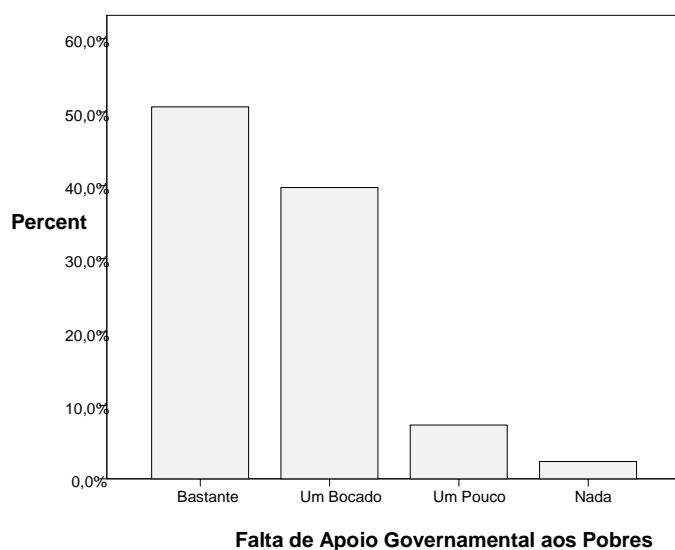


GRÁFICO 11: Falta de Apoio Governamental aos Pobres

Os entrevistados deram também a sua opinião sobre as pessoas Sem-Abrigo através de treze afirmações, que deram como verdadeiras ou falsas:

68,5% dos inquiridos são da opinião que a afirmação “a maioria das pessoas Sem-Abrigo tem boas capacidades de trabalho” é verdadeira (51,7% - *provavelmente verdadeira*; 16,8% - *definitivamente verdadeira*).

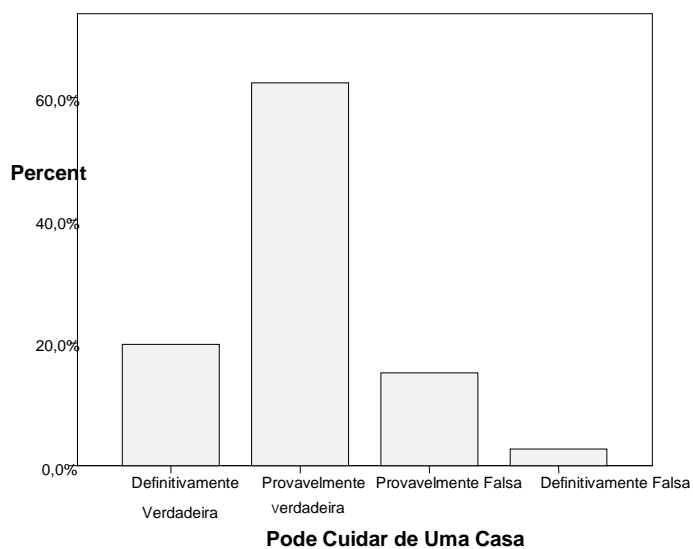


GRÁFICO 12: Pode Cuidar de uma Casa

À afirmação “Se lhes for dada a oportunidade, a maioria das Pessoas Sem-Abrigo pode cuidar de uma casa”, 82,2% dos participantes responderam que seria verdadeira (62,4% - *provavelmente verdadeira*; 19,8% - *definitivamente verdadeira*).

“A maior parte das pessoas Sem-Abrigo sempre teve dificuldades em fazer amigos” - a esta afirmação, 52,5% dos participantes responderam como sendo *provavelmente verdadeira* e 9,8%, *definitivamente verdadeira*; 30,5% são da opinião que é *provavelmente falsa* e 7,1%, *definitivamente falsa*.

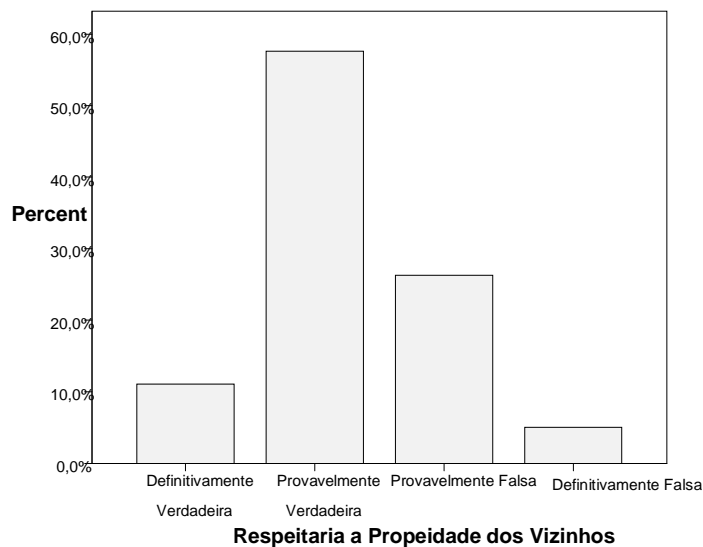


GRÁFICO 13: Respeitaria a Propriedade dos Vizinhos

68,7% é da opinião que “a maioria das pessoas Sem-Abrigo respeitaria a propriedade dos seus vizinhos” (57,6% - *provavelmente verdadeira*; 11,1% - *definitivamente verdadeira*), enquanto 31,4% tem uma opinião contrária (26,3% - *provavelmente falsa*; 5,1% - *definitivamente falsa*). 42,1% dos participantes considera a afirmação “Quantas mais pessoas Sem-Abrigo estão numa área, pior se torna a vizinhança nessa área” *provavelmente verdadeira* e 37,7%, consideram-na *provavelmente falsa*. Verifica-se ainda que 14,5% vê esta afirmação como sendo *definitivamente verdadeira*.

“Mesmo quando as pessoas Sem-Abrigo parecem estar bem, é importante recordar que podem ser perigosas” – nesta afirmação, os resultados mostram-se muito próximos. Nas respostas medianas,

a opção *provavelmente verdadeira* contou com 35,8% e a opção *provavelmente falsa* teve 42,9% das respostas dos participantes. 10,8% dos inquiridos respondeu que a afirmação seria *definitivamente verdadeira* e 10,5%, *definitivamente falsa*.

À afirmação “A maioria das pessoas Sem-Abrigo sempre teve problemas com os seus relacionamentos familiares”, 59,2% dos participantes responderam que seria *provavelmente verdadeira* e 19,4%, *provavelmente falsa*.

“As pessoas Sem-Abrigo têm maiores probabilidades de cometer crimes violentos que as outras pessoas” – a percentagem obtida mais elevada corresponde à opção *provavelmente falsa*, com 40,1% e 10,8% dos participantes responderam *definitivamente falsa*. A opção *provavelmente verdadeira* conta com 35,7% das respostas e a *definitivamente verdadeira* tem 13,5%.

“As pessoas Sem-Abrigo não são mais perigosas que as outras” - 55,6% dos participantes tendem a concordar com esta afirmação (40,4% - *provavelmente verdadeira*; 15,2% - *definitivamente verdadeira*), 32% vê esta afirmação como *provavelmente falsa* e 12,5%, como *definitivamente falsa*.

“É natural ter medo de uma pessoa que vive na rua” – os resultados são muito equitativos entre os participantes que concordam, 50,7% (34,5% - *provavelmente verdadeira*; 16,2% - *definitivamente verdadeira*) e os que discordam, 49,4% (35,5% - *provavelmente falsa*; 13,9% - *definitivamente falsa*) da afirmação.

Com uma percentagem superior de respostas, 65% (41,5% - *provavelmente falsa*; 23,5% - *definitivamente falsa*), os participantes discordam com a afirmação “Se eu soubesse que uma pessoa tinha sido Sem-Abrigo, seria menos provável que confiasse nela”. Os participantes que são da opinião que esta afirmação é *provavelmente verdadeira* (28,6%) e *definitivamente verdadeira* (6,5%), reúnem, no seu conjunto, 35%.

“Em defesa da segurança pública as pessoas Sem-Abrigo não deveriam ter permissão para se juntar em locais públicos” - 72,9% (45,8% - *provavelmente falsa*; 27,1% - *definitivamente falsa*)

dos inquiridos são de opinião contrária ao teor da afirmação, existindo 27,1% dos participantes que, no seu conjunto, vêem a afirmação como verdadeira.

Foram colocadas algumas questões sobre o que o Estado pode fazer para combater este Fenómeno:

Com uma resposta muito significativa (48,8% - Definitivamente Sim; 45,1% - Provavelmente Sim) a população inquirida concorda com o facto do Estado dever “despender mais dinheiro para construir habitações económicas para pessoas pobres” como forma de acabar com o fenómeno dos Sem-Abrigo. 52,3% respondem *Definitivamente Sim* à possibilidade do Estado “despender mais dinheiro para construir abrigos e outros centros de apoio/ emergência”.

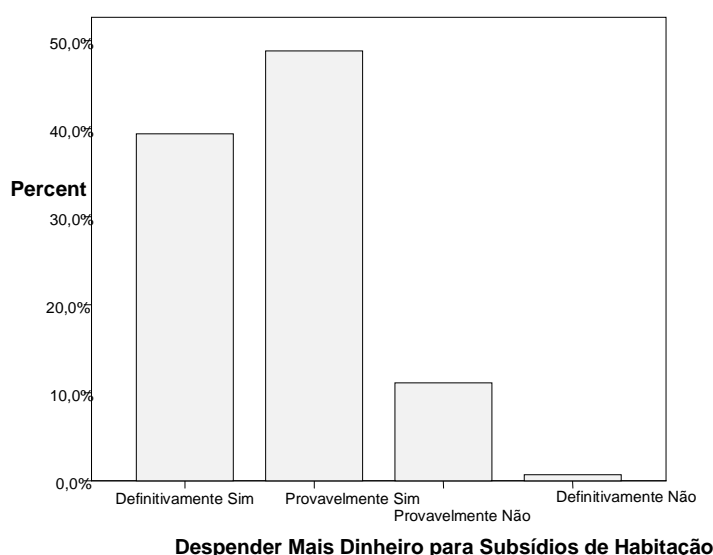


GRÁFICO 14: Despender mais Dinheiro para Subsídios de Habitação

88,2% apoiam o aumento dos “subsídios de habitação às pessoa Sem-Abrigo, para que possam pagar a renda” e cerca de 90% apoiariam a decisão do Estado de “despender mais dinheiro em benefícios sociais para os Sem-Abrigo”. 96,6% dos participantes concorda (54,4% – *definitivamente sim*; 41,9% - *provavelmente sim*) que o Estado deve “ despender mais dinheiro em programas de tratamentos gratuitos (de álcool e drogas) para reduzir o numero de pessoas Sem-Abrigo”. 14,1% discorda do facto de “aumentar o salário mínimo nacional” poder ajudar no

combate ao fenómeno dos Sem-Abrigo, sendo que a grande maioria, 85,9%, concorda com esta implementação. 94,3% dos participantes concordam (41,6% - *Definitivamente Sim*; 52,7% - *Provavelmente Sim*), como forma de reduzir este fenómeno, que se “dê benefícios sociais às empresas que constroem habitações para as pessoas pobres”.

Algumas afirmações foram apresentadas no sentido dos entrevistados darem a sua opinião sobre quão eficazes seriam algumas acções para reduzir o fenómeno dos Sem-Abrigo:

46,6% pensa ser *eficaz* e 43%, pensa ser *parcialmente eficaz* “construir mais habitações económicas para que as pessoas Sem-Abrigo possam pagar” e 49,7% concorda que seria *parcialmente eficaz* “atribuir subsídios de renda às pessoas Sem-Abrigo para que as possam pagar”. 24,6% dos participantes refere ser *pouco ou nada eficaz* “tornar as pessoas Sem-Abrigo mais auto-suficientes pela redução de benefícios sociais”.

Quanto ao “aumentar o salário mínimo que as empresas têm de pagar”, 13,5% pensa ser *pouco ou nada eficaz* e apenas 1% acha ser uma medida *pouco eficaz* “estabelecer programas de apoio infantil para que as mães Sem-Abrigo com crianças pequenas possam trabalhar”, o que demonstra uma atribuição deste fenómeno a uma causa estrutural e assim, também, à pobreza.

Relativamente à acção “exigir que todas as pessoas em instituições psiquiátricas tenham um lugar onde residir antes da alta hospitalar”, 96,3% acredita que esta é, no seu conjunto, *eficaz e parcialmente eficaz*.

Mais de 96,5% encontra no “criar mais habitações temporárias e de emergência” uma acção eficaz para reduzir o fenómeno dos Sem-Abrigo e 97,6% concorda ser *eficaz ou parcialmente eficaz* disponibilizar gratuitamente programas de tratamento (de álcool e drogas) às pessoas Sem-Abrigo”. 15,2% dos inquiridos acreditam que o “internamento compulsivo de pessoas Sem-Abrigo com doença mental grave” é uma acção *pouco ou nada eficaz* como forma de reduzir os Sem-Abrigo. Uma grande percentagem dos inquiridos (87,5%) concorda que “ajudar as pessoas Sem-Abrigo a obterem benefícios sociais”, seria uma forma *eficaz e parcialmente eficaz* de reduzir o fenómeno.

Várias afirmações remetiam para um maior conhecimento sobre as pessoas Sem-Abrigo e o porquê da sua situação:

Os participantes responderam a questões referentes ao tipo de rendimento utilizado pelas pessoas em situação de Sem-Abrigo - A afirmação “a principal fonte de rendimento da pessoa Sem-Abrigo é o seu salário” é percebida com uma percentagem de concordância de 34,3% (8,1% - *concorda totalmente*; 34,3% - *concorda*). Já a visão de que “as pessoas Sem-Abrigo obtém dinheiro roubando, vendendo droga ou por outros meios ilícitos”, mostra-se como uma imagem negativa. Os participantes concordam com esta afirmação em 60,8%, em que 9,1% *concordam totalmente*, percentagem próxima dos que *discordam totalmente* (8,4%). Quanto aos “subsídios de desemprego como uma das maiores fontes de rendimento”, a opinião dos participantes divide-se quase equitativamente. 48% concorda com esta afirmação (39,9% - *concorda*; 8,1% - *concorda totalmente*) e 52% discorda (40,5% - *discorda*; 11,5% - *discorda totalmente*). Os participantes concordam em 32,8% com a afirmação “muitas pessoas Sem-Abrigo recebem dinheiro de amigos e/ou familiares”, com a restante maioria a discordar.

Cinco afirmações procuram perceber qual a opinião sobre o local onde as pessoas Sem-Abrigo costumam passar a noite - Apenas 6,3% dos participantes discorda que “as pessoas Sem-Abrigo geralmente dormem ao relento em lugares como parques, becos ou nas ruas”, 59,4% *concorda* e 34,2% *concorda totalmente*. “Muitas pessoas Sem-Abrigo passam muitas noites na cadeia” conta com uma percentagem de concordância de 45,9% (38,7% - *concorda*; 7,2% - *concorda totalmente*), sendo a percentagem que está em desacordo de 54,1%. Os participantes que *discordam* da afirmação “As pessoas Sem-Abrigo geralmente dormem num abrigo” são 48,8% e 6,8% *discorda totalmente*. Com grande maioria, 90,6% dos participantes concorda que “as pessoas Sem-Abrigo geralmente dormem em edifícios abandonados” (65% - *concorda*; 25,6% - *concorda totalmente*). Apenas 15,6% dos inquiridos *concorda* com a afirmação de que “as pessoas Sem-Abrigo dormem muitas vezes em casa de um amigo ou familiar”, da qual 2%, *concorda totalmente*.

Relativamente ao local e à forma como as pessoas Sem-Abrigo passam os dias, 49,7% dos participantes *discorda* e 28,2% *discorda totalmente* da afirmação “as pessoas Sem-Abrigo passam a maior parte do seu tempo à procura de emprego”. Quanto às “pessoas Sem-Abrigo

passarem a maior parte do seu tempo no exterior (parques, ruas, etc)”, apenas 5% dos participantes discorda e 1,3% discorda totalmente. São 14,2% os participantes que concordam (11,5 - *concorda*; 2,7 - *concorda totalmente*) que as “pessoas Sem-Abrigo passam a maior parte do seu tempo na casa de amigos ou familiares”.

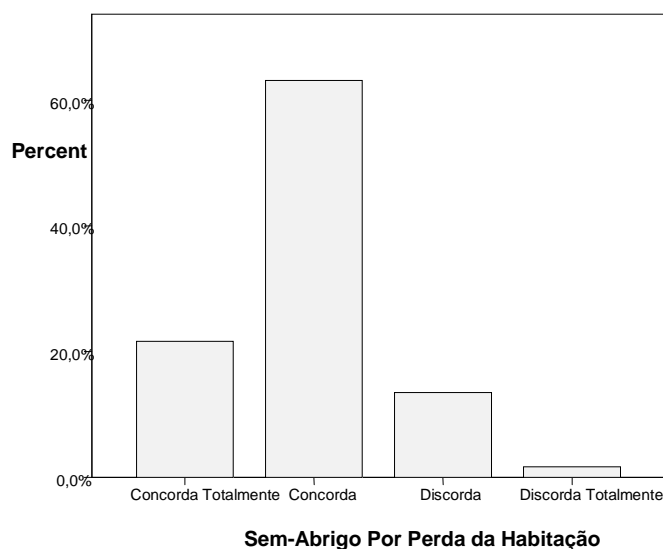


GRÁFICO 15: Sem-Abrigo por Perda de Habitação

Dos 296 participantes que responderam, 63,2% *concorda* que “muitas pessoas Sem-Abrigo são-no por terem perdido a sua habitação” e 13,5% *discorda*. À questão “muitas pessoas Sem-Abrigo escolhem ser Sem-Abrigo”, 48,1% dos participantes *concorda* e 27,6%, *discorda*. A percentagem para aqueles que *concordam totalmente* e para os que *discordam totalmente* é a mesma (12,1%).

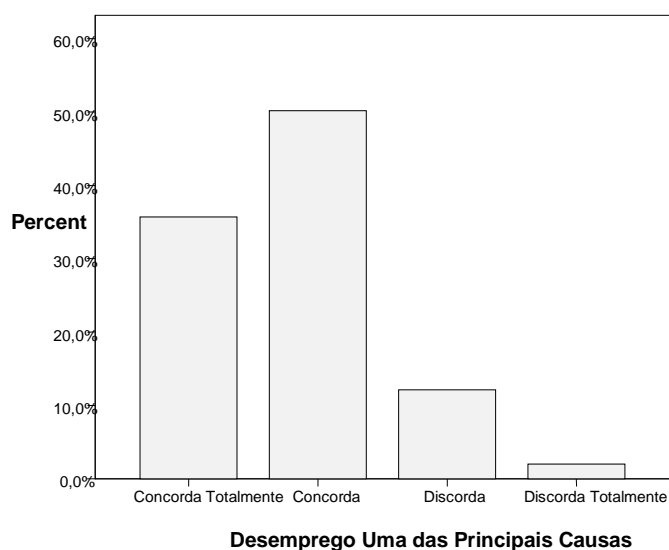


GRÁFICO 16: Desemprego Uma das Principais Causas

Relativamente ao factor “desemprego como uma das principais causas da existência de pessoas Sem-Abrigo”, existem 85,9% dos participantes que estão de acordo (50,2% - *concorda*; 35,7% - *concorda totalmente*) com esta questão. 88% dos participantes concorda (56,2% - *concorda*; 31,6% - *concorda totalmente*) que se “existissem mais empregos, haveriam menos pessoas Sem-Abrigo”. Igualmente concordam (66,9% - *concorda*; 19,6% - *concorda totalmente*) que “os programas governamentais de formação profissional ajudariam a resolver o problema das pessoas Sem-Abrigo”. A afirmação “É frequente que as pessoas Sem-Abrigo passem fome” recebeu uma percentagem de concordância por parte dos participantes de 87,9% (41,8% - *concorda*; 46,1% - *concorda totalmente*).

Para perceber a opinião dos entrevistados sobre algumas características dos Sem-Abrigo, pediu-se que fizessem uma estimativa, de entre 100 pessoas, de quantas se enquadravam em vários grupos específicos:

Quando questionados sobre de entre 100 pessoas Sem-Abrigo quantas são homens, a resposta dada, mais frequente, é 60 homens, tendo sido esta a opinião de 27,3% dos participantes. Em média, a opinião dos participantes, é de 63,18 homens. O valor mínimo respondido foi de três

homens, em 100 pessoas Sem-abrigo, dado por um participante (0,3%) e o valor máximo foi 100, também com 0,3% de resposta.

De entre 100 pessoas, a média de pessoas Sem-Abrigo que são actualmente casadas, na opinião dos entrevistados é de 31,26. Nenhum participante referiu existirem 100 pessoas casadas actualmente, tendo sido o valor máximo, 80, com 1,4% de respostas e o valor mínimo 0, com 5,7% . 20,2% dos participantes referiu que seriam 30 as pessoas Sem-Abrigo actualmente casadas, tendo sido este o valor com maior percentagem de respostas.

6,7% não respondeu. 24,3% dos participantes é da opinião que em 100 pessoas Sem-Abrigo, 30 nunca foram casadas, tendo sido esta a resposta mais frequente. A média de respostas a esta questão situa-se nos 38,07%.

0,3% dos entrevistados respondeu que eram 100, o número de pessoas Sem-Abrigo que têm filhos e 3,1% referiu que eram apenas 5. A média de respostas é de 40,57% e a maioria dos participantes, 18,2%, referiu serem 40 as pessoas Sem-Abrigo que têm filhos.

24,1% dos entrevistados pensa que em 100, 10 pessoas Sem-Abrigo têm contacto regular com os seus familiares, sendo este o valor com percentagem mais elevada. 4,2% pensa que nenhum tem contacto regular e 0,3% é da opinião que são todos os que têm esse contacto. A média das respostas dadas é de 20,94 pessoas.

26,6% dos inquiridos é da opinião que são apenas 10, as pessoas Sem-Abrigo que conseguem encontrar uma habitação permanente. Não há nenhum inquirido que pense que 100% das pessoas Sem-Abrigo conseguem encontrar uma habitação permanente. 70 é o valor máximo referido, com 0,3% de resposta. São 7,7% os participantes que respondem que nenhuma pessoa Sem-Abrigo vai encontrar uma habitação permanente. A média de pessoas Sem-Abrigo que conseguem encontrar uma habitação permanente, na opinião dos entrevistados, é 16,26.

15,5% dos participantes é da opinião que são 40, em 100, as pessoas Sem-Abrigo que recebem reformas, pensões ou outros subsídios, tendo sido esta a resposta que albergou uma maior percentagem. 7% respondeu que não há nenhuma pessoa Sem-Abrigo que receba subsídios e

1,1% pensa que todas as pessoas Sem-Abrigo recebem subsídios. 29,23 é a média de respostas a esta questão.

Relativamente à questão “de entre 100 pessoas Sem-Abrigo, quantas têm cadastro?”, 15,1% dos participantes respondem 40, sendo este o valor a que corresponde uma maior percentagem. Os participantes que referem que são 0 as pessoas Sem-Abrigo com cadastro são 1,4% e os que respondem que são todos os Sem-Abrigo com cadastro, são 0,7%. A média de respostas situa-se nas 36,68 pessoas.

Entre 100 pessoas Sem-Abrigo, 17,5% dos participantes é da opinião que 30 têm doença mental e 17,8% que 40 têm doença mental, sendo este o valor com maior percentagem de resposta. Apenas 0,3% é da opinião que nenhuma pessoa Sem-Abrigo tem doença mental e 0,7%, que todas têm. A média de pessoas Sem-Abrigo com doença mental, segundo a opinião dos entrevistados é 37,63. Em 100 pessoas Sem-Abrigo, 23% dos participantes responderam que 30 tinham uma deficiência mental, sendo este o valor que mereceu uma maior percentagem. A média de respostas a esta questão é de 30,47 pessoas com deficiência mental.

17,8% dos entrevistados respondeu que, entre 100 pessoas Sem-Abrigo, 20 têm esquizofrenia. 2,1% disse que não havia ninguém que tivesse esquizofrenia e 0,4% é da opinião que, em 100, todas as pessoas Sem-Abrigo têm esquizofrenia. 30,59 é a média das respostas dadas.

A resposta mais dada pelos entrevistados (19,7%), é a de que, em 100 pessoas Sem-Abrigo, 30 têm depressão. A média das respostas obtidas é de 45,70 pessoas Sem-Abrigo com depressão, em 100. Os entrevistados que dizem que todas as pessoas têm depressão são 2,1% e os que têm a opinião de que não há ninguém com depressão, entre as pessoas Sem-Abrigo, são 0,4%.

20,3% dos inquiridos pensam que são 60, em 100, as pessoas Sem-Abrigo que têm problemas de álcool. 1,4% responde que todas as pessoas Sem-Abrigo têm problemas de álcool e 0,3% é da opinião que nenhuma pessoa Sem-Abrigo tem problemas de álcool. A média de respostas é de 60,57.

16,6% dos participantes refere que são 50, em 100, as pessoas Sem-Abrigo que têm problemas de droga, sendo esta a resposta à qual foi atribuída uma maior percentagem. A média das respostas pelos participantes é de 59,32 pessoas Sem-Abrigo, com problemas de droga.

Os participantes responderam que as pessoas Sem-Abrigo que têm menos de 29 anos são, em média 25,68. Já 18,3% dos participantes são da opinião que são 20 em 100, o número de pessoas Sem-Abrigo, entre os 30 e os 44 anos, sendo este o valor com um maior número de respostas. A média de respostas é de 28,55. Em relação ao número de pessoas Sem-Abrigo que se encontram entre os 45 e os 64 anos, os entrevistados referem que em média são 27,58. 18,74 é a média das respostas dadas pelos entrevistados, relativamente às pessoas Sem-Abrigo com mais de 65 anos.

Relativamente à etnia das pessoas Sem-Abrigo, os entrevistados respondem que a média das pessoas com nacionalidade Portuguesa é de 51,56. A média de pessoas Brasileiras entre os Sem-Abrigo é de 14,51. Segundo os participantes, as que são de descendência Luso-Africana são, em média, 15,71 e as que são Asiáticas são, em média, 5,55. A média obtida, segundo as respostas dos entrevistados, de pessoas provenientes de outras origens é de 13,07.

As médias das respostas dos entrevistados relativamente ao grau de escolaridade das pessoas Sem-Abrigo são: em 100, 65,06 não completaram o ensino secundário, 22,51 completaram o ensino secundário e 12,19 frequentaram o ensino superior.

Foram colocadas algumas questões que pretendiam perceber, na opinião dos entrevistados, que medidas eram mais, menos ou igualmente importantes do que a medida de reduzir o número de pessoas Sem-Abrigo:

Relativamente à medida de “aumentar os custos com as Forças Armadas”, 76,4% dos participantes responderam que seria *menos importante* do que reduzir o número de pessoas Sem-Abrigo e 18,5% vêem estas medidas como *igualmente importantes*.

“Promover programas de limpeza do ambiente” é considerado por 61,8% dos participantes como uma medida *igualmente importante* à redução do número de pessoas Sem-Abrigo. 22,5% são da

opinião que promover programas de limpeza do ambiente é *menos importante* e 15,7%, pensa que é *mais importante*.

A opinião de 49,7% dos entrevistados é a de que “melhorar o sistema de saúde do nosso país” é *igualmente importante* à medida de reduzir o número de pessoas Sem-Abrigo, 47,3% pensa que é *mais importante* e 3,1% vê esta medida como *menos importante*.

“Reduzir a dívida pública” é *menos importante* do que reduzir o número de pessoas Sem-Abrigo para 24,7% dos participantes. Para 57% dos entrevistados é *igualmente importante* e 18,2% vê a redução da dívida pública como uma medida *mais importante*.

“Aumentar os gastos com a educação” é *mais importante* do que reduzir o número de pessoas Sem-Abrigo para 27,7% dos participantes. Para 62,7% dos entrevistados as duas medidas são *igualmente importantes* e 9,6% diz que o aumento dos gastos com a educação é *menos importante*.

“Melhorar os programas de apoios às crianças” é *mais importante* para 40,1% dos participantes e é *menos importante* para 3,1%. Os entrevistados que são da opinião que as duas medidas são *igualmente importantes* são 56,5%.

## DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, começar por referir que, na sua grande maioria, a Opinião Pública portuguesa considera o Fenómeno dos Sem-Abrigo um problema social com dimensões muito alargadas e com vista a piorar, proclamando-o como um Fenómeno muito importante, questão também evidenciada nos estudos norte-americanos (Toro & McDonell, 1992). A gravidade desta problemática é percebida com mais seriedade a nível nacional, uma vez que nos locais mais pequenos a tendência é para não considerar o problema tão sério, tendo sido demonstrado pelos resultados que o contacto das pessoas com Sem-Abrigo era raro e a quantidade de Sem-Abrigo vistos, no período de uma semana, pelos entrevistados, também era diminuta. Estes resultados poderão estar ligados a uma estrutura diferente dos Sem-Abrigo, evidente nos locais mais pequenos, como por exemplo o viver em casas sobrelotadas, e não em abrigos, onde são menos visíveis, o que pressupõe a necessidade de uma definição mais alargada (NAEH, 2007). Por sua vez, a percepção de agravamento do fenómeno a nível nacional pode dever-se a uma influência da comunicação social, uma vez que a maioria da população a vê como uma fonte importante de sedimentação da sua opinião sobre os Sem-Abrigo (Toro & McDonell, 1992). Os meios de comunicação podem assim ajudar a uma mobilização da população e consecutivamente dos políticos, para uma nova abordagem de intervenção a este Fenómeno (Mutz & Soss, 1997).

Outra das características da população Portuguesa acerca deste Fenómeno é o facto das atitudes face aos Sem-Abrigo serem bastante favoráveis, demonstrando também uma preocupação acrescida com este problema social (Toro & McDonell, 1992). A simpatia face às pessoas Sem-Abrigo nos últimos dois anos apenas diminuiu em 3,7% das pessoas inquiridas, e quase 95% sente-se triste e com compaixão, quando pensa nesta realidade, irritando à grande maioria a perpetuação desta problemática. Pode-se retirar que não existe um sentimento de saturação na opinião pública nacional, em que se verifica uma diminuição da compaixão em apenas 3% dos entrevistados e em que uma quantia relativa confessa ler artigos sobre o tema (Link, Schwartz, Moore, Phelan, Struening, Stueve, et al., 1995).

As razões pela qual existem Sem-Abrigo continuam a ser díspares no seio dos investigadores embora, como revisto na literatura, a opinião mais consonante é a de que os factores estruturais estejam na base principal, com a pobreza como principal factor de vulnerabilidade, e que os factores individuais contribuam para acentuar mais a situação desfavorecida da pessoa em causa, levando-a a uma posição insustentável, onde a única “saída” é tornar-se Sem-Abrigo (Shinn, 1992).

Neste estudo, a Opinião Pública delega no Estado e na Sociedade (64%) a principal responsabilidade pelo fenómeno dos Sem-Abrigo, indicando mesmo que deveria existir um aumento dos financiamentos públicos (77%), o que vai ao encontro da literatura (Toro & McDonell, 1992). Apesar disso, são poucos os que revelam ter disponibilidade para pagar uma quantia por mês para ajudar a acabar com este fenómeno, o que contraria os estudos norte americanos (Toro & McDonell, 1992), podendo dever-se à conjuntura económica em que se encontram, notando-se que o rendimento familiar da população inquirida, na sua maioria, não ultrapassa os €7,500. No entanto pode-se verificar que uma percentagem relativa estava disposta a despende duas horas por mês, em trabalho voluntário, para ajudar os Sem-Abrigo (60%) e que pessoalmente já tinham feito alguma coisa para ajudar (80%), o que demonstra uma necessidade das pessoas se envolverem nas soluções deste problema social.

Em relação às causas mais específicas que influenciam este fenómeno, as opiniões estão muito equitativas em quase todos os factores mencionados, existindo uma culpabilização um pouco generalizada, devido ao sentimento de gravidade do problema. Assim, factores como o azar ou a preguiça têm algum peso na opinião dada pelos entrevistados, sendo que factores como o comportamento irresponsável (83%) e a pessoa estar numa situação de Sem-Abrigo por escolha própria (60%) mostrarem uma grande dimensão a estas questões, o que não se verifica na literatura (Toro & McDonell, 1992), podendo estar relacionado com a falta de informação dirigida à comunidade, baseada em factos concretos, uma vez que existem poucas investigações realizadas sobre esta matéria em Portugal e a fonte mais próxima de informação são os média. Mostra assim a necessidade de se fazer um trabalho na comunidade e também através da comunicação social no sentido de dar a conhecer as verdadeiras causas e características.

A doença mental é também enunciada com uma percentagem significativa na população Sem-Abrigo, embora esta esteja representada apenas numa pequena fracção, é também muito visível pelas características que acarreta, o que produz um panorama enganador (Toro & McDonell), como demonstrado pelos resultados. O abuso de substâncias é também considerada uma das grandes causas neste estudo, mas o facto de as pessoas percepcionarem muitos Sem-Abrigo com este diagnóstico, tendo na realidade norte-americana uma fracção considerável, superior às pessoas com doença mental, pode não querer dizer que este factor seja apenas uma causa mas também uma consequência, servindo de camuflagem e abstracção das condições em que vivem. A incapacidade e doença física também tem denotada grande atenção enquanto causa deste fenómeno (86%), o que, segundo a literatura se pode dever à impossibilidade de pessoas com estas características e com falta de apoios e acesso a seguros de saúde, ficarem impossibilitados de trabalhar (NCH, 2008).

Estas percepções baseadas em factores individuais e centradas na pessoa Sem-Abrigo não tomam assim em conta o que está intrínseco como pano de fundo, um historial de dificuldades sócio-económicas, de desemprego e habitações a preços inacessíveis produzidos pela sociedade, tendo apenas em consideração o mais visível e evidente (Shinn, 1992), no entanto a Opinião Pública deste estudo, tal como na literatura (Toro & McDonell, 1992) leva em grande consideração as causas baseadas em factores estruturais, tomando-as como as mais pertinentes para o aparecimento deste fenómeno. Assim, a perda de habitação (85%) e a falta de habitações a preços acessíveis (79%) têm grande visibilidade na percepção da população portuguesa. Foscarinis (1991) diz mesmo que com as subidas de preços das habitações e simultaneamente a falta de apoios disponibilizados neste contexto, muitas pessoas acabam por perder a sua casa e recorrer a abrigos e acomodações temporárias, o que torna esta questão emergente e passível de intervenção imediata. Esta também é a opinião dos entrevistados, que vêm como possíveis soluções para este fenómeno a atribuição de subsídios de renda e de habitação e também, muito importante, a atribuição de residências para pessoas com doença mental antes da alta hospitalar, uma vez que consideram, igualmente, a desinstitucionalização destes indivíduos, sem alternativas de vida na comunidade, a posteriori, como mais uma das possíveis causas. Tendo em consideração estes resultados, acrescentando a disponibilidade demonstrada pelos entrevistados, em ter uma residência para Sem-abrigo ao pé de sua casa, assim como, considerar que as pessoas Sem-Abrigo respeitariam os seus vizinhos e suas propriedades e que se lhes fosse dada uma oportunidade

saberiam cuidar de uma casa, faz provavelmente de Portugal um bom candidato, com apoiantes, a um programa equivalente ao *Housing First*, modelo do Pathways to Housing, de Sam Tsemberis, à semelhança do Canadá, em Calgary, que importou este programa, pedindo pareceres aos seus fundadores, com o objectivo de fazer um plano de dez anos, constituído por várias fases, com o fim de acabar com o fenómeno dos Sem-Abrigo (Calgary Committee to End Homelessness, 2008). Esta ideia pode ser assim fundamentada por cerca de 97% dos portugueses e portuguesas inquiridos neste estudo, que acredita que o direito a uma habitação é um direito básico de qualquer ser humano (Shinn & Tsemberis, 1998).

Uma das problemáticas, também ligada à inacessibilidade da habitação, é o desemprego. Este factor está representado neste estudo com cerca de 86%, como causa do fenómeno dos Sem-Abrigo. Na população inquirida, a percentagem mais elevada dentro das profissões refere-se aos desempregados e reformados (26%), o que significa que não estão no activo e que possuem rendimentos baixos, mostrando uma grande abertura para encontrar soluções como aumentar o salário mínimo nacional ou disponibilizar programas de formação profissional, no sentido de atribuir competências a quem tem mais dificuldades em as adquirir.

A opinião pública vai também ao encontro da literatura ao conferir uma grande fatia da responsabilidade deste fenómeno à falta de apoio governamental aos pobres (90%) e ao favorecimento dos ricos em detrimento dos pobres (87%), existindo na sociedade uma estrutura que torna os ricos cada vez mais ricos, e onde a pobreza e o fenómeno dos Sem-Abrigo, embora sejam realidades diferentes, se encontram extremamente ligadas (Shinn, 1992). O Governo é assim a instituição mais indicada para ajudar as pessoas Sem-Abrigo (75%), no sentido em que pode desenvolver estratégias a médio e longo prazo para acabar e prevenir o fenómeno dos Sem-Abrigo, embora tenha sido conferida às igrejas e instituições uma quota-parte de responsabilidade (13%) na ajuda prestada aos Sem-Abrigo, podendo estas em última instância conter o fenómeno, como numa acção paliativa mas não acabar com ele (Kondratas, 1991).

Na descrição que os entrevistados fazem das pessoas Sem-Abrigo, é atribuída uma maior percentagem às pessoas que têm depressão em detrimento das que têm esquizofrenia, o que se mostra de acordo com a realidade, segundo a literatura revista (Toro, 2007). Identificam também, que as pessoas Sem-Abrigo que têm cadastro são, em média, 37%. Não está muito longe da

realidade mas segundo Toro (2007), estas são apenas um quarto da população, sendo na maioria das vezes pequenos delitos ou multas por estarem a dormir em espaços públicos ou visivelmente alcoolizados. Os participantes concordam também que as pessoas Sem-Abrigo devem ter permissão para estar em locais públicos, não sendo punidos por isso. A literatura mostra também que os resultados do estudo relativamente ao grau de escolaridade de pessoas Sem-Abrigo e às pessoas que têm emprego, mesmo estando em situação de Sem-Abrigo, são desvalorizados em relação à realidade, uma vez que existem muitas pessoas que têm o ensino secundário terminado e que estão a trabalhar, apesar de mesmo assim, não conseguirem ter rendimentos suficientes para sair da situação em que se encontram (Sommer, 2001).

Quanto à prevalência das pessoas Sem-Abrigo ao longo da vida, foram relatados 17 casos de pessoas que já tinham estado numa situação de Sem-Abrigo, havendo assim uma percentagem de prevalência de 5,7% e 2,7% dos participantes referiram também ter sido pedintes. A maior parte dos entrevistados dormiu em parques ou na rua, durante esse período, mas também referem ter dormido em casas de amigos ou familiares e em residências temporárias. As respostas dadas pelos participantes vão ao encontro destes resultados, referindo que a maior parte das pessoas Sem-Abrigo dormem na rua ou em edifícios abandonados. Na presente dissertação, o estudo da prevalência não se encontra muito desenvolvido mas encontra-se em anexo, as percentagens da prevalência, com um maior número de entrevistas, apresentadas pela autora da dissertação na II Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (Anexo F).

Os resultados do estudo evidenciam assim a disponibilidade da população portuguesa em encontrar soluções para o fenómeno dos Sem-Abrigo e em participar nestas soluções, mostrando vontade que haja uma reestruturação das políticas públicas para assim existir uma mudança de fundo em relação a esta problemática na sociedade. Nem todas as informações e opiniões que possuem estão de acordo com a realidade, o que incute aos resultados obtidos, a responsabilidade de serem utilizados como ferramenta pelos interventores sociais, de forma a esclarecer a população e comunidade em alguns aspectos, o que por si só produz uma maior abertura para as futuras intervenções em termos de solucionar o fenómeno dos Sem-Abrigo, permitindo assim uma transformação da sociedade.

## CONCLUSÃO

A população portuguesa demonstrou que está ciente dos problemas que afectam o fenómeno dos Sem-Abrigo, existindo uma consciencialização do carácter social desta questão. É importante a aposta em medidas com uma visão a longo termo que visem a resolução através de medidas sociais, por parte do Governo e do Estado, sendo assim possível uma transformação da sociedade através do dever cívico, uma vez que a maioria da população está recenseada e quase 80% votou nas últimas eleições e também pela participação activa na sociedade, divulgando a sua Opinião na comunicação social e no seio dos investigadores, que por sua vez pressionarão os políticos neste sentido.

O propósito destes estudos é também o de envolver as pessoas da comunidade nos problemas sociais e perceber o que pensam uma vez que vivem lado a lado com estas situações ou fazem mesmo parte delas, tendo uma visão de dentro sobre quais os aspectos que mais afectam e mais ajudariam numa certa problemática. Uma das inferências que se pode retirar deste estudo é que o fenómeno dos Sem-Abrigo está relacionado com muitas outras questões e preocupações da sociedade como sendo a pobreza, como estado envolvente desta situação, mas também a doença mental, a violência doméstica, o estado da economia, o desemprego, a migração e o racismo, entre outras. Ter a noção da dimensão, multiplicidade e entre cruzamento deste fenómeno implica um olhar global, tendo em conta várias perspectivas, o que nos possibilita uma intervenção mais contextualizada e verdadeira, no seio da sociedade.

O problema dos Sem-Abrigo é de facto um problema muito sério e com tendência a agravar-se e é deste modo que é percebido pelas pessoas, que acreditam que as soluções baseadas nas causas estruturais são as mais eficientes. Ainda assim, existe uma grande incidência nos factores individuais que pode ser esclarecida e debatida e também transformada. Com estes estudos é possível apercebermo-nos de quais os pontos mais sólidos da comunidade e da visão da população onde nos inserimos e quais os pontos que necessitam de maior acompanhamento, o que as pessoas têm vontade e estão dispostas a fazer para combater este fenómeno e onde é mais

necessário intervir. Psicólogos e outros profissionais têm assim um papel a desenrolar nesse sentido pois podem, através de uma transformação comunitária, estabelecer novas visões relativamente a alguns estereótipos que necessitam de ser desmistificados, como sendo o facto de muitas pessoas pensarem que um Sem-Abrigo o é por opção própria, questão esta que não pode ser confundida com o facto de uma pessoa nestas condições sentir insegurança e falta de confiança pelas opções que lhe são dadas, uma vez que estas, até agora, passam por abrigos ou outras instituições, onde não existe liberdade e respeito pelo espaço de cada um e onde não existe, reforçando, segurança pessoal e dos seus pertences. Os interventores sociais podem assim servir de mediadores entre a comunidade e as problemáticas sociais, como o fenómeno dos Sem-Abrigo, no sentido em que podem fazer chegar à população a melhor forma desta também participar numa transformação comunitária, contribuindo para uma sociedade mais justa e com mais oportunidades e assegurando que todas as pessoas usufruam do que é seu por direito, como é o caso do Direito à Habitação. Isto tudo é possível com a mobilização e integração das comunidades, com a continuação de investigações sobre este fenómeno e sua posterior divulgação e muito convictamente levar a “Imaginação ao Poder!”, através de um processo de *empowering* das pessoas que estão em situação de Sem-Abrigo mas também das comunidades onde estão inseridas.

A opinião pública demonstrou-se bastante aberta a soluções baseadas na intervenção do estado como atribuir mais subsídios de rendas ou aumentar o salário mínimo, ou ainda soluções que passam por melhorar o nível de educação nas escolas ou disponibilizar mais programas de desenvolvimento profissional. Todas estas medidas passam por uma solução baseada na prevenção de novos casos de pessoas Sem-Abrigo, o que é uma política que faz muito sentido. De outra forma, outras soluções para quem já está numa situação de Sem-Abrigo também foram apoiadas com sucesso, como disponibilizar programas de tratamento de álcool e drogas, assegurar que pessoas com doença mental tenham uma casa onde morar antes de saírem duma instituição psiquiátrica, ter programas de apoio a crianças e construir residências para Sem-Abrigo ou, num nível mais avançado, ter um programa como o *Housing First*. A mais importante conclusão a retirar deste estudo é o facto de a opinião pública estar consonante com a realidade relativamente à gravidade da problemática dos Sem-Abrigo e acima de tudo mostrar interesse e urgência em solucioná-la, apoiando diversas estratégias muito significativas. Esta conclusão avista uma maior continuidade no sentido em que é necessário levá-la ao conhecimento de

políticos e legisladores assim como de outros interventores sociais para que se apliquem e façam medidas que de outro modo não se conheceriam como apoiadas pela população.

Futuras investigações poderão ter em conta uma intervenção concreta e mais especializada, no sentido de conhecer a opinião pública sobre medidas específicas em fase de desenvolvimento. Dever-se-à estar em contacto com outras investigações, registando sempre cada investigação para que se possa ter um espólio maior aquando de futuras intervenções e investigações. O contacto com outros estudos, transnacionais, beneficia a intervenção, a comparação e o pensar sobre esta problemática que como se viu é de foro internacional. Tendo em conta o envolvimento histórico, social e político-económico de cada país, é possível perceber e adaptar soluções bem sucedidas e, com novas investigações, estudá-las no nosso país. É imperativo que se dê a conhecer estes estudos e resultados a quem faz as leis para que assim possamos fazer uma transformação da sociedade.

## REFERÊNCIAS

APA, (2005). Providing Housing First and Recovery Services for Homeless Adults with Severe Mental Illness – Pathways to Housing, Inc, New York. *Psychiatric Services*, 56 (10), 1303-1305.

Buck, P. O., Toro, P. A. & Ramos, M. (2004). Media and professional interest in homelessness over three decades (1974–2003). *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 4, 151–171.

Burt, M. (1991). Causes of the growth of homelessness during the 1980s, *Housing Policy Debate*, 2, pp. 903–936.

Burt, M. (2001). What Will it Take to End Homelessness? Washington, DC: Urban Institute. [On-line]. Available: [http://www.urban.org/UploadedPDF/end\\_homelessness.pdf](http://www.urban.org/UploadedPDF/end_homelessness.pdf)

Burt, M. R., Pearson, C., & Montgomery, A. E. (2007). Community-Wide Strategies for Preventing Homelessness: Recent Evidence. *J Primary Prevent*, 28, 213-228.

Calgary Committee to End Homelessness (2008). *Calgary's 10 Year Plan to End Homelessness*. Consultado em Setembro de 2008 através de <http://www.endinghomelessness.ca/default.asp?FolderID=2178>

Casavant, L. (1999). *Definition of Homelessness*. Canadá: Parliamentary Research Branch [On-line]. Available: <http://dsp-psd.pwgsc.gc.ca/Collection-R/LoPBdP/modules/prb99-1-homelessness/definition-e.htm>

FEANTSA (2007). ETHOS – European Typology on Homelessness and Housing Exclusion. Brussels: FEANTSA [On-line]. Available: <http://www.feantsa.org/code/en/pg.asp?Page=484>

Foscarinis, M. (1991). The Politics of Homelessness: A Call to Action. *American Psychologist*, 46 (11), 1232-1238.

Foscarinis, M. (2008). Finding Home. *Odyssey*, March-April, 48-50. Gulcur, L., Stefancic, A., Shinn, M., Tsemberis, S., & Fischer, S. N. (2003). Housing, Hospitalization, and Cost Outcomes for Homeless Individuals with Psychiatric Disabilities Participating in Continuum of Care and Housing First Programmes. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 13, 171–186.

Gulcur, L., Tsemberis, S., Stefancic, A., & Greenwood, R. M. (2007). Community Integration of Adults with Psychiatric Disabilities and Histories of Homelessness. *Community Mental Health Journal*, 43 (3), 211–228.

Haber, M. G., & Toro. P. A. (2004). Homelessness Among Families, Children and Adolescents: An Ecological-Developmental Perspective. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 7 (3), 123-164.

Helvie, C. O., & Kunstmann, W. (Eds.). (1999). *Homelessness in the United States, Europe, and Russia: A comparative perspective*. Westport, CT: Bergin & Garvey

Jones, J. M., Levine, I. S., & Rosenberg, A. A. (1991). Homelessness, research, services, and social policy: Introduction to the Special Issue. *American Psychologist*, 46, 1109 – 1111.

Kiesler, C. A. (1991). Homelessness and Public Policy Priorities. *American Psychologist*, 46 (11), 1245-1252.

Kondratas, A. (1991). Ending homelessness: Policy challenges. *American Psychologist*, 46, 1226-1231.

Link, B. G., Schwartz, S., Moore, R., Phelan, J., Struening, E., Stueve, A., et al. (1995). Public knowledge, attitudes, and beliefs about homeless people: Evidence for compassion fatigue. *American Journal of Community Psychology*, 23, 533–555.

Link, B. G., Susser, E., Stueve, A., Phelan, J., Moore, R. & Struening, E. (1994). Lifetime and five-year prevalence of homelessness in the United States. *American Journal of Public Health*, 84 (12), 1907–1912.

Milburn, N. G., Ayala, G., Rice, E., Batterham, P. & Rotheram-Borus, M. J. (2006). Discrimination and Exiting Homelessness Among Homeless Adolescents. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, Vol. 12, No. 4, 658 – 672.

Mutz, D. C. & Soss, J. (1997). Reading public opinion: The influence of news coverage on perceptions of public sentiment. *Public Opinion Quarterly*, 61, 431-451.

National Alliance to End Homelessness (2007). Analysis of Homeless Definition Changes. Washington, DC: National Alliance to End Homelessness [On-line]. Available: <http://www.naeh.org/content/general/detail/1806>

National Coalition for the Homeless (2008). Who is Homeless? Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/Whois.pdf>

National Coalition for the Homeless (2008). Why are People Homeless? Washington, DC: National Coalition for the Homeless [On-line]. Available: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts/why.html>

Pathways to housing (2008). About Us. Pathways to Housing [On-line]. Available: <http://www.pathwaystohousing.org/TopMenu/AboutUs-2.html>

Shinn, M. (1992). Homelessness: What is a Psychologist to Do? *American Journal of Community Psychology*, 20 (1), 1-22.

Shinn, M. (1997). Family homelessness: State or trait. *American Journal of Community Psychology*, 25, 755–769.

Shinn, M. (2000). Homelessness. In Rappaport, J., Seidman, E. (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 976-979) NY: Kluwer Academic Plenum Publishers.

Shinn, M. (2007). International Homelessness: Policy, Social-Cultural, and Individual Perspectives. *Journal of Social Issues*, 63 (3), 657-677.

Shinn, M. & J. Baumohl. (1999). "Rethinking the Prevention of Homelessness." In *Practical Lessons: The 1998 Symposium on Homelessness Research*, edited by L.B. Fosburg and D.L. Dennis. Washington, D.C.: U.S. Departments of Housing and Urban Development, and Health and Human Services.

Shinn, M., Knickman, J. R. & Weitzman, B. (1991). Social relationships and vulnerability to becoming homeless among poor families. *American Psychologist*, 46, 1180–1187.

Shinn, M. & Tsemberis, S. (1998). Is Housing the Cure for Homelessness? In X. B. Arriaga, & S. Oskamp (Eds.), *Addressing community problems: Psychological research and interventions* (pp. 52-77). Thousand Oaks: Sage.

Sommer, H. (2001). Homelessness in Urban America: A Review of the Literature. E.U.A: Urban Homelessness and Public Policy Solutions: A One-Day Conference [On-line]. Available: <http://igs.berkeley.edu/events/homeless/NewHomelessnessBook1.pdf>

Stefancic, A., & Tsemberis, S. (2007). Housing First for Long-Term Shelter Dwellers with Psychiatric Disabilities in a Suburban County: A Four-Year Study of Housing Access and Retention . *J Primary Prevent*.

The Boston Foundation (2005). *Partners in Prevention: Community-Wide Homelessness Prevention in Massachusetts and the United States*. Consultado em 2 de Agosto de 2007 através de <http://www.tbf.org/uploadedFiles/HomelssnssRpt.pdf>

Tompsett, C. J., Toro, P. A., Guzicki, M., Manrique, M., & Zatakia, J. (2006). Homelessness in the United States: Assessing changes in prevalence and public opinion, 1993 to 2001. *American Journal of Community Psychology, 37*, 47–61.

Toro, P. A. (2007). Toward an International Understanding of Homelessness. *Journal of Social Issues, 63* ( 3), 461—481.

Toro, P. A. & McDonell, D. M. (1992). Beliefs, attitudes, and knowledge about homelessness: A survey of the general public. *American Journal of Community Psychology, 20*, 53–80.

Toro, P. A., Tompsett, C. J., Lombardo, S., Philippot, P., Nachtergaeel, H., Galand, B., et al. (2007) Homelessness in Europe and the United States: A comparison of prevalence and public opinion. *Journal of Social Issues, 63*, 505–524.

Toro, P. A., Trickett, E. J., Wall, D. D., & Salem, D. A. (1991). Homelessness in the United States: An Ecological Perspective. *American Psychologist, 46*(11), 1208–1218.

Toro, P. A. & Warren, M. G. (1991). Homelessness, Psychology, and Public Policy: Introduction to Section Three. *American Psychologist, vol. 46, no. 11*, 1205–1207.

Tsemberis, S., & Eisenberg, R. F. (2000). Pathways to Housing: Supported housing for street-dwelling homeless individuals with psychiatric disabilities. *Psychiatric Services, 51*(4), 487–493.

Tsemberis, S., Gulcur, L., & Nakae, M. (2004). Housing First, Consumer Choice, and Harm Reduction for Homeless Individuals with a Dual Diagnosis. *American Journal of Public health, 94* (4), 651-656.

Williams, M. & Cheal, B. (2001). Is there Any Such Thing as Homelessness? Measurement, Explanation and Process in 'Homelessness' Research. *Innovation, 14* (3), 239-253.

Wireman, K. R. (2007). Preventing Homelessness: A Consumer Perspective. *J Primary Prevent, 28*, 205-212.

## ANEXOS

## Anexo A

### Outputs dos Dados Demográficos dos Participantes

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Feminino	217	72,3	72,3	72,3
	Masculino	83	27,7	27,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 1: Sexo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	18 a 29	49	16,3	16,3	16,3
	30 a 44	57	19,0	19,0	35,3
	45 a 64	110	36,7	36,7	72,0
	Mais de 64	83	27,7	27,7	99,7
	Não Respondeu	1	,3	,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 2: Idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sem escolaridade / Não respondeu	20	6,7	6,7	6,7
	4º ano	88	29,3	29,3	36,0
	6º ano	29	9,7	9,7	45,7
	9º ano	31	10,3	10,3	56,0
	+ 9º ano - 12º ano	25	8,3	8,3	64,3
	Ensino secundário	39	13,0	13,0	77,3
	Escola comercial ou técnico-profissional	12	4,0	4,0	81,3
	1 a 3 anos frequência universitária	15	5,0	5,0	86,3
	Licenciatura	37	12,3	12,3	98,7
	Outro grau acadêmico avançado	4	1,3	1,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 3: Grau de Escolaridade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Português	282	94,0	94,0	94,0
Outro país da EU	2	,7	,7	94,7
Outro país da Europa	2	,7	,7	95,3
País de expressão oficial portuguesa	10	3,3	3,3	98,7
NS / NR	4	1,3	1,3	100,0
Total	300	100,0	100,0	

TABELA 4: Etnia

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Accountant	2	,7	,7	,7
Engineer	1	,3	,3	1,0
Lawyer	1	,3	,3	1,3
Personnel or Labor Relations Worker	1	,3	,3	1,7
Physician	1	,3	,3	2,0
Veterinarian	1	,3	,3	2,3
Registered Nurse	2	,7	,7	3,0
Radiological Technologist or Technician	1	,3	,3	3,3
Social Worker	2	,7	,7	4,0
College or University Teacher	1	,3	,3	4,3
Teacher (non-college and non-university)	16	5,3	5,4	9,7
Airplane Pilot	1	,3	,3	10,0
Technician	1	,3	,3	10,4
Bank Office or Financial Manager	1	,3	,3	10,7
Officer, Pilot, or Purser of a Ship	2	,7	,7	11,4
Official or Administrator for Public Administration	12	4,0	4,0	15,4
Sales Manager or Departement Head of Retail Trade	10	3,3	3,3	18,7
Sales Manager (except for retail trade)	3	1,0	1,0	19,7
Manager or Administrator	1	,3	,3	20,1
Clerical Assistant	1	,3	,3	20,4
Counter Clerk (except food)	5	1,7	1,7	22,1
Computer or Peripheral Equipment Operator	1	,3	,3	22,4

Secretary	1	,3	,3	22,7
Teacher Aide	1	,3	,3	23,1
Miscellaneous Clerical Worker	11	3,7	3,7	26,8
Baker	1	,3	,3	27,1
Carpenter	2	,7	,7	27,8
Printin Trade Apprentice	2	,7	,7	28,4
Decorator or Window Dresser	1	,3	,3	28,8
Electrician	1	,3	,3	29,1
Jeweler or Watchmaker	1	,3	,3	29,4
Automobile Mechanic	1	,3	,3	29,8
Miscellaneous Mechanic or Repairman	1	,3	,3	30,1
Metal Molder	1	,3	,3	30,4
Cheker, Examiner or Inspector (manufacturing)	1	,3	,3	30,8
Dressmaker or Seamstress (except factory)	4	1,3	1,3	32,1
Textile Operative	3	1,0	1,0	33,1
Miscellaneous Machine Operative	6	2,0	2,0	35,1
Deliveryman or Routeman	1	,3	,3	35,5
Truckdriver	2	,7	,7	36,1
Stock Handler	3	1,0	1,0	37,1
Cleaner or Charwoman	6	2,0	2,0	39,1
Cook (except for private household)	1	,3	,3	39,5
Waiter	4	1,3	1,3	40,8
Food Service Worker (except for private household)	1	,3	,3	41,1
Dental Assistant	2	,7	,7	41,8
Nursing Aide, Orderly, or Attendant	4	1,3	1,3	43,1
Hairdresser or Cosmetologist	2	,7	,7	43,8
Housekeeper (except for private household)	1	,3	,3	44,1
Guard or Watchman	1	,3	,3	44,5
Service Worker (except for private household)	4	1,3	1,3	45,8
Child Care Worker for Private Household	1	,3	,3	46,2
Housekeeper for Private Household	2	,7	,7	46,8
Student	25	8,3	8,4	55,2
Homemaker	51	17,0	17,1	72,2
Unemployment; Pension	79	26,3	26,4	98,7

	Psychology	1	,3	,3	99,0
	Hotel Employment	1	,3	,3	99,3
	Laboratory Employment	1	,3	,3	99,7
	Agriculture	1	,3	,3	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 5: Ocupação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menos de €7,500	68	22,7	22,7	22,7
	€7,500 - €14,999	29	9,7	9,7	32,3
	€15,000 - €24,999	24	8,0	8,0	40,3
	€25,000 - €34,999	10	3,3	3,3	43,7
	€35,000 - €49.999	5	1,7	1,7	45,3
	€50,000 - Ou mais	2	,7	,7	46,0
	NR	162	54,0	54,0	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 6: Rendimento Familiar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	269	89,7	89,7	89,7
	Não	27	9,0	9,0	98,7
	NS / NR	4	1,3	1,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 7: Recenseamento na Área de Habitação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	228	76,0	76,0	76,0
	Não	67	22,3	22,3	98,3
	NR	5	1,7	1,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 8: Voto nas Últimas Legislativas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Partido Popular	9	3,0	3,0	3,0
	Partido Social-Democrata	63	21,0	21,1	24,1

	Partido Socialista	71	23,7	23,7	47,8
	Partido Comunista Português	11	3,7	3,7	51,5
	Bloco de Esquerda	8	2,7	2,7	54,2
	Outro / Não Tem	137	45,7	45,8	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 9: Partido

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Católico	257	85,7	86,0	86,0
	Protestante	2	,7	,7	86,6
	Nenhuma	15	5,0	5,0	91,6
	Outra	6	2,0	2,0	93,6
	NS /NR	19	6,3	6,4	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 10: Religião

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Abrantes	4	1,3	1,3	1,3
	Aguiar da Beira	1	,3	,3	1,7
	Albufeira	2	,7	,7	2,3
	Alenquer	1	,3	,3	2,7
	Almada	8	2,7	2,7	5,4
	Alpiarça	1	,3	,3	5,7
	Amadora	7	2,3	2,3	8,0
	Amarante	1	,3	,3	8,4
	Ansião	2	,7	,7	9,0
	Aveiro	1	,3	,3	9,4
	Barcelos	4	1,3	1,3	10,7
	Barreiro	8	2,7	2,7	13,4
	Beja	3	1,0	1,0	14,4
	Braga	13	4,3	4,3	18,7
	Bragança	2	,7	,7	19,4
	Caldas da Rainha	1	,3	,3	19,7
	Câmara de Lobos	1	,3	,3	20,1
	Cantanhede	4	1,3	1,3	21,4
	Cartaxo	1	,3	,3	21,7
	Cascais	3	1,0	1,0	22,7
	Castelo Branco	3	1,0	1,0	23,7

Castro D'Aire	1	,3	,3	24,1
Celorico de Basto	2	,7	,7	24,7
Chaves	1	,3	,3	25,1
Cinfães	5	1,7	1,7	26,8
Coimbra	15	5,0	5,0	31,8
Condeixa-a-Nova	1	,3	,3	32,1
Covilhã	3	1,0	1,0	33,1
Elvas	1	,3	,3	33,4
Évora	7	2,3	2,3	35,8
Faro	2	,7	,7	36,5
Felgueiras	1	,3	,3	36,8
Figueira da Foz	1	,3	,3	37,1
Figueira de Castelo Rodrigo	1	,3	,3	37,5
Gondomar	5	1,7	1,7	39,1
Gouveia	1	,3	,3	39,5
Guarda	4	1,3	1,3	40,8
Guimarães	2	,7	,7	41,5
Horta	3	1,0	1,0	42,5
Lagoa (Algarve)	1	,3	,3	42,8
Lamego	2	,7	,7	43,5
Leiria	8	2,7	2,7	46,2
Lisboa	23	7,7	7,7	53,8
Loulé	1	,3	,3	54,2
Loures	6	2,0	2,0	56,2
Machico	1	,3	,3	56,5
Madalena	1	,3	,3	56,9
Mafra	3	1,0	1,0	57,9
Maia	3	1,0	1,0	58,9
Manteigas	1	,3	,3	59,2
Marco de Canavezes	3	1,0	1,0	60,2
Marinha Grande	3	1,0	1,0	61,2
Matosinhos	4	1,3	1,3	62,5
Miranda do Corvo	1	,3	,3	62,9
Mogadouro	1	,3	,3	63,2
Moita	1	,3	,3	63,5
Monção	1	,3	,3	63,9
Montalegre	1	,3	,3	64,2
Montemor-o-Velho	2	,7	,7	64,9
Moura	1	,3	,3	65,2
Odivelas	2	,7	,7	65,9
Oeiras	6	2,0	2,0	67,9
Oliveira de Frade	1	,3	,3	68,2
Paredes	1	,3	,3	68,6
Pombal	1	,3	,3	68,9
Portalegre	5	1,7	1,7	70,6
Portimão	1	,3	,3	70,9
Porto	7	2,3	2,3	73,2

	Porto de Mós	4	1,3	1,3	74,6
	Sabugal	2	,7	,7	75,3
	Santa Cruz (Madeira)	4	1,3	1,3	76,6
	Santa Maria da Feira	2	,7	,7	77,3
	São Pedro do Sul	2	,7	,7	77,9
	Santana	1	,3	,3	78,3
	Santo Tirso	4	1,3	1,3	79,6
	Seixal	9	3,0	3,0	82,6
	Sesimbra	1	,3	,3	82,9
	Setúbal	5	1,7	1,7	84,6
	Sintra	4	1,3	1,3	86,0
	Soure	1	,3	,3	86,3
	Tavira	1	,3	,3	86,6
	Tondela	3	1,0	1,0	87,6
	Torres Vedras	3	1,0	1,0	88,6
	Trofa	1	,3	,3	89,0
	Valpaços	3	1,0	1,0	90,0
	Vale de Cambra	1	,3	,3	90,3
	Valença	1	,3	,3	90,6
	Viana do castelo	3	1,0	1,0	91,6
	Vila Franca de Xira	3	1,0	1,0	92,6
	Vila Nova de Famalicão	7	2,3	2,3	95,0
	Vila Nova de Gaia	5	1,7	1,7	96,7
	Vila Real	1	,3	,3	97,0
	Viseu	8	2,7	2,7	99,7
	Vizela	1	,3	,3	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 11: Concelho onde Reside

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Aveiro	4	1,3	1,3	1,3
	Beja	4	1,3	1,3	2,7
	Braga	27	9,0	9,0	11,7
	Bragança	3	1,0	1,0	12,7
	Castelo Branco	6	2,0	2,0	14,7
	Coimbra	25	8,3	8,4	23,1
	Évora	7	2,3	2,3	25,4
	Faro	8	2,7	2,7	28,1
	Guarda	10	3,3	3,3	31,4
	Leiria	19	6,3	6,4	37,8
	Lisboa	71	23,7	23,7	61,5
	Portalegre	6	2,0	2,0	63,5
	Porto	38	12,7	12,7	76,3

	Santarém	6	2,0	2,0	78,3
	Setúbal	21	7,0	7,0	85,3
	Viana do Castelo	5	1,7	1,7	87,0
	Vila Real	6	2,0	2,0	89,0
	Viseu	22	7,3	7,4	96,3
	Arquipélago dos Açores	4	1,3	1,3	97,7
	Arquipélago da Madeira	7	2,3	2,3	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 12: Distrito onde Reside

Anexo B

Instrumento

RDN# \_\_\_\_\_

#

**A PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO SOBRE AS PESSOAS SEM-ABRIGO:  
2004-05 Estudo em Portugal**

NÚMERO DE TELEFONE MARCADO: ( )\_-

DATA: ( / / )

HORA DE INICIO (h) M/T

HORA DO FIM (h) M/T

ENTREVISTADOR (A)  
ENTREVISTADOR (A)

CÓDIGO DO

***I. INTRODUÇÃO***

Bom Dia / Tarde, o meu nome é \_\_\_\_\_. Estou a telefonar do Instituto Superior de Psicologia Aplicada em Lisboa. A sua residência foi escolhida aleatoriamente para fazer parte de um estudo sobre QUESTÕES HABITACIONAIS em Portugal. Gostaria de falar com a pessoa que ai habita com pelo menos 18 e que tenha sido o (a) ultimo (a) a fazer anos. Essa pessoa encontra-se em casa?

*Se a pessoa que atendeu o telefone é a pessoa adequada, passar à parte II. Se a pessoa adequada não estiver em casa, então pergunte: Quando é que será uma boa altura, para encontrar essa pessoa em casa?*

FICHEIRO PARA VOLTAR A LIGAR: Data/Hora \_\_\_\_\_NOME (Apenas o primeiro)  
\_\_\_\_\_

*(Nota: Se encontrar alguém que fala outra língua e cujos conhecimentos de Português sejam obviamente insuficientes para concluir a entrevista deve dizer:*

*Lamento, mas apenas falo Português. Em breve será contactado (a) por um (a) colega que fala a sua língua. Obrigado! )*

Se a pessoa adequada se encontrar em casa, quando essa pessoa pegar no auscultador dizer o seguinte: Bom Dia /Tarde, o meu nome é \_\_\_\_\_. Estou a ligar do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, em Lisboa. A sua residência foi escolhida ao acaso para fazer parte de um estudo sobre questões habitacionais em Portugal.

***II. ORGANIZAÇÃO DA ENTREVISTA***

Importa-se de falar comigo durante sensivelmente 15 a 20 minutos? (*Se a resposta for sim, ir para o ponto III.*)

(*Se a resposta for não, perguntar: Quando é que será um momento conveniente para eu voltar a ligar?*)

(FICHEIRO PARA VOLTAR A LIGAR: Data/Hora \_\_\_\_\_ NOME (*Apenas o primeiro*) \_\_\_\_\_)

*Se a resposta continuar a ser não, dizer: Nós gostaríamos muito de conhecer a sua opinião sobre este assunto, tem a certeza que não podemos falar agora ou num outro momento? Se a resposta for não, dizer: OBRIGADO PELO SEU TEMPO, ADEUS.*

### **III. A ENTREVISTA**

Deixe-me começar por lhe garantir que tudo o que for dito será confidencial e apenas utilizado como parte de uma amostra maior de entrevistas. Eu não lhe vou perguntar qual o seu último nome e portanto a sua identidade não poderá ser ligada a nenhuma informação que me venha a dar durante esta entrevista. Se surgirem algumas questões às quais não deseje responder pode simplesmente dizer que não quer responder. Se posteriormente lhe surgirem algumas questões ou comentários, pode ligar para a pessoa de contacto, Professor \_\_\_\_\_, no Instituto Superior de Psicologia Aplicada. O número de telefone é: 21 881 1700. Tem alguma questão neste momento? (*Se a resposta for sim, o (a) entrevistador (a) deve fazer todo o esforço para tentar responder. Se o (a) entrevistador (a) não conseguir responder ou não tiver certeza, POR FAVOR tome nota da questão para a próxima reunião de coordenação do projecto.*)

(*Se a pessoa não tiver nenhuma pergunta*) **Então vamos começar!**

(*Notas para o (a) entrevistador (a): Assinale a resposta correcta ou insira-a- no local apropriado. Forneça apenas UMA resposta por item, a menos que haja uma instrução em contrário. Use a alternativa "NS / NR" (Não Sabe / Não Responde) com moderação. Pode ter liberdade na sua abordagem, quando estiver a apresentar a entrevista para encorajar a participação, quando estiver a percorrer os itens , tem de usar uma abordagem consistentemente neutra. Não faça perguntas de um modo " direccionado" e assegure-se que o (a) entrevistado (a) se sente confortável ao revelar as suas opiniões, quaisquer que sejam.*)

primeiro lugar, quão sério considera ser o problema dos Sem-Abrigo no seu concelho? É MUITO SÉRIO, RAZOAVELMENTE SÉRIO, NÃO MUITO SÉRIO, ou NADA SÉRIO?

1 = MUITO SÉRIO	4 = NADA SÉRIO
2 = RAZOAVELMENTE SÉRIO	5 = NS/NR
3 = NÃO MUITO SÉRIO	

2) Quão sério pensa ser o problema dos Sem-Abrigo na cidade mais próxima do local onde vive/ ou na cidade onde vive? É MUITO SÉRIO, RAZOAVELMENTE SÉRIO, NÃO MUITO SÉRIO, ou NADA SÉRIO?

1 = MUITO SÉRIO	4 = NADA SÉRIO
2 = RAZOAVELMENTE SÉRIO	5 = NS/NR
3 = NÃO MUITO SÉRIO	

3) Quão sério pensa ser o problema dos Sem-Abrigo, globalmente, em Portugal? É MUITO SÉRIO, RAZOAVELMENTE SÉRIO, NÃO MUITO SÉRIO, ou NADA SÉRIO?

1 = MUITO SÉRIO	4 = NADA SÉRIO
2 = RAZOAVELMENTE SÉRIO	5 = NS/NR
3 = NÃO MUITO SÉRIO	

4) Considera que o problema dos Sem-Abrigo em Portugal está: PIORAR, NA MESMA, ou a MELHORAR?

1 = PIORAR  
2 = NA MESMA  
3 = MELHORAR  
4 = NS/NR

OS ITENS 5-6, 7-8, 9-10, 11-12: Qual pensa que é o período médio de tempo que uma pessoa Sem-Abrigo em Portugal, permanece nessa situação? Por favor dê-me um número em dias, semanas, meses, ou anos.

(5-6) \_\_\_ \_\_\_\_ dias (9-10) \_\_\_ \_\_\_\_ meses  
(7-8) \_\_\_\_ \_\_\_\_ semanas (11 -12) \_\_\_ \_\_\_\_ anos

*(Nota para o (a) entrevistador (a): os Itens 5-12 devem ser preenchidos com 2 dígitos por cada item. Por exemplo: Se o (a) entrevistado (a) responder 3 semanas e 11 meses, preencher com 00 dias, 03 semanas, 11 meses, 00 anos. Se a resposta for NS / NR, registre 8 zeros nos itens 5-12.)*

13) Qual das seguintes instituições pensa que deve ser a mais responsável por ajudar a apoiar as pessoas Sem-Abrigo: GOVERNO, IGREJAS E ASSOCIAÇÕES, ou AS PRÓPRIAS PESSOAS SEM-ABRIGO.

1 = Governo  
2 = Igrejas e Associações  
3 = As próprias pessoas Sem-Abrigo  
4 = NS/NR

14) Pensa que os financiamentos públicos com objectivo de ajudar os Sem-Abrigo devem AUMENTAR, DIMINUIR, ou MANTER-SE?

1 = AUMENTAR  
2 = DIMINUIR  
3 = MANTER-SE  
4 = NS/NR

15) Diria que nos últimos 2 anos a sua simpatia face às pessoas Sem-Abrigo:

1 = AUMENTOU  
2 = DIMINUIU  
3 = MANTEVE-SE  
4 = NS/NR

16) Pensando acerca da razão pela qual a maioria das pessoas são sem abrigo, diria que a SOCIEDADE E O ESTADO são os principais responsáveis, ou a responsabilidade é da própria pessoa Sem - Abrigo?

1 = SOCIEDADE E ESTADO  
2 = PESSOA SEM ABRIGO  
3 = NS/NR

17) Quantos artigos é que leu acerca dos Sem - Abrigo em jornais ou revistas? Diria MUITOS, ALGUNS, UNS POUÇOS, ou NENHUM?

1 = MUITOS  
2 = ALGUNS  
3 = UNS POUÇOS  
4 = NENHUM

18) Em geral, com que grau de importância acha que a televisão, os jornais, ou revistas, têm influenciado as suas opiniões acerca das pessoas Sem – Abrigo? Diria MUITO IMPORTANTE, IMPORTANTE ou NÃO É IMPORTANTE?

1 = MUITO IMPORTANTE  
2 = IMPORTANTE  
3 = NÃO É IMPORTANTE

19) No ano passado, quantas vezes uma pessoa Sem – Abrigo pediu-lhe dinheiro...NUNCA, UMA VEZ OU DUAS, 3 a 10 VEZES, OU MAIS DE 10 VEZES?

1 = UMA (passe para a 21)                      3 = 3 a 10 VEZES  
2 = UMA OU DUAS VEZES                      4 = MAIS DE 10 VEZES

20) Com que frequência deu dinheiro a pessoas Sem – Abrigo: QUASE SEMPRE, ÀS VEZES, RARAMENTE, OU NUNCA?

1 = QUASE SEMPRE                      3 = RARAMENTE  
2 = ÀS VEZES                      4 = NUNCA

21) Alguma vez na sua vida foi pedinte, isto é, pediu dinheiro a desconhecidos?

1 = SIM                      2 = NÃO (*Passe para a 24*)

22) Quando foi a última vez que pediu?

1 = No ano passado  
2 = 1-2 Anos atrás (*Passe para a 24*)  
3 = 3-4 Anos atrás (*Passe para a 24*)  
4 = 4-5 Anos atrás (*Passe para a 24*)  
5 = Mais de 5 anos atrás (*Passe para a 24*)  
8 = NS/NR (*Passe para a 24*)

23) Aproximadamente quanto é que ganhou a pedir o ano passado?

1 = Menos de 10€  
2 = Entre 10€-25€  
3 = Entre 25€-50€  
4 = Entre 50€-100€  
5 = Entre 100€-200€  
6 = Entre 200€-300€  
7 = Entre 300€-500€  
8 = Entre 500€-1000€  
9 = Passou os 1,000€ \_\_\_\_\_ (*Especifique*)

24) No período de uma semana quantas Pessoas Sem - Abrigo viu: NENHUM, 1 OU 2, 3 a 10, ou MAIS DE 10?

1 = NENHUM (*Passe para a 26*)                      3 = 3 A 10 (*Passe para a 26*)  
2 = 1 OU 2 (*Passe para a 26*)                      4 = MAIS DE 10

25) Num período de uma semana, vê ENTRE 10 e 50, ENTRE 50 e 100, MAIS DE 100 pessoas Sem Abrigo?

1 = ENTRE 10 E 50                      3 = MAIS DE 100  
2 = ENTRE 50 E 100



- 1 = MENOS DE UMA SEMANA
- 2 = MAIS DE UMA SEMANA E MENOS DE UM MÊS
- 3 = MAIS DE UM MÊS E MENOS DE UM ANO
- 4 = MAIS DE UM ANO

**39) Algum membro da sua família – pais, filho, irmão, irmã ou conjugue foi alguma vez Sem Abrigo?**

- 1 = SIM
- 2 = NÃO (*Passe para a 41*)
- 3 = NS/NR (*Passe para a 41*)

**40) Que parentes eram Sem Abrigo? (faça um círculo no parente que mais recentemente esteve nessa situação.)**

- 1 = PAI/MÃE
- 2 = FILHO
- 3 = IRMÃO/IRMÃ
- 4 = MARIDO/MULHER
- 5 = OUTRO PARENTE

**41) Teve algum(a) amigo(a) próximo(a) que alguma vez tenha sido Sem Abrigo?**

- 1 = SIM
- 2 = NÃO (*Passe para a 43,44,45*)
- 3 = NR (*Passe para a 43,44,45*)

**42) Conhecia este amigo(a) (ou qualquer destes amigos(as)) antes de se tornarem Sem Abrigo?**

- 1 = SIM
- 2 = NÃO

**ITEMS 43, 44, 45:**

**Quantos Sem Abrigo conheceu pessoalmente, para além dos que já mencionou? \_\_\_\_\_ #**  
(Nota para o(a) entrevistador(a): registe com **3 dígitos**, por exemplo conheceu 10, resposta =010, Nenhum = 000, Mais de 1000 = 999)

**46) Alguma vez fez alguma coisa pessoalmente, para ajudar os Sem Abrigo?**

- 1 = SIM
- 2 = NÃO (*Passe para a 51,52,53,54*)
- 3 = NS/NR (*Passe para a 51,52,53,54*)

**47) O que é que fez? (Nota para o(a) entrevistador(a): Não leia as hipóteses. Registe a categoria mais apropriada. Pode usar um círculo na escolha. Se as escolhas forem mais do que uma pergunte – “qual a mais frequente?”)**

- 1 = DEU DINHEIRO A UMA PESSOA SEM ABRIGO
- 2 = DEU DINHEIRO PARA ASSOCIAÇÕES QUE AJUDAM AS PESSOAS SEM ABRIGO
- 3 = DEU COMIDA E ROUPA PARA ASSOCIAÇÕES QUE AJUDAM AS PESSOAS SEM ABRIGO
- 4 = DEU COMIDA/REFEIÇÃO A UMA PESSOA SEM ABRIGO
- 5 = DEU ABRIGO A UMA PESSOA SEM ABRIGO
- 6 = DEU ROUPA A UMA PESSOA SEM ABRIGO
- 7 = DEU AJUDA A PESSOAS SEM ABRIGO COM PROBLEMAS SOCIAIS/ FAMILIARES (TOMOU CONTA DE CRIANÇAS, DEU BOLEIA, ETC.)
- 8 = OUTRO
- 9 = NR

**Itens 51, 52, 53, 54:**

**Qual é que acha que é o rendimento médio mensal de uma Pessoa Sem Abrigo? \_\_\_\_\_ €**  
(Nota para o(a) entrevistador(a): Registe com **4 dígitos**. Por exemplo: 430€ é registado 0430)

**Nesta próxima secção, gostaria de lhe colocar algumas questões sobre a sua utilização das tecnologias de comunicação em sua casa.**

54.51. (ENTREVISTADOR(A): coloque a questão apenas se não tiver a certeza de não saber a resposta). Foi contactado (o(a) entrevistado(a)) inicialmente por telefone fixo ou por telemóvel?

1 = Fixo                      2 = Telemóvel

54.52. (ENTREVISTADOR(A): coloque a questão apenas se não tiver a certeza de não saber a resposta). Está a falar actualmente por telefone fixo ou telemóvel?

1 = Fixo                      2 = Telemóvel

54.52-54.53. Incluindo-o (a), quantas pessoas vivem no total nessa casa? \_\_\_\_\_

(Codifique usando **2 Dígitos** . Por exemplo, uma = 01)

54.54-54.55. Quantas linhas de rede telefónica tem na sua habitação, não incluindo linhas usadas apenas para a Internet ou exclusivamente para chamadas de trabalho? \_\_\_\_\_

54.56-54.57. Quantas linhas de telemóvel têm as pessoas que habitam nessa casa? \_\_\_\_\_

54.58-54.65. Há alguma das linhas telefónicas (fixo ou telemóvel) que seja usada apenas por um dos membros da família? Se sim, por favor discrimine o numero de linhas e identifique se são de telefone fixo ou telemóvel, por elemento do agregado.

Use o espaço abaixo para responder por escrito ás questões acima colocadas:

Numero de linhas de telefone fixo usadas pelo(a) entrevistado (a)  
\_\_\_\_\_

Numero de linhas de telemóveis usados pelo(a) entrevistado (a)  
\_\_\_\_\_

Numero de linhas de telefone fixo não usadas pelo(a) entrevistado (a)  
\_\_\_\_\_

Numero de linhas de telemóveis não usadas pelo(a) entrevistado (a)  
\_\_\_\_\_

54.66. Faz a maior parte das suas chamadas telefónicas pessoais por telefone fixo ou por telemóvel?

1 = Fixo                      2 = telemóvel

54.67. Faz a maior parte das suas chamadas telefónicas por esta linha da qual estamos agora a falar, ou por outra?

1=Esta linha                2=Outra

**tems 55, 56, 57, 58, 59, 60 :**

Anteriormente nesta entrevista, coloquei-lhe algumas questões sobre o que o Estado e a Comunidade podem fazer para reduzir o numero de Pessoas Sem Abrigo. **Assim, qual seria a sua disponibilidade para (ler item). Estaria: MUITO DISPONIVEL, ALGO DISPONIVEL OU NADA DISPONIVEL?**

	<u>MUITO DISPONIVEL</u>	<u>ALGO DISPONIVEL</u>	<u>NADA DISPONIVEL</u>	
55)Pagar 40€ por ano ou mais em impostos para a redução de Pessoas Sem Abrigo? <b>(se responder NADA DISPONIVEL passar para a questão 58)</b>				
		1	2	3
56)Pagar 160€ por ano ou mais em impostos para redução de Pessoas Sem Abrigo? <b>(se responder NADA DISPONIVEL passar para a questão 58)</b>		1	2	3
57)Pagar 800€ por ano ou mais em impostos para redução de Pessoas Sem Abrigo?		1	2	3
58)Despender 2 horas por mês em trabalho voluntário com vista à redução de Pessoas Sem Abrigo?	1		2	3
59)Ter uma residência para Pessoas Sem Abrigo na sua área de residência?		1	2	3
60)Ter um abrigo para Pessoas Sem Abrigo perto de sua casa?		1	2	3

**ITEMS 61-65 :**

Não há consenso acerca das restrições que devem ser aplicadas às Pessoas Sem Abrigo. **Na sua opinião, as Pessoas Sem Abrigo devem (ler item). Diria: DEFINITIVAMENTE SIM, PROVAVELMENTE SIM, PROVAVELMENTE NÃO, ou DEFINITIVAMENTE NÃO?**

	DEFINITIVAMENTE <u>SIM</u>	PROVAVELMENTE <u>SIM</u>	PROVAVELMENTE <u>NÃO</u>	DEFINITIVAMENTE <u>NÃO</u>
61)Ter o direito de passara noite em locais públicos ou estações de autocarro e comboios?		1	2	3 4
62)ter o direito de votar?		1	2	3 4
63)Ter a permissão de mendigarem locais públicos?		1	2	3 4
64)Ter permissão para armar tendas ou outro género de abrigos temporários em locais públicos?		1	2	3 4
65)(E)devem as pessoas Sem Abrigo com doenças mentais graves ser enviadas para hospitais psiquiátricos, mesmo contra a sua vontade?		1	2	3 4

**ITEMS 66-70:**

Por favor diga-nos o quanto concorda ou discorda com a seguintes afirmações: *(ler afirmações)*.  
 CONCORDA BASTANTE, CONCORDA , DISCORDA ou DISCORDA BASTANTE

	<u>CONCORDA BASTANTE</u>	<u>CONCORDA</u>	<u>DISCORDA</u>	<u>DISCORDA BASTANTE</u>
66)(Em primeiro lugar), quando pensa em Pessoas Sem Abrigo, sente-se triste e com compaixão?		1	2	3 4
67)Teria o cuidado de não tocar numa Pessoa Sem Abrigo?		1	2	3 4
68)Irrita-o(a)pensar que tantas pessoas são sem abrigo num pais como o nosso?		1	2	3 4
69)Sente menos compaixão pelas Pessoas Sem Abrigo do que costumava sentir.		1	2	3 4
70)Acredita que o direito a uma habitação deve ser um direito humano básico.		1	2	3 4

**ITEMS 71-81:**

Mesmo os especialistas não conhecem as causas do fenómeno dos Sem Abrigo. Estamos interessados no que pensa sobre as seguintes possíveis causas deste fenómeno. **Em que medida é que as seguintes situações (ler item) contribuem para o fenómeno dos Sem Abrigo?** MUITO, BASTANTE, UM POUCO, NADA.

	<u>BASTANTE</u>	<u>UM BOCADO</u>	<u>UM POUCO</u>	<u>NADA</u>
71)A falta de habitações a preços acessíveis?	1	2	3	4
72)Doença Mental?	1	2	3	4
73)Azar?	1	2	3	4
74)Preguiça por parte das Pessoas Sem Abrigo?	1	2	3	4
75)Uma incapacidade da Sociedade em garantir boas Escolas terá influencia no fenómeno dos Sem Abrigo?	1	2	3	4
76)Alta Hospitalar de pessoas com doença mental na comunidade?	1	2	3	4
77)Um sistema económico que favorece os ricos em detrimento dos pobres?	1	2	3	4

	<u>BASTANTE</u>	<u>UM BOCADO</u>	<u>UM POUCO</u>	<u>NADA</u>
78)Incapacidade ou doença mental?	1	2	3	4
79)Abuso de álcool e drogas?	1	2	3	4
80)Comportamento irresponsável por parte das Pessoas Sem Abrigo?	1	2	3	4
81)Falta de apoio governamental aos pobres?	1	2	3	4

**ITEMS 82-93:** Agora gostaríamos de saber a sua opinião sobre as seguintes frases relativas ás Pessoas Sem Abrigo. (Ler item.) **Diria que esta frase é:** DEFINITIVAMENTE

VERDADEIRA, PROVAVELMENTE VERDADEIRA, PROVAVELMENTE FALSA, ou DEFINITIVAMENTE FALSA?

<u>DEFINITIVAMENTE VERDADEIRA</u>	<u>PROVAVELMENTE VERDADEIRA</u>	<u>PROVAVELMENTE FALSA</u>	<u>DEFINITIVAMENTE FALSA</u>
82)(Em primeiro lugar)a maioria das Pessoas Sem Abrigo têm boas capacidades de trabalho.	1	2	3 4
83)Se lhes for dada a oportunidade, a maioria das Pessoas Sem Abrigo pode cuidar de uma casa.	1	2	3 4
84)A maioria das Pessoas Sem Abrigo sempre teve problemas em fazer amigos.	1	2	3 4
85)A maioria das Pessoas Sem Abrigo respeitaria a propriedade dos seus vizinhos.	1	2	3 4
86)Quantas mais Pessoas Sem Abrigo estão numa área, pior se torna a vizinhança nessa área.	1	2	3 4
87)Mesmo quando as Pessoas Sem Abrigo parecem estar bem, é importante recordar que podem ser perigosas.	1	2	3 4
88)A maioria das Pessoas Sem Abrigo sempre teve problemas com os seus relacionamentos familiares.	1	2	3 4
89)As pessoas Sem Abrigo têm maiores probabilidades de cometer crimes violentos que as outras pessoas.	1	2	3 4
90)As Pessoas Sem Abrigo não são mais perigosas que as outras.	1	2	3 4

<u>DEFINITIVAMENTE VERDADEIRO</u>	<u>PROVAVELMENTE VERDADEIRO</u>	<u>PROVAVELVENTE FALSO</u>	<u>DEFINITIVAMENTE FALSO</u>
91)É natural ter medo de uma pessoa que vive na rua.	1	2	3 4
92)Se eu soubesse que uma pessoa tinha sido sem abrigo, seria menos provável que confiasse			

nela. 1 2 3 4

93) Em defesa da segurança pública as Pessoas Sem Abrigo não deveriam ter permissão para se juntar em locais públicos. 1 2 3 4

**Items 94-100:**

Seguidamente, algumas questões sobre o que pensa que o Estado deve fazer. **Na sua opinião o Estado deve** (*Ler item*). **Diria:** DEFINITIVAMENTE SIM, PROVAVELMENTE SIM, PROVAVELMENTE NÃO, ou DEFINITIVAMENTE NÃO.

DEFINITIVAMENTE SIM PROVAVELMENTE SIM PROVAVELMENTE NÃO DEFINITIVAMENTE NÃO

94) Despender mais dinheiro para construir habitações económicas para Pessoas Pobres. 1 2 3 4

95) Despender mais dinheiro para construir abrigos e outros centros de apoio/emergência. 1 2 3 4

96) Despender mais dinheiro para conceder subsídios de habitação às Pessoas Sem Abrigo para que possam pagar renda. 1 2 3 4

97) Despender mais dinheiro em benefícios sociais para as Pessoas Sem Abrigo. 1 2 3 4

98) Despender mais dinheiro em programas de tratamentos gratuitos (de álcool e drogas) para reduzir o número de Pessoas Sem Abrigo. 1 2 3 4

99) Aumentar o salário mínimo como forma de reduzir o número de Pessoas Sem Abrigo? 1 2 3 4

100) Dar benefícios fiscais às empresas que constroem habitações para as Pessoas Pobres? 1 2 3 4

**Items 101-110:**

Existem opiniões distintas sobre o que pode reduzir o fenómeno dos Sem Abrigo. Quão eficazmente pensa que as seguintes acções reduziriam o fenómeno dos Sem Abrigo? (*Ler item*)

**esta acção seria: EFICAZ, PARCIALMENTE EFICAZ, POUCO EFICAZ, ou NADA EFICAZ como forma de reduzir o fenómeno dos sem abrigo?**

	<u>Eficaz</u>	PARCIALMENTE <u>EFICAZ</u>	POUCO <u>EFICAZ</u>	NADA <u>EFICAZ</u>	
101) Em primeiro lugar, construir mais habitações económicas para que as Pessoas Sem Abrigo possam pagar.	1		2	3	4
102) Atribuir subsídios de renda às Pessoas Sem Abrigo para que as possam pagar	1		2	3	4
103) Tornar as Pessoas Sem Abrigo mais auto-suficientes pela redução de benefícios sociais.	1		2	3	4
104) Aumentar o salário mínimo que as empresas têm de pagar.	1		2	3	4
105) Estabelecer programas de apoio infantil para que as mães Sem Abrigo com crianças pequenas possam trabalhar.	1		2	3	4
106) Exigir que todas as pessoas em instituições psiquiátricas tenham um lugar onde residir antes da alta hospitalar.	1		2	3	4
107) Criar mais habitações temporárias e de emergência.	1		2	3	4
108) Disponibilizar gratuitamente programas de tratamento (de álcool e drogas) às Pessoas Sem Abrigo	1		2	3	4
109) Internamento compulsivo de Pessoas Sem Abrigo com doença mental grave	1		2	3	4
110) (E) ajudar mais Pessoas Sem Abrigo a obterem benefícios sociais	1		2	3	4

ITEMS 2.01-2.12:

Agora vou ler várias afirmações sobre as pessoas sem abrigo . *(Ler uma afirmação de cada vez)*  
**Na sua opinião: CONCORDA TOTALMENTE, CONCORDA, DISCORDA, ou DISCORDA TOTALMENTE**

	<u>CONCORDA</u> <u>TOTALMENTE</u>	<u>CONCORDA</u>	<u>DISCORDA</u>	<u>DISCORDA</u> <u>TOTALMENTE</u>
2.01)A principal fonte de rendimento da Pessoa Sem Abrigo é o seu salário	1	2	3	4
2.02)As Pessoas Sem Abrigo geralmente dormem ao relento em lugares como parques, becos ou nas ruas.	1	2	3	4
2.03)As Pessoas Sem Abrigo passam a maior parte do seu tempo no exterior (parques, ruas, etc.).	1	2	3	4
2.04)As Pessoas Sem Abrigo passam a maior parte do seu tempo na casa de amigos ou familiares.	1	2	3	4
2.05)As Pessoas Sem Abrigo obtêm dinheiro roubando, vendendo droga ou por outros meios ilícitos.	1	2	3	4
2.06)O desemprego é uma das principais causas da existência de Pessoas Sem Abrigo.	1	2	3	4
2.07)Os programas governamentais de formação profissional ajudariam a resolver o problema das Pessoas Sem Abrigo.	1	2	3	4
2.08)Muitas Pessoas Sem Abrigo passam muitas noites na cadeia.	1	2	3	4
2.09)É frequente que as Pessoas Sem Abrigo passem fome	1	2	3	4
2.10)Muitas Pessoas Sem Abrigo são-no por terem perdido a sua habitação (por despejo ou más condições da mesma).	1	2	3	4
2.11)As Pessoas Sem Abrigo geralmente dormem num abrigo.	1	2	3	4
2.12)Muitas Pessoas Sem Abrigo escolhem ser sem abrigo.	1	2	3	4

	<u>CONCORDA</u> <u>TOTALMENTE</u>	<u>CONCORDA</u>	<u>DISCORDA</u>	<u>DISCORDA</u> <u>TOTALMENTE</u>
2.13)As Pessoas Sem Abrigo geralmente dormem em edifícios abandonados.	1	2	3	4
2.14)Os subsídios de desemprego são uma das maiores fontes de rendimento para as Pessoas Sem Abrigo.	1	2	3	4
2.15)As Pessoas Sem Abrigo dormem muitas vezes em casa de um amigo ou familiar.	1	2	3	4
2.16)Se existissem mais empregos, haveriam menos Pessoas Sem Abrigo.	1	2	3	4
2.17)Muitas Pessoas Sem Abrigo recebem dinheiro de amigos e/ou familiares.	1	2	3	4
2.18)As Pessoas Sem Abrigo passam a maior parte do seu tempo à procura de emprego.	1	2	3	4

**Itens 2.21-2.66:**

Nesta secção, gostaria que me desse uma estimativa de quantas Pessoas Sem Abrigo acha que se enquadram nos seguintes grupos. (Nota para o(a) entrevistador(a): para os itens 2.21 até 2.66, as respostas devem ser registadas da seguinte forma: com **3 dígitos**. Se a resposta do entrevistado(a) for: 75 deve registar-se 075).

**Em cada 100 pessoas, quantas:**

2.21-2.23 \_ São homens?

2.24-2.26 \_ São actualmente casadas?

2.27-2.29 \_\_ NUNCA foram casadas?

2.31-2.33 \_\_\_ Têm filhos?

2.34-2.36 \_ Têm um contacto regular com familiares e estão  
situação de Sem Abrigo?

- 2.37-2.39 \_\_\_ Conseguem encontrar uma habitação permanente?
- 2.41-2.43 \_ Recebem reforma, pensões ou outros subsídios?
- 2.44-2.46 \_ Têm CADASTRO?
- 2.47-2.49 Têm uma DOENÇA MENTAL?
- 2.51-2.53 \_\_\_ Têm DEFICIENCIA MENTAL?
- 2.54-2.56 \_\_\_ têm esquizofrenia?
- 2.57-2.59 \_\_\_ têm depressão?
- 2.61-2.63 têm problemas de álcool?
- 2.64-2.66 \_\_\_ têm problemas de droga?

**Items 2.67-2.79:**

As próximas 4 questões referem-se à idade. Vou referir algumas faixas etárias e diga-me num conjunto de 100 pessoas sem-abrigo, a que faixa pertencem. Vou dizer-lhe as opções: menos de 29 anos, entre 30 e 44 anos, entre 45 e 64 anos, mais de 65 anos. Lembre-se que a soma das 4 respostas tem de ser 100 (*registar resposta com 3 dígitos*).

**De um conjunto de 100 pessoas sem-abrigo, quantas têm:**

- 2.67-2.69 Menos de 29 anos?
- 2.71-2.73\_ Entre 30 e 44 anos?
- 2.74-2.76 Entre 45 e 64 anos?
- 2.77-2.79 Mais de 65 anos?
- (no total do ITEMS 2.67 - 2.79 tem de ser = 100.)

**Items 2.81-2.96:**

Muito bem, agora vou colocar-lhe uma questão Sobre etnia. Qual o numero de pessoas sem-abrigo se enquadram num dos seguintes grupos étnicos: BRANCOS, BRASILEIRAS, LUSO - AFRICANAS, ASIÁTICAS, ou OUTRAS ETNIAS. Lembre-se que a soma dos 5 grupos tem de ser igual a 100. (*registar resposta com 3 dígitos*)

**De um conjunto de 100 pessoas sem-abrigo quantas são:**

- 2.81-2.83 Portuguesas?
- 2.84-2.86\_ Brasileiras?
- 2.87-2.89 Luso - Africanas?
- 2.91-2.93 Asiáticas?
- 2.94-2.96\_ De outra (s) origem (s)?
- (no total dos ITEMS 2.81 - 2.96 tem de ser = 100.)

**Items 2.97-206:**

Agora vou colocar-lhe questões sobre EDUCAÇÃO. Gostava de saber qual o numero de pessoas sem-abrigo se incluem nas seguintes 3 categorias: NÃO COMPLETARAM O ENSINO SECUNDÁRIO, COMPLETARAM O ENSINO SECUNDÁRIO, ou FREQUENTARAM O ENSINO SUPERIOR POLITCNICO OU UNIVERSITÁRIO. Mais uma vez, lembre-se que a soma das 3 categorias tem de ser 100 (*registar resposta com 3 dígitos*).

**De um conjunto de 100 pessoas sem-abrigo quantas:**

2.97-2.99 não completaram o ensino secundário?

201-203 completaram o ensino secundário mas não frequentaram o ensino superior politécnico ou universitário?

204-206 frequentaram o ensino superior politécnico ou universitário?

(o total dos itens 2.97-206 tem de ser = 100)

Items 211-216

**Na sua opinião neste, momento é (ler item): MAIS IMPORTANTE, IGUALMENTE IMPORTANTE, ou MENOS IMPORTANTE que reduzir numero de pessoas sem-abrigo?**

	<u>MAIS IMPORTANTE</u>	<u>IGUALMENTE IMPORTANTE</u>	<u>MENOS IMPORTANTE</u>
211)Aumentar os custos com as forças Armadas.	1	2	3
212)Promover programas de limpeza do ambiente.	1	2	3
213)Melhorar o sistema de saúde do nosso país.	1	2	3
214)Reduzir a divida publica.	1	2	3
215)Aumentar os gastos com a Educação	1	2	3
216)Melhorar os Programas de apoios às crianças.	1	2	3

Agora gostaria de colocar algumas questões sobre si para ajudar a classificar as suas respostas.

217-218 Em que ano nasceu? (*registar com 2 dígitos. Por exemplo: ano 1953 registado 53, 1899 é registado como 99. Se ocorrer alguma HESITAÇÃO, passar para 219. Se NR, deixar 217-218 em branco. Se o entrevistado dá a sua idade actual na 217-218 ou se recusa ambas 217-218 E 219, registar "5 = NR" na 219.*)

219) Bem, a sua idade está entre 18 e 29 anos, 30 e 44, 45 e 64, ou mais de 64?

1 = 18 e 29

4 = mais de 64

2 = 30 e 44

5 = NR

3 = 45 e 64

220) Qual foi o grau mais elevado que completou na escola?

0 = Nenhum

1 = 4º ano

2 = 6º ano

3 = 9º ano

4 = mais do que o 9º ano e menos que o 12º ano

5 = completou o ensino secundário

6 = Escola Comercial ou tecnico-profissional

7 = de 1 a 3 anos de frequência universitária

8 = licenciatura

9 = outro grau académico avançado (P.G; Mestr ou Dout)

10 = 2º ano da escola industrial

3.01) Qual é a sua origem étnica? É PORTUGUES, OUTRO PAÍS DA COMUNIDADE EUROPEIA QUE NÃO PORTUGAL, OUTRO PAÍS DA EUROPA, PAÍSES DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA, OUTRO ou NS/NR?

1 = PORTUGUES

6 = OUTRO (ANOTAR

QUAL A ETNIA)

2 = OUTRO PAÍS DA COMUNIDADE EUROPEIA QUE NÃO PORTUGAL 7 = NS/NR

3 = OUTRO PAÍS DA EUROPA

4 = PAÍSES DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA

3.02-3.04) Qual é a sua ocupação

---

*(Nota do(a) Entrevistador(a): Registe a resposta e codifique-a somente quando terminar a entrevista. Preencha com um código de 3 dígitos retirados da listagem. 999 = NR.)*

Código de três dígitos:

3.05) No ultimo ano, o rendimento total da sua família foi de: (ler as opções)

1 = Menos de €7,500

5 = €35,000 - €49,999

2 = €7,500 - €14,999

6 = €50,000 - ou mais

3 = €15,000 - €24,999

7 = NR

4 = €25,000 - €34,999

3.10) Está recenseado na área onde habita actualmente ?

1 = sim

2 = não

3 = NS/NR

3.11) Votou nas últimas eleições legislativas?

1 = sim

2 = não

3 = NR

3.13) Você descrever-se-ia como PARTIDO POPULAR, PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, PARTIDO SOCIALISTA, PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, BLOCO DE ESQUERDA ou OUTRO?

- |                              |                                 |
|------------------------------|---------------------------------|
| 1 = PARTIDO POPULAR          | 3 = PARTIDO SOCIALISTA          |
| 2 = PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA | 4 = PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS |
|                              | 5 = BLOCO DE ESQUERDA           |
|                              | 6 = OUTROS                      |

3.14) Qual a sua religião? Será CATÓLICO, PROTESTANTE, JUDEU, NENHUMA, ou OUTRA?

- |                 |             |                    |
|-----------------|-------------|--------------------|
| 1 = CATÓLICO    | 4 = NENHUMA |                    |
| 2 = PROTESTANTE | 5 = OUTRA   | (ESPECIFICAR) ____ |
| 3=JUDEU         | 6 = NS/NR   |                    |

3.31-3.32) Finalmente, gostaríamos de saber em que Concelho de Portugal vive?\_\_

3.33-3.37) Qual é o seu código postal? \_\_\_\_\_

3.38) ENTREVISTADOR (A): codifique o sexo do entrevistado(a)? (pergunte se não tiver a certeza.)

- |              |               |
|--------------|---------------|
| 1 = feminino | 2 = masculino |
|--------------|---------------|

**ENTREVISTADOR (A) :** *se o entrevistado(a) respondeu "Sim" no item 31, indicando alguma experiência de precariedade habitacional, por favor procure obter no final da entrevista informação mais específica sobre a situação habitacional do entrevistado(a). Escreva em baixo uma breve descrição da situação (i.e., "a casa incendiou-se;" ficou com a família por vários dias até encontrar alojamento" ou "dormiu na rua, principalmente no parque, durante três dias após ter perdido o trabalho e ter sido desalojado do apartamento").*

---

---

---

---

**Agora terminamos a entrevista! Muito obrigado pelo seu tempo e pela colaboração. Devo informar-lhe que, para assegurar que as informações que agora nos prestou estão correctas, é provável que venha a receber, mais tarde, um telefonema da pessoa que supervisiona este trabalho. Tem algumas questões sobre a entrevista? Temos possibilidade de lhe dar uma cópia deste projecto quando terminado, se me der uma morada para lhe enviar a informação. Lembre-se que não ficamos com o seu nome, e a sua participação permanecerá anónima. Obrigada mais uma vez.**

3.39) Quer obter uma cópia do relatório?

- |         |         |
|---------|---------|
| 1 = sim | 2 = não |
|---------|---------|

Nome: \_\_.

Morada:

Código Postal: \_\_\_\_\_

3.40) Pergunta ao investigador (a): *o(a) entrevistado(a) respondeu à maioria das perguntas de um modo razoável? Haverá algum problema que torne os dados obtidos inválidos ou questionáveis?*

1 = sem problemas

2 = potenciais problemas (descrever em baixo)

3 = sérios problemas (descrever em baixo)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*NOTA PARA O(A) ENTREVISTADOR(A): POR FAVOR VOLTE A TRAZ E REVEJA PARA GARANTIR QUE OS ITEMS ESTÃO COMPLETOS E COTADOS CORRECTAMENTE. SE NECESSÁRIO, LIGUE DE NOVO AO ENTREVISTADO PARA CLARIFICAR ALGUM PROBLEMA. CERTIFIQUE-SE QUE ESCREVEU O NUMERO D ETELEFONE DO ENTREVISTADO, A HORA E DATA DA ENTREVISTA, E O SEU NOME NA CAPA.*

\International project\Portugal\Portugal survey.doc junh. 16,  
2004

## Anexo C

### Histórias dos Participantes que Passaram por uma Situação de Sem-Abrigo

A entrevistada quando era pequena pediu dinheiro às portas das igrejas, porque a mãe tinha 6 filhos e era a forma de os sustentar. A jovem, não se considera Sem-Abrigo, mas mencionou que viveu/dormiu em barracas com cobertores à porta. Dos 12 aos 18 anos de idade viveu em casa de muitas pessoas, deixando de viver com a mãe.

Quando eu era nova pedi dinheiro a estranhos, mas eu não dormi na rua e não me considero ter sido Sem-Abrigo.

Às vezes não tenho dinheiro para comprar pão mas nunca pedi.

Houve uma noite em que dormi num colchão “cheio de mijo” de um Sem-Abrigo. Foi em Coimbra ao pé do Estádio da Académica, porque não tinha dinheiro e nem a garagem estava aberta.

O entrevistado dormiu muitos anos fora de casa, porque era uma família grande. Referenciou que dormiu em palheiros, mas não se considera Sem-abrigo.

Dormi na rua durante duas semanas devido a *desavenças familiares*. Podia ter ficado em casa da minha mãe mas escolhi não ficar.

Refere que os pais viveram em situação precária na época do 25 de Abril, vindos de Angola para Portugal. Viveram durante um período de tempo em casa de familiares. Refere ainda outra situação de um familiar neste caso o irmão emigrado de um país europeu (não referiu qual) para Portugal, estava desempregado e permaneceu em casa da irmã durante uns tempos pois não tinha onde habitar. A entrevistada não considera viver em casa de familiares como sendo uma situação de Sem-Abrigo. Sem-Abrigo é viver na rua.

A entrevistada refere que tinha uma amiga tinha um emprego mas dada a sua saúde deteriorada tornou-se Sem-Abrigo, por falta de apoio. Mesmo com a ajuda da entrevistada a amiga acabou por falecer.

Na altura da descolonização e devido a problemas económicos a entrevistada viveu com a família em casa de outros familiares, mas não se considera Sem-Abrigo.

“Durante toda a minha vida passei carências económicas, éramos muitos irmãos, não tínhamos o que comer, e tive de sair de casa muito cedo para ir trabalhar. Também nunca tive uma residência fixa. Antes de ter ido trabalhar morava com a família que me podia abrigar. Quando comecei a trabalhar, morava na casa dos patrões. Vivo num bairro social em Setúbal, com casas degradadas. A casa é pequena para todos. Somos sete pessoas a viver aqui, e um dos meus filhos é deficiente físico. Eu própria tenho muitos problemas de saúde e não temos quaisquer ajudas, nem reforma nem pensões”.

Quando tinha entre os 20 e 30 anos, foi trabalhar para Cabo Verde, na Ilha de São Nicolau. Quando chegou não tinha onde dormir, estava tudo fechado e não tinha dinheiro nem o que comer. Acabou por ficar em casa de um estranho muito cuidadoso. Não passou de duas noites.

Em 1998 aquando do terramoto na ilha do Faial fiquei sem nada. Tudo o que tinha ficou debaixo de terra. Durante 5 meses vivi numa tenda fornecida pela Protecção Civil e pouco mais. Queria ter dado volta à situação mas o meu marido é deficiente da guerra, é incapacitado e não trabalha. Eu pela mesma altura foi-me diagnosticado um tumor cerebral e também estou incapacitada e não tem sido fácil. O meu filho foi para a tropa na altura e vivemos sem habitação 4 anos. Depois conseguimos pedir um empréstimo de 10.000 euros para reconstruir a casa e actualmente já vivo nela. Mas foi e tem sido muito difícil”.

Irmão com esquizofrenia. Por vezes anda na rua porque desde que a mãe faleceu a família tem dificuldade em relacionar-se com ele. A irmã tem medo do contacto directo com ele, por ele se recusar a tomar a medicação, por isso é o cunhado que muitas vezes estabelece esse contacto.

Amigo com problemas de falta de dinheiro, que se meteu no álcool e depois tornou-se sem-abrigo. A entrevistada nunca mais o viu.

O entrevistado refere um tio "solteirão" que não mantinha muito contacto com a família e não tinha trabalho regular. Trabalhava ocasionalmente, era alcoólico e dormia na rua. Faleceu em situação de sem-abrigo e a família foi chamada para identificar o corpo.

A inquirida tem uma filha que foi toxicod dependente e vivia com os pais mas ausentava-se frequentemente de casa. Fez tratamentos, voltou para casa dos pais mas recaiu. Então, a mãe, como não conseguia lidar com ela, pô-la fora de casa, ficou com a filha dela menor, e disse-lhe que só a deixava voltar para casa e contactar com a filha se abandonasse definitivamente o consumo de droga. A filha andou algum tempo na rua, mas ia a casa dos pais buscar comida, mas não a deixavam entrar em casa. Passado algum tempo, ela decidiu iniciar um novo tratamento, que correu bem, e há 16 anos que o problema está ultrapassado.

Situação de precariedade habitacional durante a guerra colonial. Em Angola, no início da guerra, a entrevistada teve que viver escondida no mato, num "barraco" durante 3 meses. O marido era militar.

Quando veio de África – descolonização – a entrevistada não tinha casa própria e foi viver para casa dos sogros.

Entrevistada numa situação de divorciada. A casa em que vive foi vendida em tribunal. Tem 4 filhos e não tem dinheiro para encontrar nova casa, pois vai ter de deixar a casa onde habita muito brevemente. Não consegue arranjar emprego por conta de outrem pois sofre de obesidade mórbida. A filha mais velha, de 18 anos, trabalha mas não consegue encontrar um fiador na compra de uma casa em seu nome. O ex-marido não dá sustento aos filhos e não tem família alargada que a possa ajudar.

A entrevistada referiu ter alguns colegas residentes em Portugal que se encontram numa situação de sem-abrigo. Conheceu estas pessoas quando já eram sem-abrigo. Referiu ainda que no seu país

de origem (Brasil), a Igreja e algumas associações comunitárias, promovem campanhas para ajudar pessoas sem-abrigo.

A entrevistada, que é natural de Aveiro, referiu que veio para Lisboa acompanhada pela sua patroa, quando tinha cerca de 14 anos. Durante este tempo passou alguma fome e foi vítima de maus-tratos.

Entrevistada referiu que quando veio de África, com cerca de 45 anos, ficou em casa das sobrinhas, em Portugal. Aqui, ela ficou inválida e como não podia trabalhar foi posta fora de casa. Passou fome mas conseguiu alugar um quarto.

O entrevistado foi sem-abrigo quando tinha cerca de 19 anos e encontrava-se na Holanda. Neste momento, o seu tio é sem-abrigo.

A entrevistada foi sem abrigo desde muito nova, dos 5 aos 17 anos. O pai era alcoólico e a mãe morreu quando a entrevistada tinha 3 meses. Dos 5 aos 17 anos viveu sempre um palheiro juntamente com o irmão onde não tinham qualquer tipo de condições para viver.

## Anexo D

Estatísticas da Prevalência dos Sem-Abrigo, em vários Países, apresentadas na II Conferência de Psicologia Comunitária, pelo Dr. Paul Toro (Gulbenkian, Lisboa, 2008)

<b>Lifetime Prevalence of Homelessness (Fixed Phones Only)</b>			
<u>Nation</u>	<u>N</u>	<u>Literal</u>	<u>Overall</u>
US	460	6.1%	12.8%
Belgium	323	3.4%	9.6%
UK	291	7.6%	15.5%
Germany	250	2.4%	5.6%
Italy	250	4.0%	10.5%
Canada	364	8.6%	10.8%
France	244	2.2%	6.2%
Poland	261	4.3%	8.8%
Japan	127	2.4%	3.9%
Portugal	200	2.1%	5.2%

## Anexo E

### Outputs da Análise da Estatística Descritiva

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Sério	103	34,3	34,3	34,3
	Razoavelmente Sério	69	23,0	23,0	57,3
	Não Muito Sério	70	23,3	23,3	80,7
	Nada Sério	47	15,7	15,7	96,3
	NS/NR	11	3,7	3,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 1: Problema no Concelho

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Sério	115	38,3	38,3	38,3
	Razoavelmente Sério	88	29,3	29,3	67,7
	Não Muito Sério	44	14,7	14,7	82,3
	Nada Sério	26	8,7	8,7	91,0
	NS/NR	27	9,0	9,0	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 2: Problema na Cidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Sério	238	79,3	79,3	79,3
	Razoavelmente Sério	45	15,0	15,0	94,3
	Não Muito Sério	4	1,3	1,3	95,7
	NS/NR	13	4,3	4,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 3: Problema em Portugal

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Piorar	199	66,3	66,3	66,3

Na Mesma	42	14,0	14,0	80,3
Melhorar	35	11,7	11,7	92,0
NS/NR	24	8,0	8,0	100,0
Total	300	100,0	100,0	

TABELA 4: Evolução do Problema em Portugal

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	1	,3	2,9	2,9
	1	1	,3	2,9	5,7
	2	1	,3	2,9	8,6
	4	2	,7	5,7	14,3
	6	1	,3	2,9	17,1
	24	2	,7	5,7	22,9
	30	1	,3	2,9	25,7
	36	1	,3	2,9	28,6
	60	4	1,3	11,4	40,0
	72	1	,3	2,9	42,9
	108	1	,3	2,9	45,7
	120	13	4,3	37,1	82,9
	180	2	,7	5,7	88,6
	240	2	,7	5,7	94,3
	360	1	,3	2,9	97,1
	600	1	,3	2,9	100,0
	Total	35	11,7	100,0	
Missing	System	265	88,3		
Total		300	100,0		

TABELA 5: Período de Permanência na Situação (meses)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Meses	3	1,0	6,4	6,4
	Anos	5	1,7	10,6	17,0
	Muitos Anos	34	11,3	72,3	89,4
	Toda a Vida	5	1,7	10,6	100,0
	Total	47	15,7	100,0	
Missing	System	253	84,3		
Total		300	100,0		

TABELA 6: Período de Permanência na Situação (nominal)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Dias (1-30)	12	4,0	9,3	9,3
	Meses (1-11)	14	4,7	10,9	20,2
	Anos (1-9)	49	16,3	38,0	58,1
	Muitos Anos (mais de 10)	25	8,3	19,4	77,5
	Toda a Vida	11	3,7	8,5	86,0
	10	10	3,3	7,8	93,8
	15	1	,3	,8	94,6
	20	4	1,3	3,1	97,7
	30	1	,3	,8	98,4
	40	1	,3	,8	99,2
	60	1	,3	,8	100,0
	Total	129	43,0	100,0	
	Missing	System	171	57,0	
Total		300	100,0		

TABELA 7: Período de Permanência na Situação (total)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Governo	226	75,3	75,3	75,3
	Igrejas e Associações	42	14,0	14,0	89,3
	As Próprias Pessoas Sem-Abrigo	25	8,3	8,3	97,7
	NS/NR	7	2,3	2,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 8: Instituição Responsável por Ajudar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Aumentar	230	76,7	76,7	76,7
	Diminuir	5	1,7	1,7	78,3
	Manter-se	51	17,0	17,0	95,3
	NS/NR	14	4,7	4,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 9: Financiamentos Públicos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Aumentou	129	43,0	43,1	43,1

	Diminuiu	11	3,7	3,7	46,8
	Manteve-se	150	50,0	50,2	97,0
	NS/NR	9	3,0	3,0	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 10: Simpatia nos Últimos 2 Anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sociedade e Estado	192	64,0	64,2	64,2
	Pessoa Sem-Abrigo	92	30,7	30,8	95,0
	NS/NR	15	5,0	5,0	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 11: Principais Responsáveis

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muitos	34	11,3	11,3	11,3
	Alguns	115	38,3	38,3	49,7
	Uns Poucos	86	28,7	28,7	78,3
	Nenhum	65	21,7	21,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 12: Quantos Artigos Leu

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Importante	109	36,3	36,5	36,5
	Importante	117	39,0	39,1	75,6
	Não é Importante	73	24,3	24,4	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 13: Importância dos Media na Opinião Pública

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	83	27,7	28,1	28,1
	1 a 2 Vezes	45	15,0	15,3	43,4
	3 a 10 Vezes	74	24,7	25,1	68,5
	Mais de 10 Vezes	93	31,0	31,5	100,0
	Total	295	98,3	100,0	
Missing	System	5	1,7		
Total		300	100,0		

TABELA 14: Vezes que lhe Pediram Dinheiro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Quase Sempre	72	24,0	32,3	32,3
	Às vezes	97	32,3	43,5	75,8
	Raramente	27	9,0	12,1	87,9
	Nunca	27	9,0	12,1	100,0
	Total	223	74,3	100,0	
Missing	System	77	25,7		
Total		300	100,0		

TABELA 15: Vezes que Deu Dinheiro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	8	2,7	2,7	2,7
	Não	292	97,3	97,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 16: Alguma Vez Foi Pedinte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3-4 Anos Atrás	1	,3	12,5	12,5
	Mais de 5 Anos Atrás	7	2,3	87,5	100,0
	Total	8	2,7	100,0	
Missing	System	292	97,3		
Total		300	100,0		

TABELA 17: Última vez que Pediu

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhum	114	38,0	38,3	38,3
	1 ou 2	75	25,0	25,2	63,4
	3 a 10	79	26,3	26,5	89,9
	Mais de 10	30	10,0	10,1	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 18: Numa semana Quantos Sem-Abrigo Viu

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Entre 10 e 50	29	9,7	87,9	87,9
	Entre 50 e 100	4	1,3	12,1	100,0
	Total	33	11,0	100,0	
Missing	System	267	89,0		
Total		300	100,0		

TABELA 19: Viu mais de 10

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Com Frequência	48	16,0	16,1	16,1
	Às Vezes	133	44,3	44,5	60,5
	Raramente	88	29,3	29,4	90,0
	Nunca	30	10,0	10,0	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 20: Fala com Familiares e Amigos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	5,7	5,7	5,7
	Não	283	94,3	94,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 21: Ao Longo da Vida Passou por Situação Difícil

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	7	2,3	41,2	41,2
	Não	10	3,3	58,8	100,0
	Total	17	5,7	100,0	
Missing	System	283	94,3		
Total		300	100,0		

TABELA 22: Sem-Abrigo Antes dos 17 Anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	3,3	100,0	100,0
Missing	System	290	96,7		
Total		300	100,0		

TABELA 23: Sem-Abrigo Depois dos 18 Anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	No Ano Passado	4	1,3	26,7	26,7
	4-5 Anos Atrás	1	,3	6,7	33,3
	Mais de 5 Anos Atrás	10	3,3	66,7	100,0
	Total	15	5,0	100,0	
Missing	System	285	95,0		
Total		300	100,0		

TABELA 24: Última Vez que foi Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	2,0	42,9	42,9
	Não	8	2,7	57,1	100,0
	Total	14	4,7	100,0	
Missing	System	286	95,3		
Total		300	100,0		

TABELA 25: Dormiu num Parque, Rua, Edifício Abandonado, Estação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
--	--	-----------	---------	---------------	--------------------

Valid	Sim	3	1,0	21,4	21,4
	Não	11	3,7	78,6	100,0
	Total	14	4,7	100,0	
Missing	System	286	95,3		
Total		300	100,0		

TABELA 26: Dormiu num Abrigo ou Residência Temporária

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	4	1,3	28,6	28,6
	Não	10	3,3	71,4	100,0
	Total	14	4,7	100,0	
Missing	System	286	95,3		
Total		300	100,0		

TABELA 27: Dormiu em Casa de Amigo ou Parente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menos de 1 Semana	3	1,0	25,0	25,0
	Mais de 1 Semana e Menos de 1 Mês	1	,3	8,3	33,3
	Mais de 1 Mês e Menos de 1 Ano	1	,3	8,3	41,7
	Mais de 1 Ano	7	2,3	58,3	100,0
	Total	12	4,0	100,0	
Missing	System	288	96,0		
Total		300	100,0		

TABELA 28: Quanto Tempo foi Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	14	4,7	4,7	4,7
	Não	283	94,3	94,3	99,0
	NS/NR	3	1,0	1,0	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 29: Alguém da Família já foi Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pai/Mãe	2	,7	14,3	14,3
	Filho	3	1,0	21,4	35,7
	Irmão/Irmã	3	1,0	21,4	57,1
	Outro Parente	6	2,0	42,9	100,0
	Total	14	4,7	100,0	
Missing	System	286	95,3		
Total		300	100,0		

TABELA 30: Parente que já foi Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	38	12,7	12,9	12,9
	Não	256	85,3	87,1	100,0
	Total	294	98,0	100,0	
Missing	System	6	2,0		
Total		300	100,0		

TABELA 31: Algum Amigo já foi Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	27	9,0	71,1	71,1
	Não	11	3,7	28,9	100,0
	Total	38	12,7	100,0	
Missing	System	262	87,3		
Total		300	100,0		

TABELA 32: Conhecia o Amigo Antes de Ser Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	15	5,0	19,5	19,5
	1	13	4,3	16,9	36,4
	2	12	4,0	15,6	51,9
	3	11	3,7	14,3	66,2
	4	2	,7	2,6	68,8
	5	5	1,7	6,5	75,3
	6	3	1,0	3,9	79,2
	7	1	,3	1,3	80,5
	8	1	,3	1,3	81,8
	9	1	,3	1,3	83,1
	10	7	2,3	9,1	92,2

	12	1	,3	1,3	93,5
	20	3	1,0	3,9	97,4
	40	1	,3	1,3	98,7
	200	1	,3	1,3	100,0
	Total	77	25,7	100,0	
Missing	System	223	74,3		
Total		300	100,0		

TABELA 33: Quantos Sem-Abrigo Conheceu

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	237	79,0	79,8	79,8
	Não	59	19,7	19,9	99,7
	NS/NR	1	,3	,3	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 34: Já Ajudou os Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Deu Dinheiro a 1 Pessoa Sem-Abrigo	117	39,0	48,8	48,8
	Deu Dinheiro para Associações que Ajudam Sem-Abrigo	21	7,0	8,8	57,5
	Deu Comida e Roupas para Associações que Ajudam Sem-Abrigo	40	13,3	16,7	74,2
	Deu Comida/Refeição a 1 Pessoa Sem-Abrigo	30	10,0	12,5	86,7
	Deu Abrigo a 1 Pessoa Sem-Abrigo	6	2,0	2,5	89,2
	Deu Roupas a 1 Pessoa Sem-Abrigo	18	6,0	7,5	96,7
	Deu Ajuda a Sem-Abrigo com Problemas Sociais/Familiares	5	1,7	2,1	98,8
	Outro	2	,7	,8	99,6
	NR	1	,3	,4	100,0
	Total	240	80,0	100,0	
Missing	System	60	20,0		
Total		300	100,0		

TABELA 35: O que Fez para Ajudar

N	Valid	154
	Missing	146
Mean		111,43
Median		100,00
Mode		0

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	49	16,3	31,8	31,8
	10	3	1,0	1,9	33,8
	15	1	,3	,6	34,4
	20	6	2,0	3,9	38,3
	25	1	,3	,6	39,0
	30	2	,7	1,3	40,3
	40	2	,7	1,3	41,6
	50	8	2,7	5,2	46,8
	75	2	,7	1,3	48,1
	80	1	,3	,6	48,7
	100	22	7,3	14,3	63,0
	125	1	,3	,6	63,6
	150	14	4,7	9,1	72,7
	200	15	5,0	9,7	82,5
	250	5	1,7	3,2	85,7
	300	11	3,7	7,1	92,9
	350	7	2,3	4,5	97,4
	375	1	,3	,6	98,1
	400	1	,3	,6	98,7
	500	2	,7	1,3	100,0
	Total	154	51,3	100,0	
Missing	System	146	48,7		
Total		300	100,0		

TABELA 36: Rendimento Médio Mensal da Pessoa Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Disponível	34	11,3	11,3	11,3
	Algo Disponível	90	30,0	30,0	41,3
	Nada Disponível	176	58,7	58,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 37: Disponibilidade para Pagar 40€

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Disponível	9	3,0	7,2	7,2
	Algo Disponível	37	12,3	29,6	36,8
	Nada Disponível	79	26,3	63,2	100,0
	Total	125	41,7	100,0	
Missing	System	175	58,3		
Total		300	100,0		

TABELA 38: Disponibilidade para Pagar 160€

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Disponível	2	,7	3,6	3,6
	Algo Disponível	11	3,7	19,6	23,2
	Nada Disponível	43	14,3	76,8	100,0
	Total	56	18,7	100,0	
Missing	System	244	81,3		
Total		300	100,0		

TABELA 39: Disponibilidade para pagar 800€

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Disponível	77	25,7	25,8	25,8
	Algo Disponível	105	35,0	35,2	61,1
	Nada Disponível	116	38,7	38,9	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 40: Disponibilidade para Trabalho Voluntário 2h/mês

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Disponível	108	36,0	36,2	36,2
	Algo Disponível	137	45,7	46,0	82,2
	Nada Disponível	53	17,7	17,8	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 41: Disponibilidade para ter Residência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Disponível	102	34,0	34,0	34,0
	Algo Disponível	138	46,0	46,0	80,0
	Nada Disponível	60	20,0	20,0	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 42: Disponibilidade para ter Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	69	23,0	23,1	23,1
	Provavelmente Sim	112	37,3	37,5	60,5
	Provavelmente Não	66	22,0	22,1	82,6
	Definitivamente Não	52	17,3	17,4	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 43: Direito a Passar a Noite em Locais Públicos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	208	69,3	69,3	69,3
	Provavelmente Sim	79	26,3	26,3	95,7
	Provavelmente Não	9	3,0	3,0	98,7
	Definitivamente Não	4	1,3	1,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 44: Direito a Votar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	48	16,0	16,1	16,1
	Provavelmente Sim	130	43,3	43,5	59,5
	Provavelmente Não	89	29,7	29,8	89,3
	Definitivamente Não	32	10,7	10,7	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 45: Permissão de Mendigar em Locais Públicos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	27	9,0	9,0	9,0
	Provavelmente Sim	107	35,7	35,8	44,8
	Provavelmente Não	100	33,3	33,4	78,3
	Definitivamente Não	65	21,7	21,7	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 46: Permissão para Montar Tendias em Locais Públicos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	125	41,7	41,7	41,7
	Provavelmente Sim	130	43,3	43,3	85,0
	Provavelmente Não	35	11,7	11,7	96,7
	Definitivamente Não	10	3,3	3,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 47: Enviados para Hospitais Psiquiátricos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Bastante	150	50,0	50,0	50,0
	Concorda	133	44,3	44,3	94,3
	Discorda	13	4,3	4,3	98,7
	Discorda Bastante	4	1,3	1,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 48: Sente-se Triste e com Compaixão

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Bastante	22	7,3	7,4	7,4
	Concorda	53	17,7	17,8	25,2
	Discorda	133	44,3	44,6	69,8
	Discorda Bastante	90	30,0	30,2	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 49: Teria o Cuidado de Não Tocar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Bastante	122	40,7	40,9	40,9
	Concorda	147	49,0	49,3	90,3
	Discorda	19	6,3	6,4	96,6
	Discorda Bastante	10	3,3	3,4	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 50: Irrita Pensar que Há Tantas Pessoas Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Bastante	9	3,0	3,0	3,0
	Concorda	30	10,0	10,0	13,0
	Discorda	158	52,7	52,8	65,9
	Discorda Bastante	102	34,0	34,1	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 51: Sente Menos Compaixão

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Bastante	200	66,7	66,7	66,7
	Concorda	91	30,3	30,3	97,0
	Discorda	7	2,3	2,3	99,3
	Discorda Bastante	2	,7	,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 52: Direito a uma Habitação é um Direito Humano Básico

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	142	47,3	47,7	47,7
	Um Bocado	94	31,3	31,5	79,2
	Um Pouco	42	14,0	14,1	93,3
	Nada	20	6,7	6,7	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		

Total	300	100,0		
-------	-----	-------	--	--

TABELA 53: Falta de Habitações a Preços Acessíveis

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	114	38,0	38,0	38,0
	Um Bocado	131	43,7	43,7	81,7
	Um Pouco	44	14,7	14,7	96,3
	Nada	11	3,7	3,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 54: Doença Mental

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	67	22,3	22,5	22,5
	Um Bocado	127	42,3	42,6	65,1
	Um Pouco	65	21,7	21,8	86,9
	Nada	39	13,0	13,1	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 55: Azar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	104	34,7	34,8	34,8
	Um Bocado	134	44,7	44,8	79,6
	Um Pouco	50	16,7	16,7	96,3
	Nada	11	3,7	3,7	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 56: Preguiça

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	57	19,0	19,1	19,1
	Um Bocado	135	45,0	45,2	64,2
	Um Pouco	68	22,7	22,7	87,0
	Nada	39	13,0	13,0	100,0

	Total	299	99,7	100,0
Missing	System	1	,3	
Total		300	100,0	

TABELA 57: Incapacidade de Garantir Boas Escolas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	85	28,3	28,3	28,3
	Um Bocado	148	49,3	49,3	77,7
	Um Pouco	56	18,7	18,7	96,3
	Nada	11	3,7	3,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 58: Alta Hospitalar de Pessoas Com Doença Mental

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	141	47,0	47,3	47,3
	Um Bocado	118	39,3	39,6	86,9
	Um Pouco	28	9,3	9,4	96,3
	Nada	11	3,7	3,7	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 59: Favorecimento dos Ricos em Detrimento dos Pobres

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	105	35,0	35,1	35,1
	Um Bocado	152	50,7	50,8	86,0
	Um Pouco	34	11,3	11,4	97,3
	Nada	8	2,7	2,7	100,0
	Total	299	99,7	100,0	
Missing	System	1	,3		
Total		300	100,0		

TABELA 60: Incapacidade ou Doença Física

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	195	65,0	65,0	65,0
	Um Bocado	99	33,0	33,0	98,0

Um Pouco	6	2,0	2,0	100,0
Total	300	100,0	100,0	

TABELA 61: Abuso de Álcool e Drogas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	91	30,3	30,5	30,5
	Um Bocado	157	52,3	52,7	83,2
	Um Pouco	38	12,7	12,8	96,0
	Nada	12	4,0	4,0	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 62: Comportamento Irresponsável

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	152	50,7	50,7	50,7
	Um Bocado	119	39,7	39,7	90,3
	Um Pouco	22	7,3	7,3	97,7
	Nada	7	2,3	2,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

TABELA 63: Falta de Apoio Governamental aos Pobres

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	50	16,7	16,8	16,8
	Provavelmente Verdadeira	154	51,3	51,7	68,5
	Provavelmente Falsa	65	21,7	21,8	90,3
	Definitivamente Falsa	29	9,7	9,7	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 64: Boas Capacidades de Trabalho

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
--	--	-----------	---------	---------------	--------------------

Valid	Definitivamente Verdadeira	59	19,7	19,8	19,8
	Provavelmente Verdadeira	186	62,0	62,4	82,2
	Provavelmente Falsa	45	15,0	15,1	97,3
	Definitivamente Falsa	8	2,7	2,7	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 65: Pode Cuidar de uma Casa

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	29	9,7	9,8	9,8
	Provavelmente Verdadeira	155	51,7	52,5	62,4
	Provavelmente Falsa	90	30,0	30,5	92,9
	Definitivamente Falsa	21	7,0	7,1	100,0
	Total	295	98,3	100,0	
Missing	System	5	1,7		
Total		300	100,0		

TABELA 66: Problemas em Fazer Amigos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	33	11,0	11,1	11,1
	Provavelmente Verdadeira	171	57,0	57,6	68,7
	Provavelmente Falsa	78	26,0	26,3	94,9
	Definitivamente Falsa	15	5,0	5,1	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 67: Respeitaria a Propriedade dos Vizinhos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	43	14,3	14,5	14,5
	Provavelmente Verdadeira	125	41,7	42,1	56,6
	Provavelmente Falsa	112	37,3	37,7	94,3

	Definitivamente Falsa	17	5,7	5,7	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 68: Mais Pessoas Sem-Abrigo Pior Vizinhaça

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	32	10,7	10,8	10,8
	Provavelmente Verdadeira	106	35,3	35,8	46,6
	Provavelmente Falsa	127	42,3	42,9	89,5
	Definitivamente Falsa	31	10,3	10,5	100,0
	Total	296	98,7	100,0	
Missing	System	4	1,3		
Total		300	100,0		

TABELA 69: Podem Ser Perigosas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	53	17,7	18,0	18,0
	Provavelmente Verdadeira	174	58,0	59,2	77,2
	Provavelmente Falsa	57	19,0	19,4	96,6
	Definitivamente Falsa	10	3,3	3,4	100,0
	Total	294	98,0	100,0	
Missing	System	6	2,0		
Total		300	100,0		

TABELA 70: Problemas com os Relacionamentos Familiares

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	40	13,3	13,5	13,5
	Provavelmente Verdadeira	106	35,3	35,7	49,2
	Provavelmente Falsa	119	39,7	40,1	89,2
	Definitivamente Falsa	32	10,7	10,8	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 71: Maiores Probabilidades de Cometer Crimes Violentos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	45	15,0	15,2	15,2
	Provavelmente Verdadeira	120	40,0	40,4	55,6
	Provavelmente Falsa	95	31,7	32,0	87,5
	Definitivamente Falsa	37	12,3	12,5	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 72: Não São Mais Perigosas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	48	16,0	16,2	16,2
	Provavelmente Verdadeira	102	34,0	34,5	50,7
	Provavelmente Falsa	105	35,0	35,5	86,1
	Definitivamente Falsa	41	13,7	13,9	100,0
	Total	296	98,7	100,0	
Missing	System	4	1,3		
Total		300	100,0		

TABELA 73: Natural Ter Medo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	19	6,3	6,5	6,5
	Provavelmente Verdadeira	84	28,0	28,6	35,0
	Provavelmente Falsa	122	40,7	41,5	76,5
	Definitivamente Falsa	69	23,0	23,5	100,0
	Total	294	98,0	100,0	
Missing	System	6	2,0		
Total		300	100,0		

TABELA 74: Menos Provável que Confiasse

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Verdadeira	19	6,3	6,4	6,4
	Provavelmente Verdadeira	61	20,3	20,7	27,1
	Provavelmente Falsa	135	45,0	45,8	72,9
	Definitivamente Falsa	80	26,7	27,1	100,0
	Total	295	98,3	100,0	
Missing	System	5	1,7		
Total		300	100,0		

TABELA 75: Não Autorização para se Juntar em Locais Públicos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	145	48,3	48,8	48,8
	Provavelmente Sim	134	44,7	45,1	93,9
	Provavelmente Não	15	5,0	5,1	99,0
	Definitivamente Não	3	1,0	1,0	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 76: Despender Mais Dinheiro em Habitações Económicas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	156	52,0	52,3	52,3
	Provavelmente Sim	135	45,0	45,3	97,7
	Provavelmente Não	7	2,3	2,3	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 77: Despender Mais Dinheiro para Construir Abrigos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	117	39,0	39,4	39,4
	Provavelmente Sim	145	48,3	48,8	88,2
	Provavelmente Não	33	11,0	11,1	99,3
	Definitivamente Não	2	,7	,7	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		

Total	300	100,0		
-------	-----	-------	--	--

TABELA 78: Despender Mais Dinheiro para Subsídios de Habitação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	113	37,7	38,0	38,0
	Provavelmente Sim	154	51,3	51,9	89,9
	Provavelmente Não	26	8,7	8,8	98,7
	Definitivamente Não	4	1,3	1,3	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 79: Despender Mais Dinheiro em Benefícios Sociais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	162	54,0	54,4	54,4
	Provavelmente Sim	125	41,7	41,9	96,3
	Provavelmente Não	8	2,7	2,7	99,0
	Definitivamente Não	3	1,0	1,0	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 80: Despender Mais Dinheiro em Tratamentos de Álcool e Drogas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	126	42,0	42,3	42,3
	Provavelmente Sim	130	43,3	43,6	85,9
	Provavelmente Não	31	10,3	10,4	96,3
	Definitivamente Não	11	3,7	3,7	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 81: Aumentar o Salário Mínimo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Definitivamente Sim	124	41,3	41,6	41,6
	Provavelmente Sim	157	52,3	52,7	94,3

	Provavelmente Não	10	3,3	3,4	97,7
	Definitivamente Não	7	2,3	2,3	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 82: Dar Benefícios Sociais às Empresas que Constroem Habitações

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	139	46,3	46,6	46,6
	Parcialmente Eficaz	128	42,7	43,0	89,6
	Pouco Eficaz	21	7,0	7,0	96,6
	Nada Eficaz	10	3,3	3,4	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 83: Construir Mais Habitações Económicas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	100	33,3	33,6	33,6
	Parcialmente Eficaz	148	49,3	49,7	83,2
	Pouco Eficaz	38	12,7	12,8	96,0
	Nada Eficaz	12	4,0	4,0	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 84: Atribuir Subsídios de Renda

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	83	27,7	27,9	27,9
	Parcialmente Eficaz	141	47,0	47,5	75,4
	Pouco Eficaz	52	17,3	17,5	92,9
	Nada Eficaz	21	7,0	7,1	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 85: Auto-Suficientes pela Redução de Benefícios Sociais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	115	38,3	38,6	38,6
	Parcialmente Eficaz	143	47,7	48,0	86,6
	Pouco Eficaz	27	9,0	9,1	95,6
	Nada Eficaz	13	4,3	4,4	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 86: Aumentar o Salário Mínimo nas Empresas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	177	59,0	59,8	59,8
	Parcialmente Eficaz	116	38,7	39,2	99,0
	Pouco Eficaz	3	1,0	1,0	100,0
	Total	296	98,7	100,0	
Missing	System	4	1,3		
Total		300	100,0		

TABELA 87: Estabelecer Programas de Apoio Infantil

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	150	50,0	50,3	50,3
	Parcialmente Eficaz	137	45,7	46,0	96,3
	Pouco Eficaz	10	3,3	3,4	99,7
	Nada Eficaz	1	,3	,3	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 88: Lugar Onde Residir Antes da Alta Hospitalar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	162	54,0	54,4	54,4
	Parcialmente Eficaz	125	41,7	41,9	96,3
	Pouco Eficaz	10	3,3	3,4	99,7
	Nada Eficaz	1	,3	,3	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 89: Criar Mais Habitações Temporárias de Emergência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	176	58,7	59,3	59,3
	Parcialmente Eficaz	114	38,0	38,4	97,6
	Pouco Eficaz	5	1,7	1,7	99,3
	Nada Eficaz	2	,7	,7	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 90: Disponibilizar Programas de Tratamento de Álcool e Drogas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	121	40,3	40,7	40,7
	Parcialmente Eficaz	131	43,7	44,1	84,8
	Pouco Eficaz	37	12,3	12,5	97,3
	Nada Eficaz	8	2,7	2,7	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 91: Internamento Compulsivo de Sem-Abrigo com Doença Mental Grave

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Eficaz	119	39,7	40,1	40,1
	Parcialmente Eficaz	141	47,0	47,5	87,5
	Pouco Eficaz	28	9,3	9,4	97,0
	Nada Eficaz	9	3,0	3,0	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 92: Ajudar a Obterem Benefícios Sociais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	24	8,0	8,1	8,1
	Concorda	78	26,0	26,3	34,3
	Discorda	140	46,7	47,1	81,5
	Discorda Totalmente	55	18,3	18,5	100,0

	Total	297	99,0	100,0
Missing	System	3	1,0	
Total		300	100,0	

TABELA 93: Salário Principal Fonte de Rendimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	102	34,0	34,2	34,2
	Concorda	177	59,0	59,4	93,6
	Discorda	15	5,0	5,0	98,7
	Discorda Totalmente	4	1,3	1,3	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 94: Geralmente Dormem ao Relento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	114	38,0	38,3	38,3
	Concorda	165	55,0	55,4	93,6
	Discorda	15	5,0	5,0	98,7
	Discorda Totalmente	4	1,3	1,3	100,0
	Total	298	99,3	100,0	
Missing	System	2	,7		
Total		300	100,0		

TABELA 95: Maior Parte do Tempo no Exterior

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	8	2,7	2,7	2,7
	Concorda	34	11,3	11,5	14,2
	Discorda	165	55,0	55,7	69,9
	Discorda Totalmente	89	29,7	30,1	100,0
	Total	296	98,7	100,0	
Missing	System	4	1,3		
Total		300	100,0		

TABELA 96: Maior Parte do Tempo em Casa de Amigos e Familiares

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
--	--	-----------	---------	---------------	--------------------

Valid	Concorda Totalmente	27	9,0	9,1	9,1
	Concorda	153	51,0	51,7	60,8
	Discorda	91	30,3	30,7	91,6
	Discorda Totalmente	25	8,3	8,4	100,0
	Total	296	98,7	100,0	
Missing	System	4	1,3		
Total		300	100,0		

TABELA 97: Dinheiro por Meios Ilícitos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	106	35,3	35,7	35,7
	Concorda	149	49,7	50,2	85,9
	Discorda	36	12,0	12,1	98,0
	Discorda Totalmente	6	2,0	2,0	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 98: Desemprego Uma das Principais Causas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	59	19,7	19,9	19,9
	Concorda	198	66,0	66,9	86,8
	Discorda	32	10,7	10,8	97,6
	Discorda Totalmente	7	2,3	2,4	100,0
	Total	296	98,7	100,0	
Missing	System	4	1,3		
Total		300	100,0		

TABELA 99: Formação Profissional Ajudaria a Resolver

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	21	7,0	7,2	7,2
	Concorda	113	37,7	38,7	45,9
	Discorda	143	47,7	49,0	94,9
	Discorda Totalmente	15	5,0	5,1	100,0
	Total	292	97,3	100,0	
Missing	System	8	2,7		

Total	300	100,0		
-------	-----	-------	--	--

TABELA 100: Passam Muitas Noites na Cadeia

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	137	45,7	46,1	46,1
	Concorda	124	41,3	41,8	87,9
	Discorda	31	10,3	10,4	98,3
	Discorda Totalmente	5	1,7	1,7	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 101: Frequente que Passem Fome

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	64	21,3	21,6	21,6
	Concorda	187	62,3	63,2	84,8
	Discorda	40	13,3	13,5	98,3
	Discorda Totalmente	5	1,7	1,7	100,0
	Total	296	98,7	100,0	
Missing	System	4	1,3		
Total		300	100,0		

TABELA 102: Sem-Abrigo por Perda de Habitação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	19	6,3	6,4	6,4
	Concorda	112	37,3	38,0	44,4
	Discorda	144	48,0	48,8	93,2
	Discorda Totalmente	20	6,7	6,8	100,0
	Total	295	98,3	100,0	
Missing	System	5	1,7		
Total		300	100,0		

TABELA 103: Geralmente Dormem num Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	36	12,0	12,1	12,1

	Concorda	143	47,7	48,1	60,3
	Discorda	82	27,3	27,6	87,9
	Discorda Totalmente	36	12,0	12,1	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 104: Muitos Escolhem Ser Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	76	25,3	25,6	25,6
	Concorda	193	64,3	65,0	90,6
	Discorda	25	8,3	8,4	99,0
	Discorda Totalmente	3	1,0	1,0	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 105: Geralmente Dormem em Edifícios Abandonados

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	24	8,0	8,1	8,1
	Concorda	118	39,3	39,9	48,0
	Discorda	120	40,0	40,5	88,5
	Discorda Totalmente	34	11,3	11,5	100,0
	Total	296	98,7	100,0	
Missing	System	4	1,3		
Total		300	100,0		

TABELA 106: Subsídio Desemprego das Maiores Fontes de Rendimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	6	2,0	2,0	2,0
	Concorda	40	13,3	13,6	15,6
	Discorda	163	54,3	55,3	70,8
	Discorda Totalmente	86	28,7	29,2	100,0
	Total	295	98,3	100,0	
Missing	System	5	1,7		
Total		300	100,0		

TABELA 107: Dormem em Casa de Amigo ou Familiar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	94	31,3	31,6	31,6
	Concorda	167	55,7	56,2	87,9
	Discorda	30	10,0	10,1	98,0
	Discorda Totalmente	6	2,0	2,0	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 108: Mais Empregos Menos Sem-Abrigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	14	4,7	4,8	4,8
	Concorda	82	27,3	28,0	32,8
	Discorda	157	52,3	53,6	86,3
	Discorda Totalmente	40	13,3	13,7	100,0
	Total	293	97,7	100,0	
Missing	System	7	2,3		
Total		300	100,0		

TABELA 109: Recebem Dinheiro de Amigos ou Familiares

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concorda Totalmente	8	2,7	2,7	2,7
	Concorda	57	19,0	19,4	22,1
	Discorda	146	48,7	49,7	71,8
	Discorda Totalmente	83	27,7	28,2	100,0
	Total	294	98,0	100,0	
Missing	System	6	2,0		
Total		300	100,0		

TABELA 110: Maior Parte do Tempo à Procura de Emprego

N	Valid	289
	Missing	11
Mean		63,18
Median		60,00
Mode		60

TABELA 111: São Homens

N	Valid	282
	Missing	18
Mean		31,26
Median		30,00
Mode		30

TABELA 112: São Actualmente Casadas

N	Valid	280
	Missing	20
Mean		38,07
Median		30,00
Mode		30

TABELA 113: Nunca Foram Casadas

N	Valid	286
	Missing	14
Mean		40,57
Median		40,00
Mode		40

TABELA 114: Têm Filhos

N	Valid	286
	Missing	14
Mean		20,94
Median		20,00
Mode		10

TABELA 115: Têm Contacto Regular com os Familiares

N	Valid	286
	Missing	14
Mean		16,26
Median		10,00
Mode		10

TABELA 116: Conseguem Encontrar Habitação Permanente

N	Valid	284
	Missing	16
Mean		29,23
Median		30,00
Mode		40

TABELA 117: Recebem Reformas, Pensões ou Outros Subsídios

N	Valid	285
	Missing	15
Mean		36,68
Median		30,00
Mode		40

TABELA 118: Têm Cadastro

N	Valid	286
	Missing	14
Mean		37,63
Median		40,00
Mode		40

TABELA 119: Têm Doença Mental

N	Valid	278
	Missing	22
Mean		30,47
Median		30,00
Mode		30

TABELA 120: Têm Deficiência Mental

N	Valid	281
	Missing	19
Mean		30,59
Median		30,00
Mode		20

TABELA 121: Têm Esquizofrenia

N	Valid	284
	Missing	16
Mean		45,70
Median		40,00
Mode		30

TABELA 122: Têm Depressão

N	Valid	290
	Missing	10
Mean		60,57
Median		60,00
Mode		60

TABELA 123: Têm Problemas de Álcool

N	Valid	289
	Missing	11
Mean		59,32
Median		60,00
Mode		50

TABELA 124: Têm Problemas de Droga

N	Valid	288
	Missing	12
Mean		25,68
Median		21,00
Mode		10(a)

a Multiple modes exist. The smallest value is shown

TABELA 125: Têm Menos de 29 Anos

N	Valid	289
	Missing	11
Mean		28,55
Median		26,00
Mode		20

TABELA 126: Têm Entre 30 e 44 Anos

N	Valid	287
	Missing	13
Mean		27,58
Median		25,00
Mode		20

TABELA 127: Têm Entre 45 e 64 Anos

N	Valid	288
	Missing	12
Mean		18,74
Median		15,00
Mode		10

TABELA 128: Têm Mais de 65 Anos

N	Valid	290
	Missing	10
Mean		51,56
Median		50,00
Mode		50

TABELA 129: São Portuguesas

N	Valid	287
	Missing	13
Mean		14,51
Median		10,00
Mode		10

TABELA 130: São Brasileiras

N	Valid	287
	Missing	13
Mean		15,71
Median		15,00
Mode		10

TABELA 131: São Luso-Africanas

N	Valid	287
	Missing	13
Mean		5,55
Median		5,00
Mode		0

TABELA 132: São Asiáticas

N	Valid	286
	Missing	14
Mean		13,07
Median		10,00
Mode		0

TABELA 133: São de Outras Origens

N	Valid	285
	Missing	15
Mean		65,06
Median		70,00
Mode		80

TABELA 134: Não Completaram o Ensino Secundário

N	Valid	284
	Missing	16
Mean		22,51
Median		20,00
Mode		20

TABELA 135: Completaram o Ensino Secundário

N	Valid	284
	Missing	16
Mean		12,19
Median		10,00
Mode		10

TABELA 136: Frequentaram o Ensino Superior

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mais Importante	15	5,0	5,1	5,1
	Igualmente Importante	55	18,3	18,5	23,6
	Menos Importante	227	75,7	76,4	100,0
	Total	297	99,0	100,0	
Missing	System	3	1,0		
Total		300	100,0		

TABELA 137: Aumentar Custos com as Forças Armadas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mais Importante	46	15,3	15,7	15,7
	Igualmente Importante	181	60,3	61,8	77,5
	Menos Importante	66	22,0	22,5	100,0
	Total	293	97,7	100,0	
Missing	System	7	2,3		
Total		300	100,0		

TABELA 138: Promover Programas de Limpeza do Ambiente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mais Importante	139	46,3	47,3	47,3
	Igualmente Importante	146	48,7	49,7	96,9
	Menos Importante	9	3,0	3,1	100,0
	Total	294	98,0	100,0	
Missing	System	6	2,0		
Total		300	100,0		

TABELA 139: Melhorar o Sistema de Saúde

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mais Importante	53	17,7	18,2	18,2
	Igualmente Importante	166	55,3	57,0	75,3
	Menos Importante	72	24,0	24,7	100,0
	Total	291	97,0	100,0	
Missing	System	9	3,0		
Total		300	100,0		

TABELA 140: Reduzir a Dívida Pública

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mais Importante	81	27,0	27,7	27,7
	Igualmente Importante	183	61,0	62,7	90,4
	Menos Importante	28	9,3	9,6	100,0
	Total	292	97,3	100,0	
Missing	System	8	2,7		
Total		300	100,0		

TABELA 141: Aumentar os Gastos com a Educação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mais Importante	118	39,3	40,4	40,4
	Igualmente Importante	165	55,0	56,5	96,9
	Menos Importante	9	3,0	3,1	100,0
	Total	292	97,3	100,0	
Missing	System	8	2,7		
Total		300	100,0		

TABELA 142: Melhorar os Programas de Apoio às Crianças

## Anexo F

Estatísticas da Prevalência dos Sem-Abrigo em Portugal apresentadas na II Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, por Joana Matos Albino (Gulbenkian, Lisboa, 2008)

II International Conference on Community Psychology  
The Public Opinion on Homelessness: Personal Reports on Homelessness

### Results

- 332 interviews
- 24 reports
- Prevalence (just from reports):
  - 7,23%** - Overall Homelessness
  - 3,31%** - Literal Homelessness (sleep on the street)
  - 3,92%** - Precarious Housing
- 0,6% (2 respondents) still living in a precarious housing situation.

Joana de Matos Albino  
Maria João Vargas Moniz  
06JUN'08

15